

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 53 - Série VII - N.º 596
30 de Maio de 1985
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



● O PCP e o Poder Local democrático

Reunida no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, a **Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas**, culminando um intenso trabalho preparatório colectivo, demonstrou não só o empenhamento dos comunistas, juntamente com os seus aliados, na resolução dos problemas locais das populações como também um cada vez mais profundo conhecimento da realidade nacional. A honestidade, o trabalho e a competência, características da actividade dos eleitos comunistas e da APU, permite-lhes encarar com confiança as próximas eleições para as autarquias. Em contraste com os receios e as desorientações dos que, no Governo ou à volta dele, tudo têm feito para atentarem contra o Poder Local democrático — **Págs. 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7/Semana**



● a juventude



A **jornada de acção** convocada por mais de duas centenas de organizações de **juventude** levou ao desfile que percorreu a Avenida da Liberdade em Lisboa milhares de jovens que se concentraram no Rossio. Uma tarde de alegria e determinação, de crítica enérgica à acção do Governo de Mário Soares, de defesa da Paz, de afirmação de que a juventude está com Abril e com o futuro — **Pág. 8/Semana**

● a Reforma Agrária

Em plena ofensiva contra a Reforma Agrária desencadeada pelo agonizante Governo PS/PSD, os trabalhadores do Alentejo e Ribatejo realizam no **próximo fim-de-semana**, em Évora, a **9.ª Conferência da Reforma Agrária**. Uma afirmação clara da combatividade, da confiança e da determinação dos obreiros da mais bela conquista da revolução de Abril que conta com a presença já anunciada de dezenas de excursões de todos os pontos do País que levarão a Évora a solidariedade activa de todos os democratas à palavra de ordem da Conferência: «defender a Reforma Agrária, desenvolver a agricultura no caminho de Abril» — **Pág. 11/Semana**

● o movimento operário

A **acção nacional de protesto, promovida pela CGTP-IN**, mobiliza, para o **próximo dia 4**, as suas estruturas intermédias por todo o País. Num apelo à participação em massa na jornada, que se segue a acções de luta importantes em vários sectores incluindo os serviços, designadamente professores e Função Pública, um manifesto da Central unitária sublinha que a acção nacional de protesto «assumirá as mais variadas formas de luta nos locais de trabalho e nas ruas» — tudo o que «manifeste publicamente descontentamento, revolta e protesto contra as consequências da política ruïnosa do Governo PS/PSD» — **Pág. 12/Semana**

BASES DE APOIO DA ALTERNATIVA

Editorial

Avante!

Ano 53 — Série VII

N.º 596

30 de Maio de 1985

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Bases de apoio da alternativa

Que forças, que condições favoráveis têm hoje os que estão contra o 25 de Abril e o regime por ele criado em Portugal?

Têm eles a seu favor, e antes de mais nada, o estarem no Governo. Instalada no Poder, a direita dispõe de todos os recursos de acção política que ele proporciona — e que usa sem quaisquer pruridos ou preocupações de dignidade.

Dispõe dos dinheiros do Estado, que administra como se de coisa sua se tratasse e não dos fundos que a sociedade entrega para que em seu benefício sejam utilizados. Os escândalos dos dinheiros distribuídos pelo sr. Rui Amaral, os perdões aos srs. Nabeiros, as indemnizações aos capitalistas, os créditos aos latifundiários de que fala o cúmplice desavindo sr. Campos, e tantas tantas outras verdades demonstram quanto se pode corromper, comprar e enganar dispondo dos cofres do erário público.

Dispõe ainda a direita coligada no Governo PS/PSD da comunicação social estatizada. A escandaleira quotidiana da Televisão que nos entra pela casa dentro poupa considerações acerca de tal facto.

Dispõe do funcionalismo do Estado (o sr. Cáceres Monteiro, director-geral feito conselheiro da candidatura soarista, ou as centenas de sinecuras de «adidos de gabinete», ou o governador civil-delegado partidário — e etc., etc., etc.).

Dispõe do Ministério da Administração Interna, mais de polícias, e fichas, e repressão — que aliás se pretende aumentar.

Estar no Governo é, pois, um factor que, precário que seja, é hoje favorável à direita.

*
* *

Conta a direita em segundo lugar com apoios internacionais. Não são, é claro, todos idênticos.

Porém, à custa de cedências, que fariam as pedras da Batalha, se tanto pudessem, corar de vergonha, o sr. Mário Soares e apaniguados contam com o apoio do seu «very special friend». Contraditoriamente embora, o capitalismo europeu apoia-o quanto os seus problemas o permitem e a Internacional Socialista movimenta o que pode para aguentar esta política, pesem as contradições internas que por lá existem.

Em terceiro lugar, e aproveitando o que as duas realidades anteriores lhe proporcionam, a direita pode jogar hoje em força na demagogia. Utiliza os fundos do Estado para a concretizar, meios de comunicação para a divulgar. É uma realidade que cumpre não esquecer e, muito menos, menosprezar: a longo prazo a demagogia obriga os seus autores a pagarem-na, a curto prazo pode dar-lhes dividendos.

A acção demagógica não é em si mesma um factor favorável à direita, é-o sim pelos reflexos que pode ter no estado de espírito das massas: só favorece quem a executa na medida em que enfraquece quem se lhe opõe. Mas um quarto factor de caracte-

rísticas semelhantes pode perfilar-se como favorecendo a reacção: a descrença e o desânimo dos democratas face às possibilidades de uma alternativa.

O exemplo apresentado pelo secretário-geral do PCP no seu discurso do Cacém tem a clareza da evidência: o golo da vitória obtém-se muitas vezes no último minuto do desafio. Para tanto, é necessário jogar com vontade até que ele acabe! Além de que este campeonato está longe de ter chegado ao fim...

*
* *

Averbam ainda a seu favor neste momento as forças que se opõem à democracia mais três factores.

Por um lado, as hesitações em sectores democráticos, que ganharam consciência do descontentamento popular face à actual política e às formações partidárias por ela responsáveis, mas tardam em dar expressão orgânica a essa realidade objectiva por eles já reconhecida.

Por outro lado, anima a direita e inquieta os democratas e as massas que o Presidente da República adie o tomar de medidas que a realidade impõe — e torna possível.

Finalmente um último elemento joga, hoje por hoje, a favor de Soares e da sua agonizante coligação: o tempo. Hesitar em política é sempre negativo: muito mais quando tais hesitações surgem num quadro em que o tempo é relevante. Com uma data concreta fixada em 14 de Julho, há um prazo claro em que a hesitação deixa de o ser para se transformar em derrota.

Todos o sabem.

*
* *

Recapitulando o apreciável número de factores favoráveis à direita um elemento surge contudo como o determinante: estar no Governo.

Ou seja: demitido o Governo e assim privada a direita do poder de Estado, esvaem-se as condições de acção que ele lhe proporciona; diminui o interesse dos apoios do imperialismo por dúvidas sobre a rentabilidade de investir num agente derrotado; reduzem-se drasticamente as possibilidades de demagogia, por carência de meios e perda de controlo total da comunicação social; desaparecem os factores que poderão dar origem a descrença nas possibilidades de uma alternativa democrática a esta política; acabaram-se as hesitações e modificaram-se os prazos.

Os trunfos da direita têm assim pés de barro.

Demitir o Governo é pois, necessário. Claramente urgente. Obviamente possível.

*
* *

Que se passa, entretanto, do outro lado das forças em correlação? Com que conta a democracia e o 25 de Abril?

Conta, antes de mais nada, com o movimento operário e popular.

Não se trata de uma realidade subjectiva: é, pelo contrário, uma poderosa e muito objectiva realidade.

O movimento operário e popular não é um estado de espírito, uma pura vontade, um movimento de opinião. É uma força material, solidamente ancorada nas estruturas do movimento sindical unitário, do movimento camponês, de uma rede imensa de organizações que dão forma actuante à vontade de milhares e milhares de portugueses. Milhares e milhares de portugueses que se contam não apenas pela adição da sua presença, mas pela relevância do seu papel na sociedade: milhares e milhares — que produzem. E estão organizados.

Em segundo lugar, paralelamente com a resistência e fortalecimento do movimento operário e popular, é uma certeza (assumida pela própria reacção inquieta) que se reduz dia a dia a base social e política de apoio da direita.

Socialmente, é hoje necessário entrar no escritório de um corrompido capitalista para encontrar alguém que erga um dedo ou uma palavra em defesa deste Governo e desta política. A nível orgânico e militante, os partidos que constituem o Governo demonstram total confusão, inoperacionalidade, divisões, quezílias, paralisação, defecções e desencantos.

O PS e o PPD, enquanto partidos políticos, são hoje pouco mais do que os partidos que estão no Governo: de lá desalojados, é a derrocada do único e vil motivo que lhes dá alguma coesão. Ainda lá, veja-se o seu retrato... De lá apeados, as condições de defesa de uma política que os dividiu e enfraqueceu, que os separou do povo e do seu próprio eleitorado, que deu deles a sombria imagem de um bando de clientelas corruptas e ineptas, situarão o quadro político nacional de forma bem diferente daquela que lhes permitiu iludirem o eleitorado para passarem à prática o que aí está.

*
* *

Factor de reflexos profundamente favoráveis à democracia é, contrastando com as divisões e dissensões dos seus inimigos, a crescente aproximação entre democratas.

Quando, nas comemorações unitárias do 11.º aniversário do 25 de Abril, Octávio Pato sublinhava que as forças ali representadas são suficientes para assegurarem a base social e política necessária a uma alternativa, não se tratava apenas da constatação de uma realidade social, de uma posição generalizada na sociedade portuguesa: tratava-se da constatação de uma realidade política concreta expressa na pre-

Resumo

22 Quarta-feira



Eanes na China

O Presidente da República inicia uma visita oficial à República Popular da China. É inaugurada a 55.ª Feira do Livro de Lisboa. Com Mário Soares a obrigar ao sigilo, reúne-se o grupo parla-

mentar do PS. As estruturas representativas dos trabalhadores do Banco de Portugal anunciam que esta empresa distribuiu automóveis aos seus administradores, entre os quais Cavaco e Silva. O presidente da Assembleia de Freguesia de Santiago da Cruz, eleito pelo CDS, lança gás paralisante e faz disparos contra jovens que comemoravam o A.J. Explosão de uma viatura armadilhada no centro de Beirute. Balanço provisório: 30 mortos. Ministros da Defesa da NATO decidem reforçar armamento convencional. Reagan insiste no financiamento aos contra-revolucionários que actuam na Nicarágua. Durante os últimos dois anos o governo francês autorizou a eliminação de mais de 450 mil postos de trabalho, é revelado em Paris. Moscovo e Deli assinam tratados económicos entre os dois países.

23 Quinta-feira

O Conselho de Gerência da TAP põe em risco a segurança de passageiros e aviões ao tentar furar aquela que foi uma das maiores greves de sempre na empresa. Na República Popular da China é anunciado que Portugal e este país vão iniciar, «num futuro próximo», as negociações sobre o futuro de Macau. Um dos grupos do movimento internacional «Grande Jornada da Paz» contacta o Governo português. Para o secretário de Estado do Comércio e Indústrias agrícolas, as ajudas da CEE só muito dificilmente serão aproveitadas. O INE está há já cinquenta anos a fazer estatísticas. Para o Presidente da República, os diplomas dos Serviços de Informações não asseguram «a defesa dos direitos, liberdades e garantias consignados na Constituição». Numa prisão superlotada de Belo Horizonte, no Brasil, a «lotaria da morte» faz a sua 15.ª vítima. Os Estados Unidos ameaçam a RFA com o intuito de obter apoio na militarização do espaço. Com a neutralização de um comando racista em Cabinda, Pretória confirma que tem tropas no Norte de Angola. Para coordenar acções contra a Nicarágua, Reagan recebe o presidente das Honduras.

24 Sexta-feira

A greve dos professores tem uma adesão nacional da ordem dos 70 por cento. Os patrões da NEDI abandonam a empresa após oito meses sem pagar salários. PS e PSD debatem as condições que os (des)unem. Inicia-se a Conferência Parlamentar sobre juventude.

O Encontro da APU em São Mamede de Infesta conclui que a gestão do PS não resolveu nenhum dos grandes problemas locais. Segundo dados oficiais, a polícia racista assassinou este ano, pelo menos, quatrocentas pessoas nas suas acções contra as manifestações anti-apartheid. Apesar dos acordos de cessar-fogo, os combates prosseguem em Beirute, entre o movimento shiita Amal e palestinianos. Tanto o Senado como a Câmara de Representantes dos Estados Unidos inflingem pesada derrota a Reagan. Em plena greve geral, uma gigantesca manifestação na capital argentina exige uma nova política económica. A guerrilha colombiana exige, por parte do Governo, o respeito pelo cessar-fogo em vigor no país. Ciclone no Bangladesh causa pelo menos 20 mil mortos.

25 Sábado



Em Lisboa, muitos milhares de jovens manifestam-se pela aplicação efectiva, em Portugal, do lema do Ano Internacional da Juventude: «Paz, Participação, Desenvolvimento». Em seminário de balanço da década da Mulher, promovido pelo MDM, salienta-se que as mulheres são as maiores vítimas do desemprego. Mário Soares reúne-se com Felipe Gonzalez. A Câmara Municipal de Matosinhos agrava o preço da água ao consumidor. Severiano Falcão salienta que a situação económica da Câmara Municipal de Loures permite fazer face a todos os encargos. Autarcas da zona ribeirinha discutem o Tejo e os seus problemas. O Benfica sagra-se campeão nacional de basquetebol. No Líbano, os confrontos entre o movimento shiita Amal e os palestinianos estendem-se ao vale de Bekaa. O emir do Kuwait escapa a atentado. O comandante-chefe das forças do Tratado de Varsóvia sublinha que a União Soviética responderá ao desafio norte-americano da guerra das estrelas. O presidente da Assembleia Nacional da Nicarágua acusa a CIA de preparar atentados contra várias embaixadas creditadas em Manágua.



Juventude na Rua

26 Domingo

Realiza-se em Lisboa a Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas. Álvaro Cunhal adverte contra «viragem verbal à esquerda» de Mário Soares. A CGTP-IN apela à participação massiva dos trabalhadores na jornada de luta de 4 de Junho. O

SITAVA festeja o seu quinto aniversário. Os trabalhadores-estudantes reúnem-se em plenário nacional. O ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Angola declara que «a posição de Portugal dificulta muito o desenvolvimento das relações entre os dois países». Dois petroleiros incendeiam-se num porto espanhol. A guerra do Golfo volta a agravar-se. O parlamento da Islândia aprova por unanimidade uma resolução que proíbe o estacionamento de armas nucleares no país.

27 Segunda-feira

Pela primeira vez, um presidente da República visita oficialmente Macau. Os trabalhadores de Informática da Segurança Social iniciam uma greve que se prolongará por quatro dias. A APU impede a destruição de esplanadas em Lisboa. Uma delegação cultural e científica chinesa de Cantão visita Portugal. Em Moscovo, onde se encontra Willy Brandt, o SPD alemão-federal e o PCUS condenam a militarização do espaço. A Fretilin restabelece a comunicação via rádio com a Austrália. Segundo um primeiro balanço — agora que foi assinado mais um tratado de cessar-fogo — os ataques aos campos palestinianos de Sabra, Chatila e Burj-Brajneh, poderão ter causado pelo menos mil mortos. O Irão e o Iraque bombardeiam mutuamente alvos civis. Começa em Roma o julgamento do atentado contra o Papa.



Sabra e Chatila uma vez mais.

28 Terça-feira

O Provedor de Justiça manifesta a sua preocupação pelo que considera «a actuação violenta das forças de segurança pública». O presidente da República, general Ramalho Eanes, chega a Belgrado para uma visita oficial de três dias à Jugoslávia. O PCP considera abusiva e inadmissível uma nota do MAI na qual se define a sequência de actos eleitorais a realizar este ano. Desmentindo informações de vários membros do Governo e do próprio Primeiro-Ministro, a CGTP revela — citando fontes do Ministério do Trabalho — que 1984 foi o ano com mais greves. As organizações representativas dos trabalhadores da EPAC decidem promover acções de luta contra o desmantelamento da empresa. O capitão sul-africano capturado em Angola quando se preparava para desencadear acções terroristas contra aquele país afirmou em Luanda que o objectivo da sua acção era a «destruição dos tanques de armazenamento de petróleo da Cabinda-Gulf Oil». Bettino Craxi inicia visita oficial à União Soviética. A guerra entre o Irão e o Iraque alastra, atingindo as respectivas capitais, Teerão e Bagdad. Fretilin anuncia em Lisboa o funcionamento regular de uma estação de rádio a partir de Timor-Leste.

sença unitária comum num significativo acto comum. A situação social tem assim já expressões políticas.

Dia a dia, a direita desune-se: os democratas aproximam-se. Ou seja, a direita enfraquece-se, a democracia fortalece-se.

O PSD partiu-se, a coligação é um mito, as divisões uma evidência, o Governo uma pura clique. Face a este quadro, à perda de apoio popular por um lado, as contradições internas por outro, quem pode defender que este Governo não deve, em toda a legitimidade e necessidade, ser demitido?

Hoje não há em Portugal dúvidas sobre se o Governo deve ou não ser demitido: as que surgem é porque é que ainda o não foi.

Neste quadro, o evidente e natural líder da direita e seu assumido executor político, Mário Soares, defronta-se com dificuldades inultrapassáveis, entalado entre as suas ambições presidenciais e um governo que o arrasta ao total descrédito. Soares precisa do Governo para ir para Belém, mas de lá o afasta cada dia mais no Governo. Sem o Governo, não poderá fazer a sua campanha; no Governo, faz campanha contra si próprio.

Finalmente, hoje por hoje, antes de 15 de Julho, a coligação esfacelada pelas alterações no PSD, condenou-se a si própria.

*
*
*

Eis assim, porque, na nossa análise da correlação de forças, entendemos que ela é favorável ao 25 de Abril e à democracia.

E a todos os anteriores motivos, mais alguns há a acrescentar.

O facto, por exemplo, de, enquanto a direita se despedaça nas suas dissensões e crises, se atola numa obra de destruição do País, da sua economia e da sua independência, o PCP estudar atentamente os problemas nacionais, para eles propor em soluções concretas e exequíveis, como sucedeu em fins de Março na Conferência Nacional «A via de desenvolvimento para vencer a crise». Como sucedeu no passado domingo na Conferência Nacional sobre as próximas eleições autárquicas.

O facto, por exemplo, de no próximo fim-de-semana os trabalhadores da Reforma Agrária realizarem a sua 9.ª Conferência onde irão também analisar como produzir mais na terra que Abril devolveu ao povo.

O facto, por exemplo, de no próximo dia 4, o movimento sindical unitário organizar uma jornada de luta ancorada na luta quotidiana que barra o caminho à ofensiva governamental.

O facto, por exemplo, de milhares de jovens terem descido à rua no passado sábado para com linear clareza dizerem que o futuro, que são eles, se faz com Abril, que somos todos nós.

O facto, por exemplo, de que estas palavras se imprimiram sob um título que diz — Avante!

Os trabalhadores do «Avante!» e da Heska Portuguesa participarão na Jornada Nacional de Luta, convocada pela CGTP-IN na próxima terça-feira.

Por este motivo, e apesar de dia 6 de Junho ser feriado nacional, o «Avante!» não antecipará a sua saída e será publicado como habitualmente na próxima quinta-feira.

Avante!
Proletários de todos os países — UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista
Português. Rua Soeiro Pereira Gomes —
1699 — Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro
Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 - 2.º — 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcargova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terra da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
— 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Abril: 45 200



Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas

Também uma questão de estilo

Com o objectivo de actualizar e aprofundar as grandes orientações do trabalho dos comunistas nas autarquias, de dar respostas aos novos problemas, de fazer o balanço da actividade desenvolvida e, ainda, de definir algumas linhas na preparação das eleições autárquicas, reuniu-se em Lisboa, no passado domingo, a Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas, que contou com a participação de mais de um milhar de delegados e de convidados vindos de todo o País.

Que levou ao Pavilhão dos Desportos, mais de um milhar de comunistas de todos os pontos do país para um domingo de trabalho, produzindo intervenções, aprovando documentos após haver participado no seu melhoramento? Propaganda? Ritual? Confirmação para si mesmos de que o balanço é positivo, como quem procura assegurar-se em momento de vacilação? Questão de hábito, já que, numerosas vezes os comunistas o fizeram a propósito de variadas e fundamentais questões nacionais que preocupam os portugueses?

Quem tivesse assistido, com olhos de ver e de saber, à Conferência Nacional sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas, acabaria facilmente por pôr de lado tais perguntas. A realidade mostrada na jornada de domingo passado é suficientemente forte para as dispensar, suficientemente ampla e verdadeira que baste para olharmos esta iniciativa nacional do PCP nos seus objectivos concretos.

Apesar do estímulo que constituiu, para os militantes comunistas, o facto de a Conferência ter comprovado, com números e factos, que o seu trabalho e o seu empenhamento nas autarquias tem a contrapartida da confiança cada vez mais vasta do eleitorado, não se tratou de propagandear essa realidade, que tão fracamente chega, através da comunicação social, ao conhecimento de cada português. O que ressaltou foi o facto de se reforçar a APU nas áreas em que já provou, com trabalho feito, os benefícios da administração do Povo Unido, ou da sua voz nos casos em que participa em minoria nas autarquias.

Quanto a «rituais» estamos conversados. O trabalho preparatório, a participação colectiva, o estudo, a elaboração de materiais sobre a realidade todos os dias vivida e modificada pelo esforço desinteressado dos comunistas desmentem o que há sempre de «fixo» e inamovível em ritos e cerimónias.

A confiança, por outro lado, que sobressaiu da Conferência, o apontar de objectivos eleitorais, não traduz «aspirações» que mergulhem a raiz no sonho. Contam com a força do exemplo dado pelo empenhamento quotidiano da APU, baseiam-se na confiança nas massas, com as quais todos os dias o Povo Unido dialoga na procura de soluções para os problemas, contando com elas — como números e factos também provaram —, para levar por diante projectos a que o poder central diz não.

Hábito? Talvez sim. Mas dar-lhe-emos nome mais apropriado. Trata-se, de facto, de uma questão de estilo. Com efeito, não é nos gabinetes que os comunistas tecem programas, definem estratégias, propõem soluções. O estilo dos comunistas é, nesta como noutras áreas, o trabalho aberto, a procura da unidade, a mobilização em torno de objectivos que sirvam as populações, o povo português em geral.

Fruto de trabalho colectivo, as dezenas de intervenções que foram pronunciadas, não só resultaram de um conhecimento muito aprofundado dos problemas e se basearam na larga experiência na sua resolução, como reflectiram a actividade eficaz na gestão APU, a sua luta em defesa do Poder Local, as realizações que, ao longo dos anos, transformaram radicalmente a vida das populações e das terras que administra. Ao contrário, porém, das

outras forças políticas, a actividade da APU nas autarquias em que participa minoritariamente, demonstra, também aí, a preocupação de contribuir

para a resolução dos problemas.

A honestidade, o trabalho, a competência. Uma questão de estilo. O «segredo» que a Con-

ferência «desvendou», e que permite aos comunistas e aos seus aliados encarar com confiança as eleições autárquicas que se aproximam.



Vindos de todo o país, 1137 delegados participaram na Conferência

Os delegados

Participaram na Conferência 1137 delegados, entre os quais se contavam 206 camaradas indicados por inerência — membros do Comité Central, da Direcção da JCP, Presidentes das Câmaras membros do Partido. Para a eleição dos restantes, conforme indicou o Relatório da Comissão de Verificação de Mandatos lido pela camarada Bernardina Sebastião, realizaram-se centenas de reuniões e plenários com a participação de milhares de comunistas.

Quanto à composição social, 34 por cento dos delegados eram operários, 0,1 por cento agriculto-

res, 35 por cento empregados, 21 por cento intelectuais e técnicos, 9 por cento de várias outras profissões.

A percentagem de mulheres participantes foi considerada inferior à sua participação na vida do Partido e na resolução dos problemas locais. Com efeito, apenas 12,4 por cento dos delegados eram mulheres.

Na composição etária, registou-se a percentagem de 20 por cento de delegados com menos de 30 anos, 65 por cento entre os 30 e os 50, sendo 15 por cento os delegados com mais de 50 anos.

Um acontecimento editorial

45 dias após a realização da Conferência Nacional do PCP sobre «A Via de Desenvolvimento Para Vencer a Crise» (realizada em 30 e 31 de Março de 1985) a Editorial Avante! publica 2 volumes com 1628 páginas.

O maior debate sobre economia concreta jamais realizado em Portugal! 70 horas de análise e discussão nos trabalhos das 19 secções, equivalentes a praticamente 9 dias de sessões de 8 horas úteis cada!



Agora em livro Cada volume 500\$00

Piratas

Conforme se sabe, um pouco por todo o mundo debate-se a indústria fonográfica e videográfica com a questão da pirataria.

Sem bombardas nem tibias cruzadas sobre sombrias caveiras mas equipados com sofisticados gravadores, os Francis Drakes do transistor e do diodo lançam-se sobre os produtos de êxito e reproduzem-nos em quantidades industriais. Sem despesas de estúdios, de gravações, de pagamento de músicos, de direitos de autor — o negócio é evidentemente chorudo e, à excepção dos Barbas Roxas de fita magnética, todos perdem com ele. Os autores, os intérpretes, os editores — e também o público que compra um mau produto por preços que nem sequer descem muito, a bem dos Mercedes que substituem galeões das Caraíbas e whiskies de 12 anos em lugar dos velustos runs...

Vem a referência a propósito de um fenómeno a requerer consideração.

A acreditar na imprensa bem pensante cá do burgo, o PCP é um importante produtor de cassettes...

Dizem-no os sagazes comentadores políticos do «Jornal» e do «Expresso», proclamam-nos os profundos teóricos tipo Prado Coelho e Pulido Valente, classificam-os, chamem-lhe assim, políticos do PS, do PSD, do CDS.

O PCP critica? É a cassette.

O PCP sugere? É a cassette.

O PCP analisa? É a cassette.

O PCP escreve? É a cassette.

O PCP discursa? É a cassette.

Note-se que se trata de produção própria! Esta empresa editora de tão vasta produção assegura-a com os seus próprios meios. Elabora o conteúdo, dá-lhe forma, trata dos textos e lança-os ao público. Conforme se sabe, não conta mesmo com o apoio dos grandes meios de divulgação: as cassettes PCP jamais são divulgadas na RDP e não colhem nunca — nem em vídeo clip... — a atenção da televisão... O esforço promocional é assegurado pelos próprios meios da editora, num contacto directo (por vezes, mesmo porta a porta) com o público.

A realidade é que, pesem embora estas dificuldades de acesso ao mercado, os produtos fonográficos PCP impõem-se junto do público. Sem o apoio das grandes multinacionais do ramo (com que conta a concorrência que tem **special friends** abonados e compradores) e apesar do boicote activo dos media, todos os seus lançamentos — quase sempre produções de vanguarda — dispõem de um público certo, com constante tendência ao alargamento e à criação de um mercado vasto e heterogéneo.

E depois, é claro, vem a questão da pirataria.

Incapazes de assegurar uma produção que corresponda aos gostos e necessidades dos ouvintes e esgotadas as possibilidades de impedir a divulgação das cassettes PCP nos media que dominam, a concorrência acaba no plágio fribusteiro e pirata.

Como sempre acontece, a produção pirata é tecnicamente medíocre e moralmente indefensável.

Um lançamento já com alguns anos e cuja cassette foi objecto de comentários depreciativos — o tema «Denúncia da corrupção» — encontrou tal receptividade junto do público que praticamente todas as editoras (mesmo as mais atingidas pelo lançamento original) se lançaram afanosamente na edição de sucedâneos...

Igualmente o tema «Demissão do governo, dissolução da Assembleia da República» — classificado ao tempo de inteiramente inadequado à sensibilidade e gostos do público nacional — acabou por se impor e tem hoje versões piratas em interpretações de baixíssimo nível e transparente oportunismo.

Também «Há espaço político para outras formações partidárias» que durante anos foi praticamente um persistente exclusivo daquela produtora se revelou afinal como um tema inteiramente correspondente às realidades do País.

Os responsáveis da produção PCP afirmam não haver qualquer segredo neste acumular de êxitos populares. «Trata-se tão só — dizem — de estar profundamente ligado ao público, conhecer as suas necessidades e gostos através de uma interligação constante; assegurar uma estrutura produtiva coesa, empenhada, dedicada; ser honesto e realista no trabalho; e ser persistente!»

Qualquer observador atento verificará que a pirataria que atinge esta editora assume as características que, por todo o mundo, dão dores de cabeça à produção do ramo. Logo que um lançamento se impõe junto do público, o pirata reproduz o tema: em péssimas condições de reprodução que inteiramente alteram a qualidade e significado do original, sem qualquer referência de autores, acrescentando contrafactos de inconfessáveis objectivos.

A agravada crise que assaltou recentemente a concorrência levou a uma exaltada actividade dos piratas que buscam afanosamente os êxitos que lhes restringiram o mercado num esforço de reconversão da sua produção.

Nos pubs e «espaços» onde se reúnem e entre exclamações tipo «Yo-ó-óh» e uma garrafa de uísque», os homens do marketing político planificam piratices.

É que o galeão está a ir ao fundo ■

PCP



Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas

Proclamação

No dia 26 de Maio realizou-se uma Conferência Nacional do Partido Comunista Português sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas, com o lema «Reforçar o Poder Local Democrático, melhorar a vida das populações».

1.

A Conferência Nacional do PCP reuniu-se num momento crucial da vida política do País caracterizado por dois traços fundamentais:

- **de um lado**, o Governo e a coligação PS/PSD — que agravaram a um ponto extremo a crise política, económica, financeira, social e moral em que o País se debate e intensificaram a níveis sem precedentes a ofensiva contra as conquistas democráticas de Abril —, afundam-se no processo de contradições, disputas e rivalidades que os coloca à beira da ruptura, mas agarram-se ao poder e procuram sobreviver à custa de novos golpes contra o regime democrático e os interesses nacionais;

- **do outro**, amplia-se e reforça-se a magnífica resistência popular à política contra-revolucionária, com numerosas acções e grandiosas manifestações, greves e jornadas de luta dos trabalhadores, agricultores, de outras classes e camadas médias, das mulheres e dos jovens, marcadas por grande combatividade e determinação, ao mesmo tempo que se acentuam as tendências para a rearmarção das forças políticas, com a alteração do quadro partidário e se fortalecem os factores de aproximação e de unidade das forças democráticas interessadas em assegurar uma saída para a situação.

A Conferência Nacional do PCP proclama que a superação do actual impasse que afecta profundamente a vida nacional e expõe o regime democrático às graves ameaças que sobre ele se acumulam **torna imperiosa e urgente uma intervenção institucional** que abra caminho a soluções alternativas para o Governo e a política do País.

A evolução da vida política nacional variará consideravelmente consoante for ou não adoptada uma tal iniciativa institucional. Isso acontecerá também com o processo eleitoral para as autarquias.

A Conferência Nacional do PCP salienta no entanto que as eleições para as autarquias locais a realizar no final do ano corrente serão em quaisquer circunstâncias uma grande batalha para a defesa do Poder Local e do regime democrático e que a sua preparação constitui desde já uma forma importante de intervir na situação política geral.

A Conferência Nacional do PCP examinou aprofundadamente a situação do Poder Local, a actividade dos comunistas e da APU nas autarquias e a preparação das eleições autárquicas tendo apurado as seguintes conclusões:

Primeira: A necessidade de intensificar a luta de massas em defesa do Poder Local Democrático, grande conquista de Abril ameaçada pela política contra-revolucionária do Governo PS/PSD;

Segunda: A clara superioridade e a obra notável a favor das populações realizada pelos comunistas e a APU nas autarquias, motivo de confiança e argumento determinante na próxima campanha;

Terceira: Melhoria e aperfeiçoamento do estilo da gestão APU durante o próximo mandato, reforçando a participação, a unidade e o diálogo aproveitando a experiência e aumentando a eficácia;

Quarta: A necessidade de transformar as eleições autárquicas numa grande batalha de massas;

Quinta: A demissão do Governo PS/PSD, de acordo com a exigência popular, condição fundamental para a defesa do Poder Local Democrático e das demais conquistas de Abril e para abrir caminho a uma política de alternativa democrática e patriótica.

Estas cinco conclusões consubstanciam a prática e as propostas do PCP no quadro da APU em relação aos problemas que afectam as autarquias e respeitam à preparação das próximas eleições autárquicas, constituindo um verdadeiro programa de acção para a defesa e consolidação do Poder Local Democrático.

2.

A Conferência Nacional do PCP alerta os trabalhadores e a opinião democrática para a grave ameaça que se abate sobre o Poder Local como acontece com todas as outras conquistas de Abril.

A ofensiva contra o Poder Local é uma das componentes do processo contra-revolucionário conduzido pelos sucessivos governos de direita e intensificado pelo actual Governo PS/PSD, e insere-se nos seus planos de instauração de um Estado repressivo e totalitário.

Os principais traços da ofensiva são:

- a asfixia financeira das autarquias;
- a revogação da Lei de Finanças Locais;
- a imposição de encargos às autarquias sem os correspondentes meios;

- a redução do número de eleitos;
- a aprovação de normas centralizadoras e burocratizantes;
- o abuso pelo Governo de inspecções, inquéritos e sindicâncias, ao serviço de campanhas caluniosas conduzidas pelos partidos do Governo;

- a tutela tipicamente totalitária e fascizante do Governo sobre as autarquias (estabelecida pela Lei já aprovada na generalidade pela Assembleia da República).

A Conferência Nacional do PCP salienta que a ofensiva contra o Poder Local foi enfrentada e contrariada através de grandes lutas entre as quais sobressaem as jornadas de massas dos eleitos e dos trabalhadores das autarquias.

Através da luta foi possível impor consideráveis recuos ao Governo PS/PSD e alcançar importantes vitórias parciais. Destacam-se entre estas:



da Conferência Nacional



Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas

- a não aplicação dos limites máximos estabelecidos para os encargos do pessoal;
- a transferência de uma verba adicional para os encargos com os transportes e a acção social escolar;
- o protelamento durante vários meses do debate parlamentar da proposta de lei da tutela;
- a não aplicação na prática do Decreto-Lei sobre a Taxa Municipal de Transportes, e a não concretização da transferência para os municípios dos encargos com os transportes urbanos e com o pagamento aos professores do ensino primário.

Estas vitórias constituem um grande incentivo para que prossiga, se desenvolva e alargue a luta e se reforce o seu carácter de massas, em defesa do Poder Local e do regime democrático.

3.

A Conferência Nacional do PCP fez o balanço e pôs em destaque a obra notável realizada nos municípios de maioria APU e a clara superioridade da sua gestão sobre a das outras forças políticas.

A obra realizada atinge resultados verdadeiramente espectaculares em domínios tão decisivos para a vida das populações como são: o saneamento básico (águas, esgotos e lixo), a rede viária, a recuperação de zonas urbanas degradadas, a electricidade, a protecção e apoio à infância, o apoio à terceira idade, o desporto, a cultura, o património cultural e natural, a ocupação dos tempos livres.

A Conferência Nacional do PCP sublinha que hoje está claramente demonstrado que onde as populações têm possibilidade de conhecer melhor os métodos de gestão, a acção eficaz e dedicada dos comunistas e dos seus aliados na APU, o apoio alarga-se, a confiança confirma-se e reforça-se, a obra é reconhecida.

A superioridade da APU assenta num estilo e num método profundamente democráticos e em que ressaltam os seguintes traços essenciais:

- a participação popular na definição das principais orientações e deliberações dos órgãos municipais e das freguesias;
- a realização frequente de jornadas de trabalho voluntário das populações;
- a honestidade e isenção nas admissões, definição de prioridades e distribuição de benefícios às populações;
- o diálogo, a procura do consenso e da unidade, especialmente com outros eleitos e os trabalhadores;
- a participação consciente e abnegada dos trabalhadores das autarquias;
- a gestão eficiente com a reorganização dos serviços, a adopção de métodos e técnicas modernas, a administração directa de obras e a descentralização de recursos para as freguesias.

A obra e o estilo das autarquias de maioria APU que contrasta vivamente com o que se passa na maior parte das autarquias de gestão PS, PSD e CDS, bem como o trabalho abnegado dos eleitos comunistas que actuam em minoria, representam um fortíssimo argumento e motivo de confiança para as próximas eleições autárquicas e constituem um manancial de ensinamentos adquiridos para o futuro mandato.

4.

A Conferência Nacional do PCP proclama como programa básico dos comunistas no quadro da APU para o futuro mandato o desenvolvimento e aperfeiçoamento do seu próprio estilo de gestão, a firme defesa da autonomia administrativa e financeira das autarquias face ao Poder Central, a continuação da vasta obra realizada e o incremento da eficácia da administração visando melhorar a vida das populações.

A Conferência Nacional do PCP salienta como aspectos mais exemplares do estilo da APU: a dedicação, a isenção, a honestidade, a competência, a unidade, a participação, a informação e a prestação de contas.

Nas relações com o Poder Central os comunistas preconizam a maior firmeza na luta em defesa da autonomia administrativa e financeira das autarquias, consagrada na Constituição, combatendo a legislação antidemocrática e contrária ao Poder Local e exigindo a sua pronta revisão, combatendo pela revogação das disposições legais que mantenham ou reforcem inconstitucionalmente os poderes de tutela, opondo uma decidida resistência à asfixia financeira das autarquias.

A Conferência Nacional do PCP aponta, baseada nos processos de gestão APU, a necessidade de assegurar em todas as circunstâncias o funcionamento democrático dos órgãos autárquicos e a participação e a mobilização dos trabalhadores das autarquias como forma fundamental de defender e reforçar o Poder Local e de aumentar a sua capacidade de resposta aos problemas das populações. O melhoramento da vida das populações deve ser sempre o critério essencial para a acção no Poder Local.



5.

A Conferência Nacional do PCP aponta a necessidade da campanha eleitoral para as autarquias ser transformada numa grande batalha de massas que atenua as consequências das discriminações de que o PCP e a APU são objecto e reforça as vantagens com que se apresentam perante o eleitorado autárquico.

A democraticidade das eleições só pode ser assegurada com a demissão do Governo PS/PSD, cuja actividade em todos os domínios da vida política nacional especialmente na comunicação social é caracterizada pela manipulação despidorada, a hegemonização, o sectarismo, a tendência para o totalitarismo.

Ainda que esse objectivo possa ser concretizado, a curto prazo, como o povo reclama, substituem múltiplas formas, brutais ou subtile de coacção económica, social, psicológica, moral e algumas vezes religiosas, associadas à permanência de situações onde o exercício das liberdades democráticas não estão asseguradas, que têm que ser devidamente enfrentadas e combatidas.

O PCP e APU disfrutam no entanto de grandes vantagens que podem ser consideravelmente reforçadas com um trabalho voltado para as massas, assente:

- na valorização do trabalho realizado pela APU em maioria ou minoria;
- no prestígio ganho pelos comunistas e seus aliados na resistência à política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo PS/PSD;
- na participação das populações, na prestação de contas, na elaboração dos programas e definição das prioridades;
- na grande abertura democrática, na formação das listas e das comissões eleitorais;
- na conjugação dos meios tradicionais de contactos com os eleitos, com a utilização do porta-a-porta, os meios audiovisuais e outros.

A APU apresenta-se também com a vantagem de os partidos que a constituem — o PCP e o MDP — terem sido os únicos que já anunciaram a forma como se apresentam às eleições — coligados na APU em todo o País.

A Conferência Nacional do PCP salienta que a APU, coligação aberta de todos os democratas, apresentar-se-á nas próximas eleições com vastas provas dadas, um imenso capital de experiência, e simultaneamente renovada por um grande alargamento unitário.

A Conferência Nacional do PCP proclama:

- o voto na APU é o voto certo para contribuir para o reforço do Poder Local Democrático e melhorar a vida das populações;
- o voto na APU é uma expressão do protesto e do descontentamento contra a política de miséria e exploração, contra os atentados aos interesses dos trabalhadores, pequenos e médios agricultores, comerciantes, industriais, intelectuais, jovens, mulheres e idosos e aos interesses do País e à soberania nacional;
- o voto na APU é o voto útil que conta e contribui para reforçar a força política que não hesita nem vacila na defesa dos interesses do povo e da democracia, que é o principal e mais seguro esteio do 25 de Abril, que é a força decisiva para uma alternativa democrática.

A Conferência Nacional do PCP aponta como objectivos eleitorais do voto na APU:

- manter a maioria da Aliança Povo Unido nos municípios e freguesias em que actualmente existe, converter maiorias relativas em absolutas, derrotando as eventuais coligações reaccionárias do PS, do PSD e do CDS que se venham a formar de forma aberta ou encapotada;
- ganhar a maioria em mais municípios e freguesias, reforçar as posições da APU ou obter representação em órgãos autárquicos em que até agora a APU não estava representada;
- concorrer a todas as Câmaras e Assembleias Municipais e aumentar o número de listas da APU em Assembleias de Freguesia para mais de 3000;
- reforçar a votação e a percentagem global da Aliança Povo Unido;

• contribuir para o êxito de outras batalhas políticas designadamente através de um grande alargamento da APU e de um grande trabalho unitário e de massas.

A Conferência Nacional do PCP define os traços principais que têm caracterizado e devem continuar a caracterizar, neste período, a preparação das eleições autárquicas:

- uma grande combatividade e confiança nos resultados eleitorais e noutros resultados, de natureza não eleitoral, que a preparação das eleições permite;
- uma grande abertura unitária nos contactos para a formação de listas, comissões eleitorais, comissões de apoio e outras estruturas organizativas;
- um estilo de trabalho virado para as massas, que reflecte a íntima ligação do Partido ao povo e contribui para a aprofundar.

6.

A Conferência Nacional do PCP, tendo analisado a evolução da situação nacional, alerta com profunda preocupação para a grave situação que poderá criar-se no País e nas instituições se o Governo PS/PSD e a Assembleia da República na sua composição actual subsistirem para além de 14 de Julho, data a partir da qual o Presidente da República fica constitucionalmente impedido de usar o poder de dissolução.

Os líderes dos partidos da coligação governamental não escondem que preparam grandes manobras e operações de subversão para além dessa data, que envolvem novos ataques contra as conquistas democráticas do 25 de Abril e os direitos dos trabalhadores, que podem atentar contra a democraticidade das eleições autárquicas e presidenciais e que podem atingir a própria situação nas instituições, incluindo a Presidência da República.

A crise aguda em que de novo está mergulhada a coligação governamental e o Governo confirma a instabilidade, o carácter artificial, a natureza golpista e reaccionária da junção de dois partidos que ocupam o poder, explica o descalabro a que conduziram a vida nacional em todos os domínios e dão razão à veemente exigência popular da demissão do Governo e de dissolução da Assembleia da República.

A própria coligação governamental fustigada e batida pela luta popular oferece uma ocasião soberana para uma intervenção institucional que, com a demissão do Governo e a dissolução da Assembleia, devolva às instituições o funcionamento que torne possível as alternativas políticas, como é próprio do nosso regime democrático.

A Conferência Nacional do PCP proclama que esta ocasião não pode ser perdida sob pena de graves prejuízos para o povo, para o País, para o regime democrático e para a própria salvaguarda da soberania nacional.

A Conferência Nacional do PCP apela aos trabalhadores, aos democratas, aos patriotas, independentemente da sua posição partidária, para que se associem às acções que visam a demissão do Governo e se disponham a viabilizar e a cooperar num Governo Democrático de Salvação Nacional, que se apresenta como a alternativa adequada à situação presente e — quaisquer que sejam os resultados de eleições legislativas antecipadas — como a solução de governo capaz de enfrentar com êxito os problemas nacionais.

A Conferência Nacional do PCP saúda os comunistas e todos os activistas da APU e sublinha que a actividade que desenvolvem na preparação das eleições para as autarquias locais é uma importante contribuição para as grandes batalhas que estão em curso em defesa das conquistas democráticas de Abril e do regime democrático consagrado na Constituição.

Discurso de Carlos Costa no Pavilhão dos Desportos

Actualizar e aprofundar as grandes orientações, dar respostas aos novos problemas

Abrindo os trabalhos da Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas, o camarada Carlos Costa, pronunciou um extenso discurso no qual, além de apresentar um balanço global do trabalho da APU e de caracterizar o estilo de trabalho dos comunistas nas autarquias, falou das perspectivas e tarefas que se colocam ao PCP nesta área. Do discurso publicamos alguns extractos.

O PCP e a APU têm actualmente a maioria em 55 municípios e 335 freguesias. O PCP e a APU têm igualmente posições em minoria em 74 Câmaras e 195 Assembleias Municipais, em centenas de Assembleias de Freguesia e em muitos casos nos respectivos executivos. No conjunto dos órgãos do Poder Local, a APU tem mais de 9 mil eleitos.

É a partir de tais posições que se desenvolve o essencial da nossa actividade nas autarquias.

Nas situações de maioria ou nas situações de minoria, o PCP e a APU têm manifestado uma superioridade clara e indelével. É corrente ouvir-se expressões populares do tipo «os da APU, nas autarquias, são os melhores».

O facto de termos, de eleição para eleição, aumentado o número de municípios e freguesias em que temos a maioria, transformando várias maiorias relativas em maiorias absolutas, não tendo perdido em 1982 um só município, enquanto os outros partidos perderam uns para os outros ou para a APU um total de 80 municípios, é uma demonstração clara de que onde as populações têm possibilidade de conhecer melhor os métodos de gestão, a acção eficaz e dedicada dos comunistas e seus aliados na APU, o apoio alargado, a confiança confirma-se e reforça-se, a obra é reconhecida. (...)

Como dado global convém referir que os 55 concelhos de maioria APU abrangem uma área correspondente a 30,6% do território nacional na qual vive 1 milhão e 750 mil habitantes e que estes municípios contam com 16 mil trabalhadores ao seu serviço e geriram ou vão gerir ao longo deste mandato de três anos uma verba um pouco superior a 40 milhões de contos (que parecendo elevada é muito escassa em relação às necessidades e àquilo a que tinham legalmente direito). (...)

Trabalho feito

Os avanços concretizados nestes domínios, desde 1974 até ao final de 1984, nos 55 municípios de maioria APU podem ser traduzidos em números: a percentagem de população servida por abastecimento de água ao domicílio passou de 58% para 90%; a população servida por redes de esgotos passou de 52% para 80%; e a abrangida pela recolha de lixo passou de 40% para 78%.

Nestes 55 municípios foram construídos e reparados milhares de quilómetros de estradas municipais e caminhos vicinais.

No domínio da electrificação, e apesar dos obstáculos postos pelo Governo à integração total da distribuição de energia na

EDP, e dos boicotes e entraves postos por alguns responsáveis da própria EDP às boas relações com as autarquias locais, são muito significativos e de grande importância para a vida quotidiana das populações os avanços conseguidos neste domínio nos municípios de maioria APU: a percentagem de população servida pelas redes de energia eléctrica passou de 58% para 79% entre 1974 e 1984. No distrito de Setúbal, essa percentagem atingiu os 98% no final de 1984. Mais significativo ainda é o facto de terem sido electrificadas centenas de pequenas povoações.

Apesar do problema da habitação, em particular a promoção directa de habitação social competir essencialmente à Administração Central, as autarquias de maioria APU têm dado uma importante contribuição para ajudar a resolver este grave problema nacional, em particular através do apoio em projectos, terrenos e infra-estruturas a cooperativas de habitação e associações de moradores e à auto-construção, da recuperação dos loteamentos «clandestinos» consolidados e recuperáveis e, na medida das possibilidades, do apoio à recuperação de casas degradadas.

No domínio de importantes equipamentos como, por exemplo, os mercados, foi realizada uma vasta e diversificada obra. No caso referido, foram construídos mais 77 novos e modernos mercados, com grande impacto no melhor e mais higiénico abastecimento público e no desenvolvimento local.

Os resultados concretos atingidos em muitos outros domínios, em consequência da acção directa dos municípios de maioria APU ou do seu apoio à iniciativa de organizações populares, são também muito elucidativos. (...)

De destacar igualmente a acção importantíssima desenvolvida pelas 78 freguesias de maioria APU situadas em municípios em cujos órgãos a maioria pertence a outras forças políticas. Como se refere no documento síntese, são de realçar em particular a construção de estradas e caminhos, de parques infantis, de fontanários e obras de saneamento, de sedes de Juntas, de electrificação, cemitérios, mercados e praias fluviais, postos médicos e ordenamento do trânsito. Em muitas destas obras foi fundamental a participação popular com trabalho voluntário e no plano financeiro o apoio da Associação de Eleitos Comunistas e Outros Democratas. As Juntas de Freguesia tiveram também um papel importante na luta contra os despejos, no apoio aos desalojados das cheias, na luta por novas carreiras de transportes colectivos, contra o encerramento de apeadeiros e ramais da CP, contra a poluição, contra

a nefasta eucaliptização e em muitas outras.

A comparação com o trabalho realizado pela generalidade dos municípios com maioria de outras forças políticas — onde essa comparação é possível — é altamente favorável à APU. Na vasta área do território nacional abrangida pelos municípios de maioria APU os avanços alcançados em 10 anos transformaram profundamente a vida quotidiana das populações.

Responder aos problemas

O aprofundamento das orientações e a resposta aos proble-

mas que se vão colocar deverá

ter as seguintes direcções essenciais:

- A participação popular, a informação e prestação de contas, o atendimento do público, é uma matéria em relação à qual surgem frequentemente dificuldades; por isso mesmo, terá que ser objecto de uma assídua troca e generalização de experiências;

- A luta pelo funcionamento democrático dos órgãos de Poder Local, pela sua colegialidade e democraticidade, pela valorização do papel das Assembleias Municipais e de Freguesia e pela instituição e dinamização dos Conselhos Municipais, a participação e mobilização dos trabalhadores das autarquias; e a descentralização de verbas e competências dos municípios para as freguesias;

- Melhorar da gestão e poupança de recursos, sobretudo no que toca à mais racional utilização dos parques de máquinas na base de acordos intermunicipais, melhoria da gestão administrativa e financeira, da organização de serviços e da adopção de métodos e técnicas modernas e eficientes;

- Melhorar da acção das autarquias na área da cultura, património, desporto e juventude, que tendem a assumir um papel cada vez maior à medida que vão sendo resolvidos cada vez mais problemas no domínio das

infra-estruturas e equipamentos;

- Reforço do trabalho nas freguesias, estímulo à sua maior intervenção na resolução dos problemas das populações e na articulação das organizações populares, nomeadamente das Comissões de Moradores, com o Poder Local;

- Acompanhamento, debate e luta em torno das questões colocadas pela nova legislação sobre o Poder Local já publicada ou anunciada ou que venha eventualmente a surgir.

Partindo da rica experiência e conhecimentos já adquiridos é necessário melhorar o nosso tra-

balho no domínio da administração urbanística e política de solos (em que se inclui o delicado problema de enfrentar e encontrar alternativas para os loteamentos clandestinos) da ecologia, do saneamento básico e recursos hídricos, da habitação, da rede viária, do trânsito e transportes, da electrificação, da luta pelo desenvolvimento económico e social do concelho e da região,

Preparar as eleições

da educação e ensino, da saúde e segurança social, da segurança dos cidadãos e protecção civil. (...)

É neste momento impossível prever com exactidão a situação política geral, o quadro partidário e todo o sistema de alianças que vão condicionar as próximas eleições gerais autárquicas. No que toca à situação política, se antes se realizarem eleições legislativas, as forças democráticas estarão, obviamente, em muito melhores condições

para a disputa das eleições autárquicas. No que respeita ao quadro partidário e de alianças, só os partidos que integram a Aliança Povo Unido definiram claramente a sua posição: concorrerem ligados na APU em todo o País. Esta é, aliás, mais uma notória vantagem que levamos sobre todas as outras forças políticas. Foi, portanto, de muito grande

importância a assinatura de um protocolo eleitoral entre o PCP e o MDP/CDE que dá o suporte jurídico à Aliança Povo Unido, e de um outro protocolo entre o PCP e o Partido «Os Verdes» que estabelece as bases da cooperação eleitoral entre os dois partidos, no quadro da APU. (...)

Podemos dizer que três traços têm caracterizado, e devem continuar a caracterizar, o trabalho preparatório das eleições autárquicas:

- uma grande combatividade e confiança nos resultados elei-



torais e outros resultados, de natureza não eleitoral, que a preparação das eleições permite;

- uma grande abertura unitária nos contactos para a formação de listas, comissões eleitorais, comissões de apoio e outras estruturas organizativas;
- um estilo de trabalho virado para as massas, que reflectem a íntima ligação do Partido ao povo e contribui para a aprofundar.

A combatividade e confiança como assinala o projecto de documento-síntese, não é artificial ou voluntarista. Tem raízes sólidas no notável trabalho realizado pela APU nos municípios e freguesias em que está em maioria e na sua intervenção generosa e construtiva nos órgãos autárquicos com maioria de outras forças políticas; assenta na resistência à ofensiva do Governo contra as autarquias; assenta no acrescido prestígio do PCP devido à sua acção política geral, ao seu combate à política do Governo PS/PPD-PSD de miséria, destruição e descalabro económico, de tentativa de limitar seriamente o exercício das liberdades, de destruir as instituições constitucionais e fazer de Portugal um mero satélite do imperialismo americano e dos monopólios da CEE.

A grande abertura e audácia unitária nos contactos para a formação de listas e estruturas or-

torais e outros resultados, de natureza não eleitoral, que a preparação das eleições permite;

- uma grande abertura unitária nos contactos para a formação de listas, comissões eleitorais, comissões de apoio e outras estruturas organizativas;
- um estilo de trabalho virado para as massas, que reflectem a íntima ligação do Partido ao povo e contribui para a aprofundar.

A paz em moção

Por unanimidade e aclamação foi aprovada, perto do final dos trabalhos, uma moção onde, a propósito da comemoração do 40.º aniversário da vitória sobre o nazifascismo e após se recordar que «o poder destrutivo e mortífero das armas nucleares atingiu tais níveis que as duas bombas atómicas que há 40 anos destruíram Hiroshima e Nagasaki, comparadas com as que estão prontas a disparar, não passariam de vulgares armas convencionais», se denuncia que «o imperialismo, e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano, prossegue a sua política de tensão, intensifica a corrida aos armamentos nucleares na Terra e pretende alargá-la ao espaço cósmico».

Mas «a unidade e a acção de todas as forças anti-imperialistas e amantes da paz podem inverter este perigoso curso dos acontecimentos», pelo que, «tendo presente a contribuição das autarquias locais neste domínio, designadamente as declarações de dezenas delas considerando os seus territórios livres de armas nucleares», os delegados à conferência apelam, nomeadamente, para o maior apoio unitário no nosso país à **Semana do Desarmamento** promovida pela ONU no próximo mês de Outubro, que todos se associem às acções evocativas do 40.º aniversário da deflagração das bombas atómicas em Hiroshima e Nagasaki (6 e 9 de Agosto), se prossiga e intensifique a luta em defesa da independência, soberania e segurança nacionais e se incentivem acções de solidariedade para com os povos vítimas das agressões do imperialismo, designadamente a Nicarágua.

torais e outros resultados, de natureza não eleitoral, que a preparação das eleições permite;

- uma grande abertura unitária nos contactos para a formação de listas, comissões eleitorais, comissões de apoio e outras estruturas organizativas;
- um estilo de trabalho virado para as massas, que reflectem a íntima ligação do Partido ao povo e contribui para a aprofundar.

A combatividade e confiança como assinala o projecto de documento-síntese, não é artificial ou voluntarista. Tem raízes sólidas no notável trabalho realizado pela APU nos municípios e freguesias em que está em maioria e na sua intervenção generosa e construtiva nos órgãos autárquicos com maioria de outras forças políticas; assenta na resistência à ofensiva do Governo contra as autarquias; assenta no acrescido prestígio do PCP devido à sua acção política geral, ao seu combate à política do Governo PS/PPD-PSD de miséria, destruição e descalabro económico, de tentativa de limitar seriamente o exercício das liberdades, de destruir as instituições constitucionais e fazer de Portugal um mero satélite do imperialismo americano e dos monopólios da CEE.

A grande abertura e audácia unitária nos contactos para a formação de listas e estruturas or-



O trabalho colectivo, a participação activa dos militantes comunistas, foi um dos traços característicos não só da Conferência como da sua preparação ao longo dos meses em todo o País

ganizativas, é uma linha fundamental do trabalho de preparação das eleições. As condições objectivas para que tal seja possível resultam da própria situação política, do profundo descontentamento contra a actuação do PS, PPD/PSD e CDS a nível nacional e em muitíssimos órgãos autárquicos. Na verdade, o alargamento unitário da APU não foi uma orientação traçada em abstracto e desadequada da realidade. Os contactos já realizados com eleitos, militantes, simpatizantes ou ex-eleitores sobretudo do PS, mas também de outros partidos e com homens e mulheres sem partido, têm tido, em geral, o melhor acolhimento. Nas próximas eleições, mais ainda do que no passado, a APU terá nas suas listas candidatos que foram de outros partidos, além de um peso muito elevado de independentes. Terminada esta Conferência, nenhuma tarefa de preparação das eleições será de momento mais urgente do que impulsionar a formação e alargamento unitário das listas, condição básica para transformar o profundo descontentamento existente numa grande votação na APU. (...)

Terá que continuar a ser determinante na constituição das listas a garantia de honestidade e competência, o aproveitamento da enorme experiência acumulada, uma composição social equilibrada.

A adopção de um estilo de trabalho virado para as massas, na preparação das listas, nos programas eleitorais, e nas outras tarefas, é outra linha essencial do trabalho que se tem vindo a generalizar. Este estilo de massas, característico de toda a actividade do nosso Partido, nas autarquias e nas outras frentes de trabalho, tem uma especial razão de ser no trabalho pré-eleitoral. É necessário que sejam criadas reais possibilidades de participação na escolha dos candidatos, na elaboração dos nossos programas e propostas políticas, e noutras acções pré-eleitorais e eleitorais.

Muitas organizações do Partido e outros activistas da APU começaram já a preocupar-se com a elaboração de programas eleitorais. É justa essa preocupação. Em muitos concelhos e freguesias, mesmo nas regiões politicamente mais difíceis, a APU é a única força política que se apresenta com um programa eleitoral. É importante que isso aconteça. Para nós, o programa é um compromisso de honra, a ser cumprido a todo o custo. Seremos a única força política que se vai apresentar às eleições prestando contas do cumprimento dos programas que apresentou. É um justo motivo de orgulho para todos nós podermos di-

zer que os programas eleitorais apresentados em 1982 foram cumpridos e ultrapassados em praticamente todos os municípios e freguesias em que estamos em maioria. Também onde estamos em minoria cumprimos plenamente o compromisso de lutar pela satisfação das carências que mais afectam as populações. É com a mesma preocupação de seriedade que o trabalho está agora a ser desenvolvido. (...)

Os programas devem traduzir um compromisso de trabalho honesto, sério, dedicado, em unidade e cooperação com os outros eleitos, sejam quais forem as forças políticas que os fizeram eleger, desde que estejam seriamente interessados na resolução dos problemas das populações e no progresso das suas terras.

No quadro do trabalho de preparação de eleições assume também um grande papel a prestação de contas e valorização do trabalho realizado. No imediato, a divulgação dos balanços que aqui serão apresentados, das orientações que aqui serão certamente confirmadas e aprofundadas, será uma importante forma de assegurar uma informação verdadeira sobre a nossa actividade nas autarquias. A actividade de informação e esclarecimento terá que prosseguir de forma adequada durante o Verão. A Festa do Avante! Será uma oportunidade que teremos que aproveitar devidamente para divulgar o nosso trabalho. (...)

Os objectivos ao nosso alcance

Está ao nosso alcance, com muito trabalho e determinação, alcançar os objectivos eleitorais que são propostos no projecto de documento-síntese e lutar por alcançar os objectivos específicos que aqui vão ser apresentados nas intervenções das Direcções Regionais, na sequência do debate que travamos.

Manter a maioria nos municípios e freguesias em que já a temos e passar maiorias relativas a absolutas, derrotando as alianças abertas ou encapotadas do PS, PPD-PSD e CDS, tem de ser o nosso primeiro objectivo.

Ganhar a maioria em mais municípios e freguesias, obter mais posições e representação em órgãos autárquicos em que até agora a APU não esteve presente, são objectivos que mobilizam as organizações e militantes do Partido, os activistas da APU e que devem ser levados às massas, demonstrando que não se trata de meros objectivos partidários mas sim de necessidades para a defesa dos interesses das populações e do Poder Local democrático.

Concorrer em cerca de 3100 freguesias, continuando assim a

progredir, (apresentamos 1175 listas em 1976, 2299 em 1979 e 2597 em 1982) é não só contribuir para um bom resultado global, mas também abrir caminho ao reforço da nossa implantação onde somos mais fracos, criar melhores condições para a luta em defesa dos interesses das populações e fazer recuar o domínio dos caciques e da reacção, através do esclarecimento e da progressiva atenuação de preconceitos anticomunistas.

Vamos sair desta Conferência mais capacitados para dar um grande impulso ao trabalho de preparação das eleições autárquicas e para travar a luta em defesa do Poder Local e do regime democrático.

Audácia, combatividade e confiança é a atitude que mais nitidamente se sente em todo o Partido a respeito da preparação das eleições e do próximo mandato.

Estamos certos que é neste clima que vai decorrer esta Conferência. Existem muitas dificuldades e perigos para o regime democrático e para o Poder Local que dele é parte integrante.

Mas a combatividade, a audácia e a confiança são um elemento essencial não só para conduzir e alargar a luta, mas também para alcançar a vitória indispensável à concretização do lema desta Conferência: **Reforçar o Poder Local democrático; Melhorar a vida das populações.**

Quatro sessões e um dia de trabalhos

Os trabalhos da Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas iniciaram-se à hora certa para que estavam convocados no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, havendo os 1137 delegados presentes — número revelado mais tarde —, aprovado em primeiro lugar as disposições de funcionamento. Por unanimidade foram aprovados a composição da Mesa, onde tomaram lugar os membros da Comissão Política e do Secretariado do CC e destacados militantes, membros de Direcções Regionais, presidentes de Câmaras, de Juntas de Freguesia, vereadores, em equilibrada representação de todas as regiões do país ou frentes de trabalho autárquico; os delegados aprovaram ainda os organismos da Conferência — Secretariado, Comissões de Verificação de Mandatos e de Redacção e, ainda, a Ordem de Trabalhos que, como era proposto, apresentava um único ponto — o Trabalho no Poder Local e as Eleições Autárquicas.

Funcionando sempre em Plenário, a Conferência organizou-se em quatro sessões, sendo as mesmas sucessivamente presididas pelos camaradas **Diniz Miranda, Jaime Serra, Luísa Araújo e José Vitoriano.**

Discursou em primeiro lugar o camarada **Carlos Costa**, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Tomaram sucessivamente a palavra os seguintes camaradas:

José Vieira, suplente do CC, membro da DORS, Presidente da Câmara Municipal de Almada, falou sobre «As Autarquias no Distrito de Setúbal»;

Helena Medina, do CC e da DORP, membro da Assembleia Municipal do Porto, falou sobre «Poder Local e Eleições Autárquicas no Distrito do Porto»;

Cândido Capela, da Comissão Concelhia de Guimarães, vereador da Câmara Municipal de Guimarães, falou sobre o Minho: «Trabalho nas Autarquias e Eleições Autárquicas»;

António Soares, vereador da Câmara Municipal de Coruche, falou sobre o trabalho autárquico no distrito de Santarém;

Deolinda Rosa Pereira, da Comissão Distrital de Beja, membro da Assembleia Municipal de Mértola, falou sobre «A Mulher e o Poder Local Democrático»;

João Amaral, deputado e

membro do Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP, falou sobre «A Acção Parlamentar do PCP em Defesa do Poder Local Democrático»;

Manuela Antunes da Silva, da Comissão Distrital de Aveiro, membro da Assembleia Municipal do Concelho da Feira, falou sobre a Beira Litoral: «Situação do Trabalho nas Autarquias e da Preparação das Eleições»;

José Casanova, da Comissão Política do CC e da Direcção da Organização Regional de Lisboa, falou sobre «Poder Local e Eleições Autárquicas no Distrito de Lisboa»;

A camarada **Bernardina Sebastião**, suplente da Comissão Política do CC apresentou o relatório da Comissão de Verificação de Mandatos;

João Rocha, da Direcção da Organização Regional do Alentejo e Presidente da Câmara Municipal de Serpa, falou sobre o «Trabalho das Autarquias APU no Alentejo e as Eleições Autárquicas»;

José Luís Marques de Sousa, da Direcção da Organização Regional de Leiria, membro da Assembleia Municipal da Marinha Grande, falou sobre o distrito de Leiria: «Situação do Trabalho nas Autarquias e Perspectivas Eleitorais»;

Macedo Varela, do Comité

Local do Porto, vereador da Câmara Municipal do Porto, falou sobre a cidade do Porto: «Gestão Autárquica e Perspectivas Eleitorais»;

José Gonçalves, da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira, membro da Assembleia Municipal do Funchal, falou sobre a «Situação e Trabalho Eleitoral» na Região Autónoma da Madeira;

Severiano Falcão, do CC, Presidente da Câmara Municipal de Loures, falou sobre «O Trabalho nas Autarquias e as Perspectivas Eleitorais em Loures»;

David Teixeira, da Comissão Concelhia de Penafiel, Presidente da Junta de Freguesia de Sebolido, falou sobre «Novas Freguesias, Situação e Perspectivas Eleitorais»;

Luís Correia, da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes, membro da Assembleia Municipal de Alijó, falou sobre Trás-os-Montes: «O Trabalho nas Autarquias e as Eleições Autárquicas»;

Lino Paulo, vereador da Câmara Municipal de Sintra, falou sobre Sintra: «O Trabalho nas Autarquias e Trabalho Eleitoral»;

António Teles André, da Comissão Concelhia da Covilhã, vereador da Câmara Municipal da Covilhã, falou sobre a Beira Interior: «O Trabalho das Autarquias e as Eleições Autárquicas»;

Leopoldo de Almeida, membro da Comissão junto do Comité Central para o Trabalho nas Autarquias, falou sobre a «Grande Lisboa e as Responsabilidades Autárquicas»;

Eurico Antunes, da Comissão Concelhia de Faro, vereador da Câmara Municipal de Faro, falou sobre «O Trabalho em Vila Real de Santo António e Vila do Bispo e Questões Eleitorais no Algarve»;

Jorge Zacarias, da Direcção Nacional da JCP, membro da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, falou sobre a «Juventude, o Poder Local e as Eleições Autárquicas»;

Artur Afonso, da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores, falou sobre «O Poder Local e as Próximas Eleições na Região Autónoma dos Açores»;

Lídia Pereira, da Direcção da Organização Regional de Setúbal, membro da Direcção do STAL, falou sobre «Os Trabalhadores das Autarquias Locais»;

António Silva Graça, do Comité Local de Lisboa, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, falou sobre «O Trabalho Autárquico e as Perspectivas Eleitorais na Cidade de Lisboa»;

Luís Sá, suplente do CC, Director da Revista «Poder Local», falou sobre «As Posições do PCP e da APU nas Autarquias, o Próximo Mandato, a Associação de Eleitos Comunistas e Outros Democratas».

Foi aprovada por unanimidade uma moção sobre a Paz, seguindo-se a leitura, pelo camarada **Manuel Sobral** do CC e da DORS, do Relatório da Comissão de Redacção.

Votados também por unanimidade e aclamação os documentos da Conferência — Documento-Síntese e Proclamação.

No final tomou a palavra o secretário geral do PCP, camarada **Álvaro Cunhal**.



O documento-síntese

O Documento-Síntese da Conferência, ele próprio resultado de um intenso trabalho preparatório — discussão e análise do respectivo anteprojecto distribuído às organizações do Partido, que recebeu numerosas propostas de alteração —, que contou com um exaustivo levantamento sobre o trabalho realizado nos 55 municípios e 335 freguesias de maioria APU e também nas autarquias em que a APU se encontra em minoria, recebeu, durante a Conferência novas alterações e melhoramentos.

Conforme revelou o Relatório da Comissão de Redacção, lido pelo camarada **Manuel Sobral**, foram recebidas mais de uma centena de propostas de emenda ao projecto, tendo sido a maioria delas, mais de noventa por cento, introduzidas no mesmo.

Como também o Relatório referiu, «mais uma vez ficou demonstrado que o trabalho colectivo, o debate alargado dos problemas e das soluções continuam a caracterizar o estilo de trabalho do nosso Partido».

PCP

Álvaro Cunhal no Pavilhão dos Desportos

«Mário Soares e o seu Governo estão dançando na corda bamba»

Quando foi anunciada a realização desta nossa Conferência Nacional chegaram-nos de várias origens algumas perguntas: «como se explica que, estando o PCP empenhado na luta pela demissão do Governo e pela realização de eleições legislativas antecipadas, sublinhando o PCP que a situação no fim do ano pode ser muito diferente da actual, adiando o PCP as questões relativas às eleições presidenciais que devem realizar-se pela mesma altura, porque não adia também o PCP o exame das eleições autárquicas e se apressa a fazer uma conferência nacional sobre a matéria? Porque realiza o PCP uma «Conferência Nacional sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas» com tanta antecedência?

A nossa resposta é clara e directa: realizamos esta Conferência Nacional e estamos já lançados na preparação das eleições autárquicas, porque as eleições autárquicas nos fins do ano terão enorme importância, não só para o Poder Local, mas para a evolução da situação política, seja ou não seja o Governo demitido até lá, tenham ou não tenham sido realizadas até lá eleições antecipadas para a Assembleia da República.

A esta explicação poderão alguns objectar que precisamente o mesmo se pode dizer das eleições presidenciais.

Sim, as eleições para a Presidência da República são igualmente importantes qualquer que seja a situação política de então.

Mas existe uma grande diferença.

Ao passo que a arrumação das forças políticas e eleitorais no apoio a candidatos às eleições presidenciais dependerá estritamente da demissão do Governo e da realização ou não realização das eleições antecipadas, a arrumação das forças políticas para as eleições autárquicas, no que se refere ao nosso Partido, está já definida seja ou não demitido o Governo, seja ou não dissolvida a Assembleia da República.

Enquanto para a apresentação de um candidato da democracia em condições de ganhar as eleições não existe ainda acordo ou consenso verificado, para avançar listas da APU existem os acordos políticos e os suportes jurídicos necessários.

De facto está assinado o protocolo eleitoral do nosso Partido com o MDP para uma vez mais concorrermos às eleições coligados na Aliança Povo Unido (APU). E, com acordo do MDP, está assinado um acordo do nosso Partido com o Partido «Os Verdes» para que estes continuem concorrendo nas listas da APU.

É, pois, boa altura para decidir e para avançar. O objectivo é claro: alcançar uma grande vitória da APU nas eleições autárquicas de 1985.

Creio camaradas, que tudo quanto se disse e se passou na nossa Conferência Nacional redobrou a nossa confiança em que este resultado será alcançado.

(...)

Um programa de acção para o próximo mandato

Com vistas às próximas eleições autárquicas, a nossa Conferência Nacional apresentou e aprovou as orientações para o novo mandato dos eleitos comunistas no quadro da APU.

Trata-se das linhas mestras de um programa de acção, que os comunistas, através de um exame colectivo e democrático, procurarão traduzir num programa de gestão para cada uma das Câmaras e Assembleias Municipais e para cada uma das Juntas e Assembleias de Freguesia, tendo em conta a diversidade de situações e os problemas concretos existentes em cada caso.

A nossa Conferência Nacional concretizou essas orientações em cinco pontos essenciais: três relativos a princípios gerais e dois relativos a políticas sectoriais.

Dos pontos relativos a princípios gerais, o primeiro aponta os traços característicos do estilo de trabalho: a dedicação, a isenção, a honestidade, a unidade, a competência, a eficácia, a boa administração e poupança dos recursos, a informação e prestação de contas às populações.

O segundo define os termos das relações com o Poder Central: defesa dos direitos e da autonomia do Poder Local, luta contra a asfixia financeira das autarquias, contra a legislação antiautárquica, contra as ingerências e as tentativas de tutela do Governo.

O terceiro, indicando o funcionamento democrático dos órgãos do Poder Local, sublinha, entre as suas características, a colegialidade e a democraticidade dos órgãos, o respeito pela legalidade, a participação e mobilização dos trabalhadores para a resolução dos problemas das populações, a descentralização e valorização das freguesias.

Dos pontos relativos às políticas sectoriais, um indica as grandes linhas de acção no domínio da administração urbanística e política de solos, da defesa do meio ambiente, da habitação, do saneamento, dos recursos hídricos, da rede viária, do trânsito, dos transportes, do desenvolvimento — apontando em cada caso as tarefas fundamentais.

Outro indica as grandes linhas de acção no domínio da educação e ensino, da cultura, do património, do desporto, da juventude, da ocupação dos tempos livres, da saúde, da segurança social, dos bombeiros e da protecção civil, desenvolvendo também largamente as tarefas fundamentais.

As linhas mestras de um programa de acção do novo mandato dos eleitos comunistas para as autarquias fundamenta-se na fidelidade ao regime consagrado na Constituição da República e ao Poder Local democrático, parte constitutiva essencial do regime; e fundamenta-se, também, numa larga, profunda e rica experiência da gestão autárquica realizada pelo PCP e pela APU.

É da mais alta importância um programa de acção. Fundamentado, correcto e justo. Respondendo, por um lado, às necessidades e aspirações das populações, e tendo em conta, por outro lado, os recursos e possibilidades reais. Estabelecido não com fins eleitoralistas, mas com objectivos reais a alcançar com o trabalho e com a luta.

Programa de acção, não para ganhar votos, mas para dinamizar apoios, vontades e energias, para realizar, para resolver.

O Povo português dispõe de dois sólidos critérios para estabelecer o seu grau de confiança em relação a programas e promessas.

O primeiro critério é comparar o que têm feito as autarquias de maioria APU e as autarquias da maioria de outros partidos, o que têm feito nas autarquias os eleitos do PCP e da APU e o que têm feito os eleitos dos outros partidos.

Referimos há pouco o balanço impressionante feito pela Conferência Nacional no trabalho realizado nas autarquias pelos eleitos do PCP e da APU.

E que balanço se pode fazer da actividade nas autarquias de maioria PS, PSD e CDS?

Nos documentos, no relatório e nas intervenções da Conferência Nacional houve o cuidado de afirmar repetidas vezes que, ao apreciarmos a gestão autárquica desses partidos, não fazemos generalizações — «generalizações indevidas» como disse o camarada Carlos Costa.

É, porém, uma realidade que, na nossa Conferência Nacional, foram apontados numerosos exemplos de que, em autarquias de maioria desses partidos, se verificam fenómenos negativos que podemos classificar em três séries:

Na primeira, a incompetência, a incapacidade e clamorosos erros de gestão.

Na segunda, o desrespeito completo pelos princípios e as práticas democráticas, o autoritarismo, a prepotência, o abuso do poder.

Na terceira, comportamentos incompatíveis com os deveres mais elementares dos gestores autárquicos e de graves consequências para as autarquias: irregularidades, ilegalidades, utilização das funções para obter terrenos, licenças e outros favores em benefício próprio, de familiares e de amigos, negociatas, compadrio, curso livre à especulação, adjudicação de empreitadas sem concurso, utilização e distribuição indevida de veículos, falta de prestação de contas, delapidação do património.

A comparação mostra sem qualquer dúvida a superioridade da gestão autárquica do PCP e da APU.

Por isso ouvimos com frequência membros de outros partidos, que, sem deixarem de o ser, nos dizem que se rendem à evidência da boa gestão autárquica do PCP e da APU e que nas eleições autárquicas votarão nas nossas listas.

O segundo critério de que o Povo português dispõe é confrontar, em relação aos vários partidos, aquilo que têm dito e aquilo que têm feito.

Na verdade, um traço essencial distingue os programas dos comunistas e os programas dos partidos do Governo. Os partidos do Governo lançam programas para enganar o povo. O PCP apresenta programas para cumprir.

Os partidos do Governo para convencerem da seriedade das promessas dão a palavra, mas logo faltam com ela. O PCP cumpre com sentido da responsabilidade a palavra dada.

Um exemplo elucidativo de como os partidos do Governo faltam à sua palavra, e de como o PCP respeita escrupulosamente a sua, é o caso de Vizela.

O Governo de Mário Soares, o PS, o PSD, prometeram a criação do concelho; formaram Governo e não cumpriram. Prometeram depois que o concelho seria criado logo que fosse aprovada uma desnecessária «lei-quadro da criação de municípios». Ora marcando, ora desmarcando a data da aprovação, fizeram da «lei-quadro» a promessa repetidamente feita e nunca concretizada. Depois quando finalmente aprovaram a «lei-quadro» logo tiveram o cuidado de introduzir uma emenda segundo a qual só será autorizada a criação de novos concelhos quando for aprovada (e ninguém sabe quando será) a lei da criação das Regiões Administrativas... o que significa que, se estes farsantes continuassem no Governo, arranjariam sempre novos pretextos e novas leis para recusar a criação do concelho de Vizela.

Em contraste com esses partidos, o PCP apoia essa grande aspiração do povo de Vizela e actuou sempre em conformidade. Sem quaisquer fins eleitoralistas. Apenas porque o povo de Vizela o quer e a aspiração é justa.

O Programa de acção e as orientações traçadas pela Conferência Nacional para os futuros eleitos comunistas não são apenas para fazer propaganda: são para cumprir.

Creio que estamos todos confiantes em que os eleitos do PCP nas próximas eleições as cumprirão.



Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas

Para uma grande vitória do PCP e da APU

Esta nossa Conferência Nacional não visa apenas a preparar o PCP para as eleições autárquicas. Visa alguma coisa mais. Visa preparar uma grande vitória do PCP e da APU nas próximas eleições.

Realizamos a Conferência Nacional na altura própria. Uma vitória, para ser alcançada, tem de preparar-se desde já.

Há uma condição básica altamente favorável ao nosso objectivo: o prestígio geral e o aumento da influência do PCP, o prestígio e a reconhecida superioridade da gestão autárquica do PCP e da APU e a consciência generalizada de que, onde os outros partidos fracassaram, o PCP no quadro da APU é capaz de resolver os mais graves problemas do País e melhorar as condições de vida das populações.

Nas eleições autárquicas de 1982 a APU obteve 21% dos votos. Foi uma magnífica percentagem que permitiu um importante reforço das posições da APU nos órgãos autárquicos. A evolução da situação de 1982 para cá, com a desastrosa e criminosa política do Governo PS/PSD, a ineficácia e escândalos na gestão autárquica dos partidos do Governo e do CDS e, em contraste, a luta consequente do PCP em defesa dos interesses do povo e do País e a obra positiva realizada pela APU nas autarquias, criaram condições favoráveis para um novo e importante progresso, para uma nova vitória da APU nas próximas eleições.

E daqui enviamos calorosas saudações aos camaradas e ao povo da Freguesia de Carvalhais (distrito de Bragança), confiando em que, nas eleições suplementares que serão realizadas em 23 de Junho, os poderemos também felicitar por uma grande vitória da APU.

Como foi sublinhado na Conferência Nacional, constituem um índice significativo dessas condições os resultados de eleições suplementares desde então realizadas.

Cabe felicitar nesta Conferência o povo de S. João da Madeira pela eleição do primeiro vereador APU. O povo da Freguesia de Ponte de Lima pelo aumento dos votos de 23,8% para 33,6% e pela maioria que conquistou na Junta de Freguesia. O povo de S. Pedro da Cova, Redondo, S. Lourenço de Azeitão, autarquias de maioria APU derrubadas pelo PS e partidos reaccionários com o objectivo de pôr fim a essa maioria, mas que (para espanto de todos os reaccionários) passaram de maioria relativa para maioria absoluta.

Tanto em virtude do descrédito e indignação que provoca a sua acção no Governo, como em virtude dos maus exemplos de gestão autárquica pelos eleitos desses partidos, o PS e o PSD sabem que, sendo livres as eleições, se arriscam a perderem a maioria em numerosas freguesias.

Sem negar a existência de casos de boa gestão por outras forças políticas, foram apresentados na Conferência Nacional numerosos casos de autarquias de maioria PS, PSD e CDS, em que a gestão é caracterizada pelo funcionamento irregular ou não funcionamento dos órgãos autárquicos, pela não apresentação dos relatórios, contas, planos e orçamentos, pela não prestação de contas às populações, pelo tratamento discriminatório e ilegal das minorias, pela sonegação de dados de informação, pelo lançamento de novas taxas, tarifas e coimas, pela actuação de tipo policial na limitação das liberdades, pela rotina, a incompetência, a ineficácia, a desorganização, a burocracia, o clientelismo, o compadrio, o favoritismo, as negociatas, a especulação, as ilegalidades e a corrupção.

Daqui resulta que, enquanto o PS e o PSD perdem grande parte do apoio daqueles que lhes deram o voto nas últimas eleições, o PCP e a APU têm posições sólidas e reforçadas nas autarquias onde dispõe de maioria e donde, pelo exemplo, irradiam prestígio e influência para outras autarquias.

Os partidos do Governo têm legítimo receio das próximas eleições autárquicas. Têm receio do próprio desastre e têm receio do avanço do PCP e da APU.

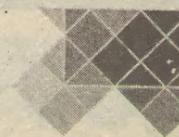
Se fossem partidos democráticos, não apenas de fachada mas no seu comportamento político, que lhes caberia fazer para evitarem a derrota e alcançar bons resultados eleitorais? O caminho seria trabalhar melhor no Governo e nas autarquias de forma a recuperarem a influência perdida. Não é, porém, isso que fazem ou farão. Os métodos que usam para evitar a derrota e evitar o avanço do PCP e da APU são a baixa política, a demagogia, a repressão, a publicação de nova legislação contra-revolucionária.

Baixa política — juntando-se todos em aliança sem princípios para desalojarem a APU de Câmaras onde a APU tem maioria relativa (designadamente pela sua importância, Setúbal, Almada, Vila Franca de Xira, Loures, Amadora, Marinha Grande, Vila Real de Santo António).

Demagogia — multiplicando as falsas inaugurações e intensificando o rodopio dos ministros, prometendo ou distribuindo verbas com fins eleitoralistas, anunciando mentirosamente grandes planos de desenvolvimento regional.

Repressão — tentando, através de inquéritos promovidos pelo Governo e independentemente do seu resultado, impedir que concorram às eleições gestores PCP e APU altamente prestigiados.

Nova legislação contra-revolucionária — ou seja o pacote anti-autárquico atrás referido.



Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas



É necessário desde já prepararmos as respostas aos planos do PS e da reacção.

Lutando contra todas as tentativas antidemocráticas, temos de trabalhar sem perda de tempo para ganhar a dianteira, inutilizando os propósitos reacconários.

A Conferência Nacional indicou as três grandes tarefas imediatas que se colocam ante o Partido para a preparação da vitória nas eleições.

A primeira, é a elaboração, desde já, das listas para todos os concelhos, sem excepção, e para mais de 3000 freguesias, com a preocupação de assegurar um conjunto de candidatos sérios, competentes, dedicados e prestigiados e de alargar o âmbito social e político com a entrada nas listas de mais independentes e pessoas sérias do PS e mesmo de outros partidos.

A segunda, é a elaboração, desde já, de programas eleitorais na base do conhecimento da situação e dos problemas e avançando soluções, com verdade e responsabilidade, sem qualquer tipo de demagogia eleitoralista.

A terceira, é a preparação planificada de uma grande campanha de massas pré-eleitoral e eleitoral, tendo em vista o esclarecimento do eleitorado acerca das realizações das maiorias APU e dos eleitos APU.

A Conferência Nacional indicou também, desde já, quais são (segundo o PCP) os objectivos a alcançar nas próximas eleições autárquicas.

- A Conferência Nacional indicou cinco grandes objectivos:
- O primeiro – reforçar a votação e a representação em todos os concelhos e freguesias e a percentagem global da APU;
 - O segundo – manter e reforçar a maioria absoluta da APU nos 48 municípios e nas freguesias onde existe actualmente;
 - O terceiro – ganhar maiorias absolutas nas 7 Câmaras e nas numerosas freguesias onde actualmente existem maiorias relativas;
 - O quarto – ganhar a maioria em mais municípios e freguesias;
 - O quinto – eleger representantes da APU nos órgãos autárquicos onde a APU não está ainda representada.

A obra realizada pelo PCP e a APU nas autarquias exige trabalho, competência, honestidade e isenção. A nossa tarefa é dar a conhecer ao povo em toda a parte os objectivos e a natureza da política do PCP.

O trabalho dos eleitos comunistas nas autarquias distingue-se por um traço fundamental: o comunista é candidato aos órgãos autárquicos e, se eleito, orienta a sua actuação, não pela ideia de promoção pessoal, de ocupação de cargos, de benefício pessoal, mas pela ideia de contribuir com o seu trabalho, a sua honestidade, a sua abnegação, para que os órgãos autárquicos resolvam os problemas existentes, contribuam para o melhoramento das condições de vida, para o bem-estar, a alegria e a felicidade das populações.

Sinal de dedicação é o facto de que os eleitos do PCP, se ficam a exercer as funções a tempo inteiro, continuam a receber precisamente o mesmo que antes de serem eleitos e entreguem o excesso à Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas (AECOD). Na Conferência foi dado um balanço e significativos exemplos de como os elementos do PCP, por essa via, têm podido oferecer às autarquias parques infantis, pavilhões, postos médicos, e outras instalações para benefício das populações.

É seguros do trabalho feito que caminhamos para as eleições autárquicas. Temos por certo que o Povo português não deixará

de confirmar, com o reforço da votação na APU, apoio à obra realizada e vontade de que prossiga.

A preparação das eleições autárquicas e a luta por uma alternativa democrática

Uma vitória do PCP e da APU nas eleições autárquicas terá profundas e positivas repercussões na situação política.

Sem dúvida que o significado e alcance dessa vitória será diferente, consoante até lá seja ou não demitido o Governo e se realizem ou não eleições antecipadas para a Assembleia da República. Mas, em qualquer dos casos, embora em situações completamente diversas, será de transcendente importância.

A nossa Conferência Nacional teve o fim específico de lançar o Partido em força na preparação das próximas eleições para as autarquias. Mas a preparação desde já para as eleições autárquicas e a própria realização desta Conferência Nacional, inserem-se na grande batalha política em curso pela demissão do Governo PS/PSD e por uma alternativa democrática.

A urgência da demissão do Governo resulta da necessidade imperiosa para a economia, para a democracia, para a independência nacional de salvar o País do desastre económico, da ruptura financeira, do desemprego, dos salários em atraso, da miséria e da fome e de interromper a obra de destruição do Poder Local democrático.

A questão que hoje se coloca a todos os portugueses, a dúvida que se levanta, o ponto central das preocupações e das interrogações é se sim ou não estes objectivos serão alcançados.

Salta à vista dos observadores mais desprevenidos que os factores objectivos para a demissão do Governo e a realização de eleições antecipadas se avolumam cada vez mais e atingem um tal nível que não se encontram explicações plausíveis para que o Governo e a sua maioria na Assembleia da República continuem impunemente os seus malefícios.

Mário Soares procura aparentar muita força. Mas nem o «very special» amigo Reagan nem o seu «ami» Mitterrand, nem outros amigos de fora impedem que cá dentro esteja cada vez mais fraco e isolado.

Mário Soares procura aparentar que todos dependem dele quando é ele que depende de todos. Como Primeiro-Ministro, depende do Presidente que o pode demitir e depende do PSD que pode romper a coligação.

Como candidato à Presidência da República, não só depende da decisão de o Presidente da República o demitir de Primeiro-Ministro, como depende da decisão de o PSD apoiar a sua candidatura, ou apoiar o candidato do CDS, Freitas do Amaral, ou apoiar um candidato próprio.

A força de M. Soares é estar no Governo. Demitido o Governo fica com as pernas partidas e sem apoios laterais. Sem vara e sem abanico. Um empurrão institucional e cairá redondamente no chão. Como Primeiro-Ministro e como candidato à Presidência da República.

No PS, Soares manda mas ninguém sabe o que mandará. O PSD tornou-se um partido que muda de chefes como quem muda de camisa e que ninguém sabe o que é nem o que será. PS e PSD deixaram de ser partidos coligados para serem partidos conluiados, que não cuidam da governação do País, mas da parti-

lha de lugares, de cargos, de benefícios, de ambições, como se o País fosse o produto de um cofre arrombado.

Aos olhos dos observadores mais desprevenidos parece um absurdo institucional que, depois de tudo o que se tem passado na coligação e nos partidos da coligação, designadamente no PSD, seja possível ainda mais uma remodelação governamental, com novos chefes, novos problemas, e o anúncio de novas estratégias, de novas alianças e de novas coligações.

Parece um absurdo institucional que o PSD atire de novo borda fora o seu chefe vice-Primeiro-Ministro e ministro da Defesa, partidário da aliança com o PS, e possa meter no seu lugar o novo chefe ou outro qualquer partidário da aliança com o CDS.

Parece um absurdo institucional que um partido do Governo, em virtude das suas desavenças internas, imponha às Forças Armadas, no espaço de três meses, três ministros da Defesa.

Parece um absurdo institucional admitir sequer que continue um Governo para além da data em que o Presidente da República pode dissolver a Assembleia da República, quando os partidos desse mesmo Governo declaram que, passada tal data, entrarão no bota-abixo por vias declaradamente subversivas.

Parece um absurdo institucional que continue oficialmente no Governo uma coligação que como coligação política e governamental deixou de existir.

Com o Congresso do PSD e as novas disputas PS/PSD uma vez mais o PSD e a coligação oferecem ao Presidente da República numa bandeja um motivo directo e incontestável para a demissão do Governo e a dissolução da Assembleia da República.

A situação é tão aflitiva para Soares que devemos estar prevenidos para novas manobras. Devemos estar prevenidos para tentativas de reaproximação de Soares com o Presidente da República, como já prenunciam os seus inesperados sorrisos e as suas inesperadas vénias ao Presidente (de que a TV e as fotos dos jornais dão nota), e para pântes lançadas em direcção ao novo partido, o PRD, com o objectivo de neutralizá-lo. Devemos mesmo estar prevenidos para uma súbita viragem verbal à esquerda vindo dizer, ele Soares, que como 1.º Ministro tem sido o «líder» da reacção, ele, Soares, responsável número 1 da política de liquidação das conquistas de Abril e do regime democrático, vindo dizer que vai combater a direita.

Estais certamente de acordo, camaradas, que M. Soares já enganou tantas vezes o Povo português que, desta vez, não conseguirá enganá-lo uma vez mais.

Pela nossa parte continuamos e continuaremos a luta pela demissão do Governo e eleições antecipadas. Até ao prazo limite de uma decisão institucional. Até ao extremo limite das possibilidades. Sempre com os trabalhadores. Sempre com as massas. Sempre integrados na força poderosa do movimento operário e popular.

A luta dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, dos jovens, das mulheres, dos intelectuais, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados, dos deficientes, de todas as classes e camadas antimonopolistas, desenvolve-se com objectivos concretos, mas convergindo na reclamação central do momento presente: a demissão do Governo PS/PSD.

Nós saudamos os trabalhadores em luta. Saudamos as muitas grandes jornadas que temos vivido, expressando a vontade e a força poderosa do movimento operário e popular e marcadas por inabalável determinação, vontade de luta, coragem e confiança no futuro.

Não há muitos dias Lisboa viu essa extraordinária acusação à política de destruição do Governo e esse extraordinário testemunho da vitalidade da Reforma Agrária e do heroísmo das trabalhadoras da Reforma Agrária, que foram os desfiles das trabalhadoras com os seus filhos.

Ontem foi a força, a vontade e a alegria do exaltante desfile da juventude, que daqui saudamos, saudando a nossa JCP com a certeza de que a sua intervenção na vida nacional será cada vez mais afirmativa e dinâmica.

No próximo dia 4 de Junho será também de certeza uma nova grande jornada, um novo grande empurrão para que o Governo vá ao chão.

Portugal atravessa um curto momento político cujo desenlace influirá na vida nacional por muitos anos.

Que todos os democratas, que todos os patriotas compreendam a gravidade do momento e dêem a sua contribuição para uma alternativa.

Como o nosso Partido tem afirmado e provado, existe uma política alternativa capaz de fazer o País sair da crise e, no quadro da democracia e da independência nacional, resolver os mais graves problemas que Portugal defronta.

Existe também uma alternativa política, que a gravidade da situação aconselha: a formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional, com a participação de todos que queiram salvar a economia do completo desastre, o povo da miséria, a democracia do totalitarismo, a nação portuguesa da capitulação e da submissão ao estrangeiro.

O PCP está pronto a assumir as suas responsabilidades para viabilizar uma tal situação.

Tal como nas autarquias os comunistas são aqueles que mais capazes se mostram de resolver os problemas das populações respectivas, assim também os comunistas são aqueles que, com os trabalhadores, com o povo laborioso, estão em condições de no governo dar uma contribuição decisiva para a solução dos problemas do povo e do País.

A vida mostra que sem os trabalhadores e sem o PCP nada se resolve e tudo se agrava. O futuro dirá que com os trabalhadores e o PCP tudo se pode resolver.

Juventude

Para que todos os anos sejam da juventude



Pois é!... Os jovens, uma vez mais, demonstraram que não é com «festinhas» que lá se vai. Reafirmaram que essa coisa do alheamento da juventude não é assim tão verdadeira quanto querem fazer parecer. Que há muitos e muitos jovens interessados em agir para mudar. E fizeram-no da melhor forma possível. Unindo-se muitos milhares e afirmando na rua que o futuro são eles e que, como tal, têm uma palavra a dizer relativamente ao seu amanhã.

Foram muitos milhares os jovens que, no passado sábado, vindos dos distritos de Lisboa e Setúbal, desceram das Picoas ao Rossio. Com o seu humor corrosivo — fruto de uma quase visceral contestação a tudo o que é velho e moribundo e de uma grande vontade de futuro — e a certeza de como se pode fazer de Portugal um país jovem, encheram as avenidas com o seu protesto contra uma política antijovem, cerceadora das capacidades criativas da juventude.

Do desfile, com todos os seus panos, os seus carros alegóricos, cartazes e palavras de ordem, uma conclusão se pode tirar: neste Ano Internacional da Juventude, os jovens necessitam de uma política alternativa e,

Os bombos da festa

Se não contarmos com os Zés Pereiras — improvisados ou nem tanto — que animaram o desfile da juventude, os bombos da festa foram personagens sinistros que — pelo menos uma vez na vida — alegraram a festa. Porque de festa se tratou este dia de Lisboa da juventude de Setúbal e Lisboa. Do burro da zona saloia de Lisboa que, incomodado, olhava de esguelha para a placa que o anunciava como sendo ministro da Educação, até ao inevitável — infelizmente — cowboy montado no seu negro corcel da morte, sempre acompanhado pelo seu muito especial amigo,



A alegria e o humor foram uma constante no desfile da juventude

sabem de bombos como eles só. O presidente da Câmara Municipal de Lisboa foi outro dos bombos em que os jovens bateram. Pela calada da noite, claro, mandou retirar os panos e pendões a anunciar o desfile. Só que por vezes os tiros saem pela culatra.

olpam activamente na vida económica do País, criando riqueza e, com eles, veio a exigência do fim do desemprego, dos salários em atraso e dos contratos a prazo. Depois foi um não mais acabar de jovens que iam desfilando entre os aplausos do numeroso povo que ocorreu a saudar a luta da juventude.

res de cassetes de sete quilos e meio; todos com a mesma genica.

Por fim...

Por fim, ainda muitos dos participantes vinham na Avenida e já no palco montado no Rossio se falava dos jovens e das suas lutas. Foi a saudação da CGTP-^{IN}, dos estudantes do secundário e dos jovens universitários. Depois foi a leitura de uma resolução a entregar aos órgãos de soberania e ao patriarcado de Lisboa.

Nela, os jovens disseram uma vez mais da sua vontade de futuro e expuseram as razões da sua luta, salientaram porque é que decidiram agir para mudar e porque é que tomaram nas mãos o Ano Internacional da Juventude. Para que todos os anos sejam da Juventude.

As diversas modas

Se é verdade que de tudo se viu no desfile, desde o tradicional pulver até aos lenços orientais, a prova provada de que isto das modas não impede os jovens de lutarem por motivos comuns foi ver, num mesmo desfile, as danças folclóricas portuguesas, com os seus trajes tradicionais, e os breakdancers com os seus bonés e joelheiras nas pernas, uns ao som do acordeão, outros empunhando leito-



Muitos milhares de jovens seguiram o apelo da comissão promotora e agiram para mudar

consequentemente, agem para que se substancie a mudança.

vários foram os bombos da festa maltratados pelos jovens que, mesmo sem aules de percussão,

Disso se pode queixar Abecasis, uma vez que horas depois de terem sido reitados, já os jovens os tinham de novo colocado, demonstrando assim que não é impunemente que se calam milhares de vozes de protesto.

Os homens de depois de amanhã

Nisto de juventude, há jovens e jovens, uns mais, outros menos. Mas todos com a mesma vontade de futuro. Por isso, este desfile da juventude foi aberto pelas crianças que, no meio de dragões, cabeçudos, flores e muitos balões disseram que estavam ali com os mais crescidos «por uma infância feliz num mundo de Paz».

E se foram os homens de depois de amanhã que abriram o desfile, logo a seguir vieram aqueles jovens que já hoje parti-

Jovens reivindicam

- Criação de postos de trabalho e apoio efectivo às iniciativas juvenis tendentes a resolverem o desemprego.
- Revogação imediata da lei dos contratos a prazo e cumprimento das leis em vigor para pôr fim ao trabalho temporário e sem contrato.
- Cumprimento do Estatuto do Trabalhador-Estudante.
- Atribuição do subsídio de desemprego aos jovens que procuram o primeiro emprego.
- Aplicação do salário mínimo nacional aos 18 anos.
- Formação profissional eficaz e garantia de colocação dos jovens formados.
- Funcionamento efectivo nas escolas de cantinas, bibliotecas e instalações desportivas.
- Verdadeira autonomia universitária, dignificação dos seus cursos e saídas profissionais.
- Tomada de medidas para resolver o problema da habitação, com reforço de verbas para a habitação social e atribuição de uma percentagem destas aos jovens.
- Efectivo direito à cultura, ao desporto e à ocupação dos tempos livres, com o apoio ao desenvolvimento de grupos e associações de jovens que promovem actividades nesse sentido.
- Defesa da Paz e da Independência Nacional, contra o estacionamento, instalação e trânsito de armas nucleares em Portugal.
- Não aplicação do IVA nos livros, medicamentos, materiais escolares, etc.
- Defesa do meio ambiente e património cultural.
- Nova política de ensino que acabe com a superlotação e degradação das escolas, com o crescente insucesso escolar, os numeros clausus e o 12.º ano.

PCP



1ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LEIRIA DO PCP

Em foco a luta pelo progresso do distrito

● Domingo, na Marinha Grande
A vila operária da Marinha Grande, localidade de históricas tradições antifascistas, acolhe no próximo domingo, dia 2, a 1.ª Assembleia da Organização Regional de Leiria (ORLEI) do PCP, acontecimento de especial significado na acção dos comunistas dos 16 concelhos e 137 freguesias deste distrito da zona centro-oeste do País.

A realização da Assembleia culmina uma fase preparatória intensa que mobilizou todas as organizações para um debate em torno do documento-base, numa discussão viva e interessada que registou numerosos plenários e reuniões de militantes, onde se procedeu também à eleição dos cerca de 400 delegados que estarão domingo na Marinha Grande.

«Com o PCP, um distrito em progresso, um Abril mais forte» é o lema da 1.ª Assembleia da ORLEI, que fará «o balanço do trabalho realizado, procurando analisar os seus aspectos positivos e negativos, apontar perspectivas de trabalho e eleger o organismo dirigente (a DORLEI)», como foi assinalado pelos comunistas leirienses em recente conferência de imprensa, realizada na capital do distrito para divulgação da iniciativa aos órgãos de Comunicação Social.

Ao longo dos trabalhos da Assembleia, que decorrerão na sede da «Ordem», a partir das 9 e 30 horas, e para os quais foram preparadas comunicações sobre temas e áreas fundamentais da vida política, económica e cultural do distrito, será caracterizada a situação regional, com destaque para as condições de vida do povo e será também feito um balanço à luta antifascista no distrito de Leiria e à luta de massas pelas liberdades e a democracia, pela defesa do 25 de Abril e das conquistas democráticas.

Propostas do PCP

O que tem sido a política de direita, particularmente nos últimos anos, e os seus reflexos na região, com saliência no plano da situação social (desemprego, salários em atraso, despedimentos e repressão patronal, etc.), serão outras questões em foco no debate de domingo.
A luta do povo na actualidade, a acção das organizações democráticas e representativas dos trabalhadores, as principais direcções de luta, as propostas do PCP para o desenvolvimento regional, a preparação das eleições autárquicas e «a força, a actividade, o funcionamento e as potencialidades da organização do PCP no distrito de Leiria» estarão também em análise na Assembleia.
Saliente-se, entretanto, que, no capítulo intitulado «com o PCP, por uma política de desenvolvimento, pela solução dos problemas regionais», o documento da Assembleia apre-

senta uma caracterização e um conjunto de propostas objectivas no campo da indústria (minerais não metálicos — vidro, cerâmica, cimento-têxteis, metálicas plásticas, moldes, produtos resinosos, construção civil, parques industriais), da agricultura, pecuária e florestas, pescas e conservas, rede viária e transportes, saúde e segurança social, educação, cultura e desporto, habitação, defesa do ambiente e turismo. Tudo isto é enquadrado, naturalmente, com a melhoria das condições de vida do povo e com a acção do Poder Local. Uma das conclusões fundamentais que o trabalho preparatório da Assembleia retirou aponta para a necessidade de uma nova política

e de um novo governo, ou seja o fim da política de estrangulamento das regiões e o fim de um governo que está contra o País real e as aspirações justas de todo o povo.
Como estamos em ano de eleições autárquicas, é de sublinhar — como o fez a conferência de Imprensa a que já aludimos, e que decorreu no CT de Leiria —, a preocupação dos comunistas leirienses quanto ao alargamento do leque unitário das listas APU, força prestigiada que tem possibilidades de ampliar a sua representação nos órgãos autárquicos do distrito.
Vários dirigentes do PCP estarão presentes na 1.ª Assembleia da ORLEI. A intervenção de encerramento caberá ao camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e deputado eleito pelo círculo de Leiria. A sessão final da Assembleia decorrerá entre as 18 e 30 e as 19 e 30 horas.

Assembleias das organizações concelhias de Coimbra e Faro

● Coimbra

Com o lema «pelo progresso do distrito, reforçar o Partido, continuar Abril», vai realizar-se no próximo domingo, dia 2 de Junho, a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP, que reunirá cerca de 300 delegados.

A Assembleia decorrerá no Centro de Recreio Popular do Bairro Norton de Matos, a partir das 9 e 30. Jaime Serra, membro da Comissão Política do Partido, intervirá na sessão de encerramento marcada para as 18 horas.

Entretanto, realizou-se anteontem na capital do Mondego uma conferência de imprensa promovida pelo Partido para divulgar os objectivos da Assembleia.

Na ocasião, o camarada Vasco Paiva, membro do Comité Central, referiu-se à gestão autárquica na CMC, que criticou pelo seu sectarismo e pela sua política de obras de fachada, mantendo-se à margem das necessidades e dos serviços essenciais para a população. Atitudes como a proibição de propaganda e a não distribuição de pelouros na CM aos representantes da APU foram situações abordadas pelo dirigente comunista, que relacionou a Assembleia de domingo com as próximas batalhas políticas que vão exigir o vivo empenhamento da organização do Partido, caso das eleições autárquicas.

Antes daqueles capítulos, o documento abre com uma breve nota sobre a importância e objectivos da 2.ª Assembleia, onde se destaca: «Esta Assembleia da Organização Concelhia de Coimbra é, afinal, o ponto da reflexão colectiva que há muitos meses se vinha desenvolvendo e dela sairão directrizes mais actualizadas e objectivas para a acção partidária que este e em especial as suas camadas trabalhadoras e intelectuais têm, como o destacado papel que sempre evidenciaram participan-

do nas grandes lutas do povo português pela defesa do 25 de Abril, como antes haviam participado na luta contra a ditadura fascista.»
A Assembleia decorrerá no Centro de Recreio Popular do Bairro Norton de Matos, a partir das 9 e 30. Jaime Serra, membro da Comissão Política do Partido, intervirá na sessão de encerramento marcada para as 18 horas.

Entre os participantes, estarão os camaradas José Vitoriano, membro da Comissão Política do PCP, e Carlos Luis Figueira, membro do Comité Central.
Além dum debate empenhado e responsável em torno das grandes linhas definidas no documento principal da Assembleia — o projecto de relatório/resolução política —, que será votado, os delegados irão eleger a nova Comissão Concelhia do Partido, órgão que dirigirá a actividade do colectivo comunista deste concelho algarvio até à próxima Assembleia — a 4.ª.

● Faro

Os comunistas do concelho de Faro vão realizar no próximo do-

Setúbal

Campanha para o novo CT da DORS ultrapassa os 10 mil contos!

Em apenas dois meses a campanha de fundos para o novo Centro de Trabalho da Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP alcançou já um lugar de primeiro plano nas actividades e nas preocupações dos comunistas dos 13 concelhos. E a prova está (também) nos números: à hora a que preparamos este breve apontamento, a cam-

panha ultrapassa largamente os 10 mil contos!

Além de grandes festas populares, como as de Almada (Festa da Amizade) e do Barreiro (Trabalho em Festa), a que nos referimos nestas páginas do Avante!, a campanha avança com outras iniciativas, incluindo as que são promovidas pelas organizações e as que foram lançadas a nível central, caso da iniciativa dos mil escudos por militante (cartão com 10 selos e 100 escudos cada, que uma vez completo atribui um emblema especial).



A dinâmica da campanha, os exemplos significativos, a agenda com as iniciativas em destaque e um gráfico com a evolução dos resultados por concelho, são revelados na 2.ª folha infor-

mativa editada pela SIP/DORS que também destaca na sua primeira página o acompanhamento que o «Avante!» (remodelado) está a dar à iniciativa dos comunistas de Setúbal.

Refira-se ainda que o espectáculo itinerante da campanha (tema também abordado na folha informativa), arranca no dia 14 de Junho, no cine-parque da Baixa da Banheira, às 21 e 30, prosseguindo no dia seguinte, à mesma hora, no Luisa Todi em Setúbal.

No próximo sábado decorrerá um almoço-convívio no Bolinhense, em Brejos de Azeitão, a partir das 13 horas. A iniciativa é da Comissão de Freguesia de S. Lourenço e as inscrições funcionam no Loução das bicicletas. Carlos Ramilides, da Comissão Política do PCP, discursará neste convívio.

Segundo o último apuramento, efectuado a 23 deste mês de Maio, a campanha para a compra e obras do Vitória registava 66 387 672\$50. Na Organização Regional de Lisboa, o esforço está agora dirigido, entre outros objectivos, para a venda da 2.ª grande rifa da campanha, a sortear pelo Santo António.

VITÓRIA PARA O PARTIDO — AVANTE COM ABRIL

Campanha da compra e obras do Vitória

2.ª RIFA A SORTEAR PELO SANTO ANTÓNIO 1985

1.º PRÉMIO AUTOMÓVEL FIAT UNO 45

2.º PRÉMIO VIAGEM PARA 2 PESSOAS A URSS — 8 DIAS

3.º PRÉMIO MINI-COMPUTADOR SEPCTRM — 48K

Festa-85 na Marinha Grande

De 7 a 9 de Junho decorrerá na Marinha Grande a Festa-85, jornada de convívio popular com vasto programa de animação cultural, desportiva e recreativa. No segundo dia da Festa haverá um convívio com a participação do camarada Raimundo Cabral, da Comissão Política do Partido. A Festa-85 realiza-se no Parque Marítimo do Colonialismo.

Festa da Amizade em Viana do Castelo

Espaço de convívio já com tradições entre a população, a Festa da Amizade em Viana do Castelo vai animar a bela cidade minhota no fim-de-semana de 8 e 9 de Junho. Do programa, que divulgaremos com pormenor no «Avante!» da próxima semana, salientamos desde já a presença da música popular, os colóquios e filmes, as actividades para crianças e o serviço de «comes-e-bebes» bem organizado. A Festa da Amizade decorrerá no jardim público.

Hoje na Vitória: o jazz

Luis Vilas Boas e Manuel Jorge Veloso serão os animadores na sessão desta noite (quinta-feira) no Vitória. O tema é o jazz e o debate — certamente animado — recordará as origens e alguns aspectos marcantes do historial do jazz, avançando também para uma caracterização desta forma musical. Música gravada com uma qualidade sonora especial e alguns vídeos ajudarão Vilas Boas e Jorge Veloso, logo, a partir das 21 horas. Se gosta de jazz, não falte! Se não gosta, «arrisca-se» a ficar a gostar. Ponto final.

Freguesia da Mina (Amadora)

Nas instalações do Centro de Trabalho do PCP na Amadora decorrerá no próximo sábado um plenário de militantes comunistas da freguesia da Mina, no concelho da Amadora. A situação política e social, a jornada de luta de dia 4 e a organização da célula serão temas em debate. António Cordeiro, da DORL e membro suplente do Comité Central, participará neste plenário, marcado para as 15 horas.

PCP

Álvaro Cunhal no distrito de Viseu

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, desloca-se nos próximos dias 5 e 6 de Junho ao distrito de Viseu, onde participará num conjunto de iniciativas promovidas por organizações do Partido.

Assim, no dia 5, depois de uma visita às minas de Pejão, no distrito de Aveiro, às 18 e 30 horas, participará num convívio a realizar na sede da Associação Desportiva de Avôes (Lamego), intervindo no comício que decorrerá a partir das 21 e 30 horas, no Teatro Ribeiro da Conceição, em Lamego, iniciativa da C. Concelhia local.

No dia seguinte, o secretário-geral do PCP participa no encontro distrital de quadros do PCP, na Escola Secundária Alves Martins, em Viseu. O encontro começa às 10 horas, interrompe às 12 e 30 para o almoço e retoma os seus trabalhos às 14 e 30, terminando cerca das 17 h.

Ao fim da tarde, por volta das 18 e 30 h., Álvaro Cunhal estará presente na jornada de inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP em Mortágua.

Comunistas da Covilhã preparam Assembleia concelhia

Plenários e reuniões para debate de documentação e eleição dos delegados demonstram vivo empenhamento dos militantes comunistas do concelho da Covilhã nas actividades preparatórias da sua Assembleia, marcada para 16 de Junho, no Cine-Teatro daquela cidade serrana. Sobre as reuniões preparatórias a realizar nos próximos dias, ver a «Agenda».

2.ª Assembleia dos comunistas de Alcântara

O reforço do PCP, as próximas batalhas eleitorais — com destaque para as autárquicas — e a ligação do Partido aos trabalhadores e moradores, foram alguns dos principais temas desenvolvidos no debate da 2.ª Assembleia da Organização do PCP da freguesia lisboeta de Alcântara, que decorreu no último sábado, no CT local, com a participação de 44 delegados. A Assembleia aprovou por unanimidade o relatório de actividades da Comissão de Freguesia cessante e elegeu a nova CF, constituída por 12 membros. A 3.ª Assembleia da organização será realizada no segundo semestre de 1986.

Plenário do Sector Público

Com a participação do camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, vai realizar-se logo ao fim da tarde (18 e 30 horas) um plenário de militantes comunistas do Sector Público da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP. O encontro decorrerá no CT de Alfama.

Romagem à campa de Pires Jorge

No próximo dia 6 de Junho (quinta-feira) haverá uma romagem à campa de Pires Jorge, no cemitério da Ajuda em Lisboa. A homenagem à memória do prestigiado dirigente do Partido está marcada para as 10 horas.

Meia Maratona Jovem Avante-85

Divulgar a Festa do «Avante!» (que se aproxima...) é um dos objectivos da Meia Maratona Jovem Avante-85, jornada de atletismo promovida pela Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP e que decorrerá a 23 de Junho.

Aberta a atletas de todas as idades (embora não aconselhada a jovens com menos de 16 anos), federados ou não, esta Meia Maratona ligará a Póvoa de Santa Iria, com partida junto às bombas de gasolina, na estrada nacional n.º 10, aos Restauradores, bem no «coração» de Lisboa, num total de 21,95 quilómetros.

A prova será disputada nas seguintes categorias: seniores e juniores masculinos e femininos, veteranos «1» (dos 40 aos 49 anos) e veteranos «2» (idades superiores a 49 anos). As inscrições são gratuitas e devem ser feitas, individual ou colectivamente, até 21 de Junho, nos Centros de Trabalho da Organização Regional de Lisboa do PCP, caso do Vitória (Avenida

da Liberdade, 170) ou então até uma hora antes no local de partida, no dia da prova.

Além de taças para as equipas classificadas nos 1.º, 2.º e 3.º lugares da geral, serão atribuídos medalhões do 1.º ao 5.º por categorias e medalhas do 10.º ao 50.º da classificação geral. Haverá ainda um troféu para a formação com maior número de atletas à chegada.

Falando ainda de iniciativas da ORL do PCP com vista à Festa do «Avante!»-1985, é de salientar o apelo para a colaboração de camaradas, amigos e outros democratas em duas acções para a zona central da ORL no Alto da Ajuda: a banca «sai sempre» e a banca do coleccionador. O apelo tem em vista a recolha de materiais — dos mais variados, evidentemente. No caso da banca do coleccionador, seria útil uma boa amostra de todo o tipo de materiais coleccionáveis: dos tradicionais selos ou moedas, até aos cachimbos, postais, caixas de fósforos...etc.



Festa da Amizade-85

Começa amanhã no Laranjeiro, prolongando-se até domingo à noite, a 9.ª edição da Festa da Amizade, a mais importante iniciativa política, cultural, desportiva, recreativa e de convívio do concelho de Almada. Uma mão cheia de fortes e bons motivos levarão milhares de pessoas à bela jornada de confraternização, que pelo 9.º ano mobilizou intenso esforço e carinho dos comunistas de Almada e da respectiva Comissão Concelhia. Um comício com o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, no domingo às 19 horas, será do ponto de vista político o momento alto da Festa. Aceite o convite, amigo leitor. E participe!

Adega Fado de Abril — actuação de vários grupos de fadistas (Lisboa, Amadora, Setúbal, Almada) na noite de sexta-feira e durante sábado e domingo.

Desporto:
Atletismo: Sábado, 1 Junho, às 17 horas: «Prova Dia Mundial da Criança» 1000 metros: Feijó-Festa; Masculinos e Femininos — Escalão A — 7/9 anos; Escalão B — 10/12 anos; Escalão C — 13/15 anos.

Domingo, 2 de Junho, às 10 horas: «Prova Ano Internacional da Juventude» 6000 metros: Almada-Festa. Prova Conjunta: Femininos — 16/19 anos; 20 e mais

anos; Masculinos — 16/19 anos; 20/39 anos; 40/49 anos; 50 e mais anos.

Futebol: Sexta, Sábado, Domingo: Escalões — Femininos (Absoluto); Masculinos, 8/10 anos; 11/13 anos.

Andebol: Domingo, 2 de Junho, à tarde: Feminino — Exibições.

Chinquilho: Sábado, Domingo, manhã, tarde: Torneio (Milha Grande).

Xadrez: Torneios.

Torneio de Tiro ao Alvo — Sábado, 1 Junho.

Palco 25 de Abril/Festa da Música — Sexta-feira à noi-

te: grupo Semente, grupo Cretcheu, M.º Guinot, Sérgio Godinho e banda; sábado: grupo Cantares, Jorge Palma e banda, grupo Rádio Macau (tarde); Brigada Victor Jara, Banda Passagem (música brasileira), Carlos Mendes e banda (noite); domingo: «Os camponeses de Ourique», grupo coral alentejano de Odemira, rancho das Praias do Sado, «Os Mineiros de Aljustrel», Banda da SFUAP (tarde); grupo «31 de Boca», Jorge Lomboa, grupo Fuso e Roca, lo Apoloni, Paulo de Carvalho e banda (noite). Todos os espectáculos serão apresentados pelos actores da C.º Teatro de Almada/G. de Campolide.

Audatório da Juventude e dos Pioneiros — iniciativas variadas, com bons momentos de animação, espectáculo, convívio.

Outros espaços da Festa — leilão de velharias, cervejaria, centro do livro e do disco, exposição central.

«Barreiro — Trabalho em Festa»

De 6 a 10
de Junho

No mínimo, podemos dizer que é arrojado o vasto programa da iniciativa «Barreiro — Trabalho em Festa», jornada de convívio popular que decorrerá de 6 a 10 de Junho, promovida pelas Concelhias do PCP e da JCP.

Recuperar velhas tradições barreirenses e proporcionar bons momentos de confraternização, com motivos de interesse para todos os habitantes, contam-se entre os objectivos desta festa, que se integra naturalmente na campanha para o novo Centro de Trabalho da Organização Regional de Setúbal.

«Barreiro — Trabalho em Festa» tem um lema — «PCP promove amizade» e decorrerá na zona histórica da cidade (o Barreiro Velho), incluindo o Pátio dos Bichos, o Largo do Casal, a Rua Aguiar, etc.

Aqui fica uma breve amostragem das múltiplas acções previstas para a iniciativa:

Exposições — a realizar na colectividade «Os Penicheiros»; temas: Ano Internacional da Juventude, empresas e lutas dos

trabalhadores, o Partido, o Poder Local democrático.

Colóquios — também os Penicheiros; temas: a comunicação social e o momento político, o Barreiro e a sua História, o Teatro no Barreiro e o Poder Local democrático.

Feira da Ladra — durante todo o período da festa.

Actividades infantis — ex-

posições, gincanas, modelagem, pintura e filmes; lema: «nos nossos Pioneiros, a força do futuro».

Zona Juvenil — discoteca, pub, vídeo e espaço de convívio; lema: «participação, desenvolvimento, paz».

Desporto — torneio de futebol de salão (a decorrer), rally-paper (dia 9), estafeta concelhia (dia 8), festival desportivo no Es-

tádio 13 de Agosto, com atletismo, ginástica, judo, futebol de 7 masculino e feminino (dia 8).

Música — um coreto com animação musical permanente, bares de petiscos e divertimentos (Largo do Casal); Adega do Fado no Pátio dos Bichos.

O programa da festa inclui ainda feira do livro e contactos com escritores.

Delegações de estudo

• Na RDA

No quadro das relações existentes entre a Direcção da Organização Regional do Minho do PCP e a Organização Distrital de Erfurt do PSUA, visitou a RDA, entre 21 e 27 de Maio, um Grupo de estudo da ORM sobre trabalho camponês.

Estê grupo de estudo, dirigido

pelo camarada João Duarte, membro da DORM, encontrou-se com o camarada Müller, membro do Comité Central e 1.º Secretário da Organização Distrital de Erfurt do PSUA e com outros camaradas e delegações a diferentes níveis. Visitou designadamente a herdade estatal de produção pecuária «Veg Tierzucht», o Instituto de Investigação da Criação Pecuária de Clausberg, um complexo de produção de leite e duas cooperativas de produção vegetal no concelho de Eisenach.

Esta visita insere-se no quadro de fraternais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PSUA.

• Na URSS

Deslocou-se à União Soviética, de 21 a 27 de Maio, um grupo de estudo sobre os problemas de propaganda, composto pelos camaradas Vítor Neto, membro suplente do Comité Central e da SIP do CC, Emílio Ribeiro, membro suplente do Comité Central e do Executivo da DORP, Carlos Fernandes, membro da DORS, e Mário Félix da SIP da DORL.

Durante a sua estadia na URSS a delegação do PCP foi recebida pelo Vice-Responsável do Departamento de Propaganda do Comité Central do PCUS, camarada Zakharov e teve, em Moscovo, encontros com o res-

ponsável do sector de Propaganda Económica, camarada Chiepeck, com o Director do Instituto de Formação Política de Moscovo, com os responsáveis do sector de propaganda e formação política do distrito 1.º de Maio da cidade, e com o Vice-Presidente do Comité Estatal de Cinematografia da URSS, camarada M.V. Alessandrov.

A delegação deslocou-se a Leninegrado onde teve encontros com a camarada Larissa Krassóvskaya, Directora do Instituto de Formação Política da região, com os responsáveis de propaganda e formação política do Complexo Industrial Electrosilvia, e com a camarada Barinova Ivanovna, responsável do Departamento de Propaganda do Comité Regional de Leninegrado do PCUS. Em Leninegrado os representantes do PCP visitaram o cemitério de Piskariovkoye onde prestaram homenagem às vítimas da agressão nazi que naquela região causou cerca de um milhão de mortos.

No decurso dos encontros o grupo de estudo do PCP teve a oportunidade de aprofundar o conhecimento do trabalho de propaganda do PCUS a nível central, regional e local, a sua organização e estrutura, as formas e meios utilizados e as principais linhas de intervenção no actual momento.

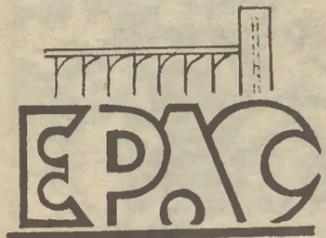
Esta visita insere-se no quadro das relações de fraternal amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PCUS.

Portalegre Mais de 12 mil desempregados

O desemprego atinge mais de 12 mil trabalhadores só no distrito de Portalegre, afirma a Comissão distrital do PCP. Reunida no passado dia 19, a Comissão acrescenta que os salários em atraso, num valor que excede os 100 mil contos, afectam mais de dois mil trabalhadores dos sectores mais diversos e de empresas como a Cala (Campo Maior), Celtex (Santo António das Areias), Tecnofabril (Crato), Junta de Freguesia das Galveias e Prates Canelas (Montargil). A Comissão que, além de alguns aspectos de organização, analisou «a grave situação económica e social que se vive no distrito», refere ainda que «os contratos a prazo constituem

uma verdadeira praga, atingindo cerca de 80 por cento dos trabalhadores da hotelaria, construção civil e comércio». Depois de responsabilizar a política governamental pela situação e, nomeadamente, pelo «crescimento acentuado do número de falências e do encerramento de empresas», a Comissão distrital refere as dificuldades crescentes da pequena e média lavoura, salienta o descontentamento das populações, recorda que se realiza em Évora (1 e 2 de Junho) a IX Conferência da Reforma Agrária e apela à participação nessa e em outras iniciativas, designadamente a Jornada Nacional de Luta, anunciada pela CGTP-IN para o próximo dia 4.

Trabalhadores



A DIVIDIR POR QUATRO

Declarações públicas na mesma linha de outras já proferidas por um dos gestores da EPAC confirmam, para pior, todas as suposições entretanto feitas sobre o destino próximo daquela empresa pública de abastecimento de cereais, que, segundo o secretário de Estado do Comércio e Indústria Agrícola, Carlos Filipe, será desmembrada e entregue a quatro empresas mistas. De acordo com as declarações daquele membro do Governo, a EPAC poderá, no entanto, dedicar-se à horticultura.

Mesmo descontando uma certa arrogância de propósito da parte do Ministério soarista contra a **terceira maior empresa do País**, gestores e outras entidades responsáveis pretendem que se generalize a ideia segundo a qual desta vez (a quarta) é que vai... Como as três tentativas anteriores para entregar a EPAC aos grandes interesses particulares, designadamente estrangeiros (**Lusograin, Intergrain, Dreyfus e Tate & Lyle**) foram combatidas com êxito, principalmente devido à intervenção insistente e prolongada das associações sindicais representativas dos trabalhadores da EPAC, desta vez o desmembramento é apresentado pelo Governo como facto irremissível, como se os órgãos de soberania, a Assembleia da República, por exemplo, não tivessem que intervir nesta matéria de alcance nacional.

Sabe-se que houve um inquérito no âmbito daquela Assembleia, conhecem-se algumas das

conclusões a que chegou sobre as tentativas de desmembramento feitas anteriormente (desde 1979) mas, um mês depois de a comissão ter entregue o seu relatório ao presidente da Assembleia da República continuava aparentemente o Governo a deter sozinho a capacidade de decidir no sentido abertamente combatido de há sete anos para cá.

No entanto, parece não haver dúvidas e, pelo que se sabe o relatório final da comissão de inquérito é claro sobre isso, a «liberalização» do comércio de cereais, ramos de açúcar e oleaginosas é assunto da competência da Assembleia da República, e está estritamente ligado ao cumprimento das normas constitucionais para as formações económicas.

Embora o processo de desmembramento (ou desmantelamento) tenha sido embrulhado em alguma legislação publicada já por este Governo, designada-

mente o Decreto-Lei 67/84, que retira o exclusivo do comércio de cereais à EPAC, essa actuação estava ainda bastante longe da **extinção**, com a qual agora o Governo ameaça a EPAC. Na prática, o processo coincide com o encerramento e a abertura de empresas mistas no ramo do comércio marítimo — que foi o que aconteceu, como se sabe, com as companhias nacionalizadas, CTM e CNN — processo ainda recentemente posto em prática pelo Governo PS/PSD.

A EPAC não é apenas uma nacionalizada a mais ou a menos

É conhecida a sanha deste Governo contra as nacionalizações. Também se sabe como os créditos dessa política nada têm a ver com a apregoada adesão à CEE, com a alegada necessidade de normalizar processos seguidos lá fora, ou ainda menos com a imposição pelas Comunidades de normas do género das adoptadas pelo Ministério soarista para arrasar o sector empresarial do Estado. Afectando agora seriamente a EPAC, o seu quadro de pessoal (perto de 1850 trabalhadores) os pequenos moageiros, os produtores e, em última análise, o consumidor, a raiz dessa política seguida desde 1977 está na continuada tentativa de regresso ao sistema

Houve um inquérito E agora?

Que vai fazer a Assembleia da República perante um relatório cujas conclusões denunciam a preparação durante seis anos de um negócio de que o património público sai defraudado nas três áreas sobre as quais incidiram os trabalhos acerca do dito processo de liberalização: cereais, ramos de açúcar e oleaginosas?

As conclusões do inquérito da comissão de deputados só parcialmente conhecidas revelam, no entanto, irregularidades suficientes para que a chamada liberalização do comércio de cereais, ramos de açúcar e oleaginosas seja motivo de atenção do plenário da Assembleia da República. Pelo que se soube publicamente e não foi desmentido na altura em que a referida comissão entregou o relatório ao presidente daquele órgão de soberania, em 23 de Abril passado, a chamada liberalização toma o aspecto de um negócio ilegal entre os **grandes senhores do grão**, o Governo (ou governos) e a própria administração da EPAC, entregue como se sabe a pessoas da confiança dos partidos com assento no Executivo coligado, o qual, como veio a público entretanto, se prepararia para desmantelar ainda este mês a Empresa Pública de Abastecimento de Cereais. Recorde-se que todo o processo, desde 1979 até agora, decorreu à margem não só dos pequenos moageiros, como também das entidades que representam os interesses da lavoura fora das organizações de grandes proprietários e importadores representados uns e outros nomeadamente pela CAP e pela AN-

POC — Associação Nacional de Produtores de Cereais. Tenha-se ainda em conta que hoje é perfeitamente clara a **convergência de interesses** que, através de múltiplos contactos, se estabeleceram entre grupos de trabalho (nomeados pelos governos para «estudar» a liberalização do comércio importador) grandes empresas moageiras e governantes; e que a formação da **Lusograin** (o próprio nome escolhido para a firma denota bem a sua origem francesa), e mais tarde da sociedade **Intergrain**, foi apoiada em garantias mais ou menos firmes de «liberalização» conseguidas através desses mesmos contactos que, pelos vistos, não foram apenas para «estudar» a situação de um mercado tão rendoso no nosso país.

Trata-se de mais um inquérito para ficar na gaveta? Os membros da comissão parlamentar afirmam que o «fundamento político» da liberalização não é da sua alçada. Mas não será da alçada da Assembleia da República, já que foi no seu âmbito que surgiu e foi aprovada a necessidade de proceder ao inquérito e nomear para o efeito uma comissão cujos trabalhos se prolongaram por mais de quatro anos?

do capitalismo monopolista de Estado, que nada tem a ver com o regime instaurado em Abril nem com a Constituição em vigor. Mas, desde a sua formação precisamente naquele ano, a EPAC nunca foi apenas mais uma empresa nacionalizada. Como os trabalhadores têm repetidamente afirmado, desde que começaram os ataques à

empresa, a EPAC provém da **junção de diversos organismos públicos; não é uma consequência de nacionalizações de empresas ou entidades privadas**. Mesmo dentro da perspectiva do Governo, logicamente não haveria motivos para desnacionalizar a EPAC, que é na prática o que se tenta fazer desde 1979.

Agora que é dado como praticamente pronto esse processo, onde abundam as ilegalidades, será bom ter em conta que, em Janeiro do ano passado, o Governo devia à EPAC, por preços subsidiados, a meiga quantia de 100 milhões de contos; e que os preços praticados pela EPAC, tanto na Agricultura como na Indústria, são estabelecidos pelo Governo, como acontece, aliás, de um modo ou de outro, com todas as empresas do sector empresarial do Estado. É de notar ainda que, passando as importações e outras operações comerciais ao chamado «mercado livre», mais dia menos dia, o reflexo dessa atitude nos preços ao consumidor não vai ser pequeno e incidirá em produtos de primeira necessidade como o pão, as massas alimentícias, o frango, o leite, os ovos. Por outro lado, as imposições do Governo, naturalmente acatadas pelos gestores da sua confiança, levaram a que em Março deste ano, e contrariamente ao que o «Avante!» referiu por lapso na semana passada, nem todas as sementes continuassem a ser fornecidas pela EPAC a crédito **sem juros**; pelo menos deixou de ser esse o caso do arroz para semente — indício de que a **empresa pública** deixa de o ser a partir do momento em que os seus gestores e quem os controla ordenam que se prossiga **não com uma política de concorrência com o sector privado**, mas de autêntica conjugação de esforços em favor do grande capital infiltrado em tudo o que dê lucro fácil e seguro, sem escrúpulos de qualquer espécie.

Resquícios

Há duas maneiras de estar calado a falar. A primeira não vem ao caso; a outra, que serve o nosso propósito, pode-se resumir na prepotente atitude de manter sempre o interlocutor de boca aberta; salivando, mas sem mastigar.

— **E como se consegue, se não é indisciplinação?**

— Usando, como faz o Ministério soarista, convencido de que o resto são cobaias, o conhecido processo muito bem ilustrado pela «liberalização» — mas esta, sim, mastigada, com forte apetite.

Pega-se na EPAC (não incomoda o seu peso e volume), diz-se que é um «resquício», por exemplo, do corporativismo de reconhecida má-fama, mas que também pode servir de passa-culpa, e «liberaliza-se» o comércio dos cereais, das ramos de açúcar das oleaginosas e outros «luxos» de importação; pega-se nas Juntas do Vinho, Pecuária, Frutas e organismos do género — todos uns foragidos à justiça liberalizante — e ferra-se com eles nas mãos da CAP e mais gente afecta ao Ministério Barreto, pois as necessárias empresas «liberalizadas» já existem, e não foram criadas para outra coisa que não seja «descorporatizar» o regime.

Se depois destes gestos patrióticos, que têm a reconhecida vantagem da antiguidade, o interlocutor mantiver a boca aberta, basta continuar; mas sem nunca aludir nem de longe à Constituição, às leis, e muito menos à delimitação dos sectores (PS/1977), aos direitos dos trabalhadores e outras inoportunidades assim; berra-se, então, pela CEE («o que seria de nós, se lá não entrássemos», etc., etc.) por aí fora até aos quintos magnânimos da demagogia reinante.

— **Mas e se o Interlocutor consegue, enfim, articular uma pergunta?** Então o caso muda de figura; e o papel soarista também.

Suponha-se que a pergunta é tão inocente como estas:

— **Quanto custa?** O Ministério sabe, mas não diz.

— **Quem ganha?** O Ministério impacienta-se e faz um gesto obscuro com a mão direita. (Ar afrontoso, mas amuado.)

— **Quem perde?** Bico calado e ostensiva imobilidade: posição mais que compatível com a articulação da fala; e mesmo com a mastigação.

O interlocutor, aqui, pode limitar-se a fazer ohhhhhh! (atitude justificável, apesar de tudo) ou pode manifestar o seu espanto de qualquer outra maneira, de preferência espontânea. Sugere-se, no entanto, a de levantar o pé, com alvo premeditado e força suficiente para causar algum dano — tudo dentro das mais justificáveis intenções. Que as há.

A maior fatia é para quem mais deve

Elementos divulgados pelas organizações representativas (ORT's) dos trabalhadores da EPAC referem que esta empresa pública, constituída em 1977 para substituir o Instituto dos Cereais, abrangeu 19 organismos públicos que incluíam nomeadamente o Instituto Nacional do Pão, a Federação Nacional dos Produtores de Trigo, a Comissão Reguladora do Comércio do Arroz, a Comissão Reguladora do Comércio do Arroz do Arquipélago dos Açores, a Comissão Reguladora das Moagens de Ramas, a Federação dos Industriais de Moagens, e os Grêmios dos Industriais de Arroz, de Moagem e de Panificação. A Empresa Pública de Abastecimento de Cereais — salientavam as ORT's opondo-se à campanha para o desmantelamento — é, **assim, uma empresa que provém da junção de diversos organismos públicos, e não uma consequência de nacionalizações incidindo sobre entidades privadas**.

Às principais funções da EPAC já o «Avante!» se referiu na semana passada. Interessa salientar, no entanto, entre esses elementos disponíveis (embora coligados vai para três anos mantêm-se na generalidade actuais) que a rede de armazenagem da EPAC, abrangendo todo o País, é composta por uns **650 celeiros**

próprios e arrendados e 28 silos regionais com capacidade para 718 mil toneladas de trigo. Em Lisboa e Leixões a EPAC dispõe de dois silos portuários para os cereais importados com capacidade para 160 mil toneladas. O da Trafaria, que há dois anos estava em fase adiantada de construção, mas ainda não estaria terminado, poderá armazenar 200 mil toneladas.

Toda esta capacidade instalada, várias vezes considerada suficiente para responder às necessidades do País, mais os laboratórios, os postos de calibragem (23 em todo o País) as oficinas tecnológicas de moagem e de massas alimentícias, um plano de investimentos que previa, em 1982, 5060 milhares de contos, estiveram sempre dependentes de uma **política de preços fixada pelos governos**. Sublinham também as ORT's várias vezes que «as elevadas verbas que o Estado dispendeu para subsidiar os cereais não se destinavam à EPAC, nem ao seu funcionamento e gestão, mas tão somente a permitir que os utilizadores dos cereais os obtivessem a melhor preço, para assim conseguirem produtos finais mais baratos». Mas, como o **Fundo de Abastecimento «paga tarde e mal»**, a EPAC tem-se visto obrigada a contrair empréstimos

muito superiores ao que seria necessário, suportando os correspondentes encargos; **o caso dos empréstimos externos é frequentemente obrigada pelo Ministério das Finanças a fazer refinanciamentos que não pretende, para obviar à falta de divisas do Banco de Portugal, suportando igualmente os custos dessas operações**. Foi assim que, em 1983, os juros e diferenças cambiais rondaram os **20 milhões de contos**, contando-se, na mesma altura entre os maiores devedores à EPAC precisamente as grandes fábricas de moagem e de rações que agora pretendem substituí-la no mercado sem lhe pagarem as dívidas que, em 1983, atingiam perto de quatro milhões e meio de contos. Por aqui se pode ver como este lauto negócio da «liberalização» funciona, preparado para se instalar.

Trabalhadores

Apelo à luta no dia 4 «Não consentimos que o País seja destruído aos poucos»

— reafirma a CGTP-IN

Num manifesto aos trabalhadores, que contém um forte apelo à luta no próximo dia 4, durante a acção nacional de protesto, promovida pela CGTP-IN, a Central unitária, sob o título «Não consentimos que o País seja destruído aos poucos», sublinha que «com esta política e este Governo de protecção aos ex-monopolistas, latifundiários e especuladores: a nenhum trabalhador será garantido o salário nem o emprego; nenhum jovem terá pela frente um futuro de esperança; nenhuma família trabalhadora terá assegurado o seu sustento condigno e o conforto dos seus filhos; nenhum inquilino terá a certeza de viver numa casa de habitação; nenhum reformado terá descanso e tranquilidade para o resto da vida; nenhum português saberá quanto deve ao estrangeiro; nenhum cidadão

terá a liberdade que o 25 de Abril nos trouxe».

Amplamente divulgados, os objectivos da acção nacional de protesto são os que presidiram às comemorações de luta do 25 de Abril e do 1.º de Maio e às jornadas de massas que imediatamente os precederam, enquadradas na acção contra a política seguida pelo Ministério soarista, exigindo a sua demissão.

Se não forem atingidos num prazo razoável os principais objectivos dos trabalhadores, prevê-se a continuação e o alargamento das acções de luta, de acordo, aliás, com as decisões aprovadas pelos órgãos máximos do movimento sindical, designadamente o Plenário Nacional da CGTP-IN.



A acção nacional de protesto do dia 4 é, segundo a CGTP-IN, «contra o pacote laboral; pelo pagamento dos salários em atraso; contra os despedimentos e o desemprego; contra a lei das rendas de casa; contra a fome e a miséria; contra a corrupção; pela Reforma Agrária e as nacionalizações; por uma nova política e um novo governo». São estes, expressamente, os objectivos da acção anunciados pela Central

Terra

Próximo fim-de-semana
em Évora

IX Conferência da Reforma Agrária

● 1700 delegados e mais de mil convidados

«Uma conferência quente», na medida em que foi «preparada no rubro da Reforma Agrária e os delegados chegarão a Évora directamente das variadíssimas frentes de luta em que estão empenhados», eis, em síntese, a antevisão que António Murteira faz da IX Conferência da Reforma Agrária que durante o fim-de-semana decorrerá nos pavilhões do Rossio de S. Brás, em Évora.

Falando em Lisboa para os jornalistas, aquele membro da

Comissão Organizadora sublinhou que a Conferência deste

ano assume «uma importância ainda maior do que nos anos anteriores» dada a conjugação de dois factores de grande relevo: por um lado, «realiza-se a escassos 45 dias do prazo limite para o Presidente da República poder demitir este governo e, por outro lado, realiza-se no momento em que o Executivo PS/PSD desencadeou uma nova e brutal

ofensiva contra a Reforma Agrária».

De acordo com as informações prestadas na conferência de imprensa estarão presentes na IX Conferência 1700 delegados em representação das UCP's/Cooperativas, do sector privado e dos agricultores; mil convidados nacionais e ainda onze delegações estrangeiras

entre as quais se encontra, pela primeira vez, uma representação da Nicarágua.

Os trabalhos da Conferência iniciam-se às 9,30 horas de sábado, estando o seu encerramento previsto para as 13 horas de domingo, após o que seguirá, como é habitual, um comício e um desfile de solidariedade no qual se incorporarão pessoas provenientes de todo o País.

No comício tomarão da palavra um elemento da comissão organizadora que tornará públicas as principais conclusões da Conferência e ainda, na qualidade de convidado especial, o Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal.

Referindo-se ao trabalho preparatório que nos últimos meses tem mobilizado milhares de tra-

balhadores um pouco por todo o Alentejo e Ribatejo, António Murteira salientou que foram feitos 300 inquéritos de que resultou um balanço da actividade da Reforma Agrária neste último ano e realizadas cerca de 250 reuniões e plenários onde se elegeram os delegados e discutiram as principais matérias a levar à Conferência.

Sobre a ordem de trabalhos, esta incidirá em cinco pontos, a saber: a luta por uma nova política e um novo governo na perspectiva da defesa da Reforma Agrária; o aumento da produção nas UCP's/Cooperativas; o reforço da organização nas unidades de produção; a luta dos trabalhadores agrícolas em geral e aspectos de organização e unidade; e questões de política agrícola.

Mais de dois mil compartes defendem baldios e homenageiam Aquilino

Com a participação de mais de dois mil compartes provenientes das zonas serranas do distrito de Viseu decorreu no último domingo, em Soutosa, Moimenta da Beira, uma grandiosa homenagem a Aquilino Ribeiro. A iniciativa pertiu do Secretariado dos Baldios do distrito de Viseu e apesar do dia invernosu e da chuva que caiu horas seguidas, constituiu uma magnífica jornada de luta onde ficou patente a firme disposição dos povos e compartes defenderem os seus maninhos.

O programa da homenagem iniciou-se logo pela manhã com a reposição do busto do escritor e o descerrar de uma lápide alusiva à data enquanto se ouvia uma salva de morteiros.

Durante o período de intervenções os diversos oradores — entre os quais se contou o juiz conselheiro Aníbal Aquilino Ribeiro — puseram em destaque a firme disposição dos povos de impedirem o roubo dos seus baldios e enalteceram a importância destes através da sua gestão democrática para o progresso e

desenvolvimento das povoações serranas.

Depois de um animado almoço para o qual cada um contribuiu com o seu farnel, registou-se um momento festivo com a participação de cinco ranchos folclóricos a que se seguiu um desfile de danças e cantares da região.

O representante do Secretariado dos Baldios de Viseu a quem coube a intervenção de abertura pôs em destaque o significado desta jornada lembrando que esta segunda deslocação a Soutosa constituía uma reafirmação

da vontade dos povos de dizerem não às tentativas de roubo dos baldios para os entregar «de mão beijada aos grandes senhores, a grandes empresas de celulose ou às autarquias».

«Tal como em 1982, vimos hoje de novo a Soutosa — sublinhou o orador — nesta singela mas significativa homenagem a Aquilino Ribeiro dizer ao País, aos deputados, aos governantes que jamais deixaremos de lutar por um bem que nos pertence — os baldios».

Depois de recordar a figura de Aquilino, aquele membro do Secretariado de Viseu sublinhou que «agora que os lobos uivam de novo pelas serras, agora que ameaçam de novo roubar os nossos baldios, agora que querem à custa do nosso sacrifício presentear os amigos com os nossos baldios, vimos a Soutosa, deixando as sementeiras e o descanso, erguer a nossa voz firme em defesa dos baldios e



Pela passagem do 100.º aniversário do nascimento de Aquilino Ribeiro os povos e compartes do distrito de Viseu prestaram-lhe uma sentida homenagem

gritar para que o País inteiro ouça: a serra foi dos serranos desde que o mundo é mundo, herdada de pais para filhos. Quem vier para no-la tirar conosco se há-de haver».

No decorrer da jornada os presentes aprovaram ainda por unanimidade e aclamação uma proclamação dos baldios.

Rendeiros defendem lei em vigor

Várias dezenas de agricultores rendeiros de Meãs do Campo, Coimbra, reuniram-se no último domingo por iniciativa do Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte (MARN-Beiras) para analisar a situação em que se encontram, tendo repudiado o novo projecto de lei de Arrendamento Rural da iniciativa dos partidos da coligação governamental.

Na ocasião os agricultores presentes manifestaram a sua disposição de desencadear acções que impeçam a aplicação das medidas previstas no referido projecto, criticando ainda severamente aquilo que conside-

ram o «péssimo exemplo» dado pelo Estado no que se refere aos preços das rendas.

Com efeito, conforme foi salientado, o Estado está a praticar rendas mais altas do que as estipuladas pela Tabela de Rendas Máximas, no Vale do Mondego, chegando ao ponto de levar 650 escudos pela aguilhada de arroz quando a referida tabela estipula um valor de 500 escudos.

Quanto à questão das novas culturas, os homens do campo salientaram não ser contra a sua introdução na região, exigindo todavia que seja comprovado que a sua rentabilidade «é de molde a poder-se investir nelas».

Trabalhadores

LUTAS
E TAREFAS

• **Vidreiros da Marinha Grande: «Se for necessário, lutaremos de novo»** — Ao lembrarem que desde 1983 «são devidos aos trabalhadores 80 mil contos de salários na CIVE», fábrica de vidro de embalagem com sede na Marinha Grande, e que a empresa «continua a ser vítima de políticas ruins, que mais não visam do que a sua destruição pura e simples, integrada num processo mais vasto que é a destruição do sector empresarial do Estado», os trabalhadores daquela fábrica vidreira, dirigindo-se à população da Marinha Grande, num apelo à viabilização da empresa, sublinham que «o ministro da Indústria (Veiga Simão) prometeu que até 1 de Março findo apresentaria soluções para a viabilização do sector vidreiro, e não cumpriu»; que as administrações do IPE (Instituto de Participações do Estado) e da CIVE «prometeram assinar novo contrato de viabilização em Setembro/Octubre de 1984, e não cumpriram»; que as mesmas administrações prometeram «fazer essa assinatura em Março de 1985, e não cumpriram». Os trabalhadores da CIVE apelam «a todas as entidades, inclusive ao Governador Civil, para que sejam feitas diligências junto do Governo Central, do IPE e também junto do Banco líder — o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, que mais parece um abutre do que uma instituição bancária ao serviço do País e da sua economia — para que, com urgência, tomem as medidas correctas que a situação actual da empresa exige», como a exigem outras empresas do mesmo sector, designadamente a M.P. Roldão, cuja comissão de trabalhadores manifesta novamente as suas preocupações pelo futuro, pois «os apoios financeiros resultantes do acordo estão esgotados e, por terem vindo com um ano de atraso, não contribuíram grandemente para melhorar a situação».

• **Governo continua a saldar no sector empresarial do Estado: novo concurso para a venda da «Fore»... mas sem trabalhadores** — A Fábrica de Óleos e Rações de Évora (Fore) com uns 100 trabalhadores continua à venda. Mediante despacho do Ministério da Agricultura, já se realizaram dois concursos; no último (21 do corrente) a proposta mais alta foi de 151 mil contos «livres de quaisquer encargos, que a empresa tenha, e de trabalhadores» — sublinha a Federação dos Sindicatos da Indústria Química e Farmacêutica», que considera esse preço «escandaloso». Numa nota de segunda-feira passada, a FSTIQF afirma que, «para discutir a situação da empresa (do SEE) solicitou há dias uma reunião ao secretário de Estado da Agricultura, mas até agora (27/5) não obteve qualquer resposta». Segundo a Federação, há vários anos que está por definir o futuro da Fore, o que levou à «paragem sucessiva e total das instalações», assim como à «acumulação de muitos milhares de contos de prejuízo para o Estado». Ao concurso do dia 21 apresentaram propostas de compra as empresas Copaz, Fratejo e Sanivegetal. Nenhuma dessas propostas assegura os 100 postos de trabalho da Fore que, segundo a FSTIQF, é «viável e fundamental naquela zona do País».

• **Eleições sindicais** — O SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas) anunciou para ontem e hoje, 29 e 30, a realização de eleições para os seus corpos gerentes. Com cerca de 21 000 associados com direito a votar, o SIESI (sede em Lisboa) montará mais 46 mesas de voto do que nas eleições anteriores (1982). Concorrem duas listas. A unitária apresenta-se sob o lema «reforçar o Sindicato; sindicalizar e organizar; defender a democracia; prosseguir Abril». Hoje ainda: eleições nos SPGL e SPN (Professores).

• **Movimentação contra o desemprego no transporte marítimo** — Durante uma concentração na Rocha Conde de Óbidos, em Lisboa, que reuniu cerca de 700 trabalhadores sem emprego das companhias CTM e CNN, recentemente encerradas pelo Governo, foi afirmado por um dos seus representantes que os despedidos continuam a apresentar-se diariamente nos seus postos de trabalho. Nessa concentração, efectuada no passado dia 20, foram ainda anunciadas reuniões da Federação dos Sindicatos do Mar com elementos do Ministério da Indústria, com deputados à Assembleia da República e com a comissão liquidatária daquelas empresas nacionalizadas do transporte marítimo, que foram substituídas por empresas mistas, favorecendo o grande capital privado.

• **Mais de 90 mil contos de salários em atraso só num sector industrial do Norte** — Segundo o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte, sobe a mais de 90 mil contos o total das dívidas salariais que o patronato das indústrias eléctrica e electrónica continua a não pagar a um número superior a mil trabalhadores. As principais empresas devedoras, num sector que em 15 do corrente decretou uma greve nacional, são a Herculano Couto Azevedo, SERL e Electro-Cerâmica. O Sindicato aponta ainda, como particularmente feroz, a repressão na Grundig (Braga), o não cumprimento da contratação colectiva (notório na PREH da Trofa), na Incamec (Braga), a aplicação ilegal de dois contratos na Efaced (Matosinhos) e repressão com tentativa de despedimentos colectivos na Desco.

Nacional

Câmara da Régua
avessa a contas?

Desde 1979 que a Câmara Municipal de Peso da Régua, com maioria PS, não apresenta contas, ou seja, como denuncia o comunicado da APU, a edilidade não apresenta o Relatório de Actividades e Contas de Gerência anual para apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

Entretanto, neste já longo espaço de tempo, como refere o comunicado público da APU, foram movimentadas centenas de milhares de contos das receitas municipais, sem que até

agora se saiba como foram utilizadas.

Até pode ser que tenham sido bem utilizadas — isto é, para benefício de todos os munícipes. Há quem duvide — e por isso mesmo é que elas (as contas) devem ser apresentadas a público.

Para que o mesmo público, que afinal é o pagante, saiba que tantas centenas de contos foram utilizados (suponha-se) nos esgotos, outras tantas centenas na iluminação, ou na pavimentação de estradas e por aí fora.

Agora, o que faz espécie, é que, de acordo com o comunicado da APU, até à publicação do decreto-lei n.º 341/83, a Câmara foi invocando atrasos no Tribunal de Contas para justificar a fuga ao controlo da Assembleia Municipal da sua actividade e contas.

Sucedem, que, com a entrada em vigor daquela lei, nada pode justificar o atraso. E esclarece ainda o comunicado da APU:

A Câmara Municipal estava legalmente obrigada a apre-

sentar à Assembleia Municipal aqueles documentos, referentes a 1984, até ao passado dia 31 de Março. Não o fez, nem se sabe quando o fará!...

Ora vamos lá apresentar as contas senhores autarcas de Peso da Régua! Que diabo! Desde 1979, já era tempo de dizerem onde têm gasto o dinheiro dos contribuintes. Ou haverá algum buraco mais difícil de tapar? Com essa vossa atitude não admira que surjam dúvidas e suspeitas entre os contribuintes do vosso concelho.

MDM de Hamburgo
debate situação da mulher

Com o objectivo de debater os problemas relacionados com a situação da mulher emigrante na RFA, realiza-se no próximo dia 8 de Junho, na cidade de Hamburgo, um Seminário para o qual estão convidados assistentes sociais, professores, funcionários do Consulado, representantes

das associações de portuguesas e organizações femininas locais.

A iniciativa parte do Movimento Democrático de Mulheres de Hamburgo e resulta da tomada de consciência das mulheres emigrantes de que não se pode «cruzar os braços e esperar que as coisas aconteçam», antes se

exige uma intervenção cada vez mais activa por forma a garantir o seu futuro e o dos seus filhos.

Entre os temas que preencherão a ordem de trabalhos ao longo de todo o dia contam-se a situação das mulheres no emprego, na família, na sociedade, a situação do ensino e o regresso a Portugal.

A Mulher
em seminário

A mulher na sociedade, no emprego e na família, a sua acção internacional e a Paz e os dez anos na lei foram os temas abordados pelos participantes no seminário para balanço da «Década da Mulher» que se realizou sábado em Lisboa por iniciativa do MDM.

No seminário, que funcionou por secções, concluiu-se que «o agravamento das condições de vida, motivado pela política antidemocrática que vem sendo seguida pelos governos que, desde 1976, vêm detendo o poder em Portugal, a falta de habitação, de emprego, de perspectivas de fu-

turo para a juventude, em termos de estudo ou trabalho, a fome que alastra em já muitos lares, degradam a qualidade de vida dos portugueses».

«Inevitavelmente — salientaram os participantes —, as mulheres são as mais atingidas. Em consequência, a prostituição torna-se flagelo.»

No seminário promovido pelo MDM, a fosso existente entre os direitos consagrados na lei e a sua aplicação foi salientado pelos participantes que constatarem ser a mulher a mais atingida pelo desemprego.

Plenário de
trabalhadores-estudantes

As estruturas de trabalhadores-estudantes reuniram-se no passado domingo em plenário nacional promovido pela Federação Nacional dos Trabalhadores-Estudantes (FNATE'S).

Na reunião, em que participaram estruturas de Lisboa, Porto e Aveiro, foi exigida a aplicação do estatuto de trabalhador-estudante, tendo-se decidido lutar pela defesa e autonomia do movimento associativo dos TE's.

Os participantes no plenário salientaram a aberração do 12.º ano e exigiram a reestruturação dos cursos nocturnos, tendo ainda decidido o alargamento da Direcção Nacional da FNATE'S — federação que, com as treze adesões registadas no plenário, engloba cerca de 40 estruturas representativas de cerca de 100 mil trabalhadores-estudantes.

No plenário foi decidida a

realização, em Outubro e Novembro, de uma Campanha de Defesa das Associações de Trabalhadores-Estudantes. Os representantes das diversas estruturas decidiram também apoiar a realização do desfile da juventude «Porto Jovem», que se realiza no próximo dia 6.

Os delegados das diversas estruturas que participaram neste seminário nacional aprovaram o envio de moções de solidariedade para com os povos da Nicarágua e da África do Sul, de apoio ao XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, de solidariedade para com a Reforma Agrária e de repúdio pela Lei de Segurança Interna. Estes documentos vão ser entregues ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, ministro da tutela e grupos parlamentares.

Setúbal, Vila Franca
e as crianças

«A criança, o jogo e a vida na cidade» é o lema que engloba uma série de iniciativas promovidas pela Câmara Municipal de Setúbal que assim assinala a passagem de mais um Dia da Criança.

De 1 a 22, «Junho — Mês da Criança» vai animar o Museu de Setúbal, o Convento de Jesus, a praça do Bocage e o Parque do Bonfim.

Espectáculos teatrais, cinema de animação, ateliers de pintura e de literatura infantil, teatro de fantoches e a aprendizagem de noções sobre a montagem de ludotecas são algumas das actividades que farão de Setúbal uma cidade para as crianças. Colaboram nesta iniciativa da Câmara Municipal de Setúbal os grupos de teatro «A Máscara», «Papa-Légua» e Centro Cultural de Almada.

Xira Infantil

Também a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, com a colaboração do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa, promove a já tradicional «Xira Infantil», que decorre até este domingo.

Nesta iniciativa, que conta com a colaboração dos grupos de teatro «A Máscara» e «Fio d'Água», estão em funcionamento diversos ateliers profissionais.

As actividades, que decorrem no pavilhão do Cevadeiro, serão abertas ao público durante o fim-de-semana. Até lá, as actividades destinam-se às crianças do ensino primário, preparatório e especial. Também haverá um carrocel a funcionar permanentemente, ao módico preço de um «obrigado», e teatro de fantoches pelo grupo «Teatro do Povo».

Prova intermunicipal
na Azambuja

No âmbito da Intermunicipal Juvenil, realiza-se este domingo uma prova intermunicipal de atletismo. A prova, que decorrerá na Azambuja, destina-se a atletas dos 13 aos 25 anos.

O sinal de partida para as três provas — que partem simultaneamente — está previsto para as 10 da manhã. Depois, seja qual for o resultado, haverá a entrega dos prémios, que mais não é do que pretexto para a almoçarada de convívio que se realiza a partir das 13 horas no Pavilhão Municipal e onde actua-

rá o rancho folclórico de Manique do Intendente.

Para os atletas iniciados, a prova será de três mil metros; para os juniores, de 5000; e para os atletas seniores será de 7500 metros.

A Intermunicipal Juvenil, que decorrerá até ao fim de Junho, é organizada pelas câmaras municipais da Amadora, Azambuja, Loures, Mafra, Sobral do Monte Agraço e Vila Franca de Xira, no âmbito das comemorações do Ano Internacional da Juventude.

Assembleia da República

Novos municípios? Não! Vizela? Nem pensar!!

— durante a discussão o PSD não deu cavaco

A grande novidade da actividade da Assembleia da República foi a votação final da Lei Quadro da Criação de Municípios, na sessão de terça-feira última, depois da discussão na especialidade se ter arrastado por algumas semanas. Iniciou-se ainda a discussão do polémico Decreto-Lei n.º 63/85 referente ao Código do Direito de Autor, que em trabalho da Comissão respectiva viu suprimido as partes mais controversas e que mereceram a desaprovação de todos os quadrantes políticos, na medida em que nem no tempo da ditadura fascista o regime tivera coragem de legalizar tal opressão.

Quanto aos municípios, Vizela viu arredada para as calendas a possibilidade (prometida e re-prometida pelos partidos que hoje estão no Governo) de se constituir como autarquia independente de Guimarães.

Como dizíamos num dos últimos «Avante!», prometer não custa, o que custa é cumprir. Na discussão que se travou tanto o PS como o PSD não deram cavaco... a não ser para dizerem que não davam cavaco. Isto já parece obsessão.

Bem os encurralou o PCP. A lei agora aprovada, com os votos contra do PCP, MDP, Verdes, CDS e de um deputado do PS, Agostinho Mendes, diz que a criação de novos municípios não pode verificar-se enquanto não forem criadas as regiões administrativas.

Como estas nem tão cedo estarão criadas, Vizela (e Azeitão, entre outros, onde o PS nas últimas eleições agitou a bandeira da criação de um novo município) bem pode esperar.

Pediu o PCP que fosse introduzido um aditamento para que as propostas de criação de municípios existentes na AR até 15 de Maio fossem contempladas. Foi rejeitado. Voltou a pedir o PCP para que o texto voltasse de novo à Comissão para ser reapreciado. Nova rejeição da maioria.

O PSD não quer Vizela como município e levou mesmo o PS a retirar um acrescento que previa a criação de novos municípios caso as regiões administrativas não fossem criadas no espaço de dois anos (que não vão ser).

No período antes da Ordem do Dia falou o deputado comunista João Rodrigues, que focou a situação da Metalúrgica Duarte Ferreira, onde a situação para os trabalhadores se agrava de dia para dia. Sabe-se agora que o Governo vai avançar com o despedimento colectivo e para tanto já teria arranjado as verbas ne-

cessárias para as indemnizações. Como se pode constatar, este Governo tem uma solução para a crise — despedir. Se continuar em funções, qualquer dia todos os trabalhadores portugueses foram despedidos.

Luís Francisco Rebelo integrou a bancada comunista como deputado independente. Motivo da sua presença: a discussão do Código de Direito de Autor.

Denunciando as aberrações de que o Código estava eivado e que foram suprimidas por consenso de todas as forças políticas, justificou essa denúncia pela simples razão de que não se podia esquecer, perante a Assembleia e perante o País, a anormalidade que estava em vias de vigorar. Mas sobre este assunto voltaremos proximamente.

O CDS ao ataque

Já há uns tempos que eles tinham ameaçado. Tinham até marcado data, que não cumpriram, que estas coisas não é para se cumprirem, é para se irem cumprindo. Mas de repente, o assunto surgiu no plenário da Assembleia da República — a revisão da Constituição, por iniciativa do partido do senhor Lucas Pires.

Não foi avante, apesar dos votos favoráveis do PSD. Votaram contra a revisão imediata da Constituição o PCP, PS, MDP/CDE, UEDS, ASDI e o deputado de Os Verdes.

Aqui del-rei que foi a maioria de esquerda! — gritaram alguns jornais. Nada disso, sossegamos nós. Não é que o PS — a sua direcção mais o seu Grupo Parlamentar, esclareça-se — não tivesse vontade de apadrinhar a iniciativa. Na sua intervenção o deputado do Partido Socialista, Jorge Lacão, tentou acalmar os ímpetos revisionistas da direita ao declarar: «Quando se revelar necessário operar desnacionalizações elas serão feitas num

quadro de verdadeira modernização e adequação às estruturas económicas da Europa.»

Não sabemos se Lucas Pires ficou mais descansado, ele que ao exigir a imediata revisão da Constituição falou da necessidade de eliminar «a pesada herança da revolução socialista». A verdade é que não se mostra satisfeito com as concessões feitas desde 1976 — principalmente pelo Partido Socialista — ao grande capital e aos latifundiários.

«É pouco! — exclamou no hemiciclo — Não bastam reformas parciais ou reformas limitadas. É necessário uma reforma global.» E com estas palavras referia-se à parte da legislação emanada do Governo, nomeadamente o **lay-off**, a lei das rendas, a abertura da banca à iniciativa privada e a entrega das empresas públicas ao sector privado.

Tenham calma! Esperem que passe as eleições e então tudo se resolverá! — procurava dizer o Partido Socialista, não por estas palavras, é claro, que está numa de não arriscar a candidatura do seu líder à presidência da República.

«Tome uma aspirina»

Desmontando a tramóia política em que o CDS e o seu apoiante PSD enveredaram, falaram pela parte do PCP os deputados José Magalhães e José Manuel Mendes.

O primeiro fez ver — e só não vê quem não quiser — que as causas da crise não podem ser atribuídas ao texto da Constituição, até pela simples razão de que o mesmo texto todos os dias é desrespeitado.

Apontou igualmente as semelhanças entre o projecto de revisão apresentado pelo CDS e a Constituição de 1933 e dirigindo-se a Lucas Pires ironizou:

«O regresso de um filho pródigo é encantador. O regresso de um pai pródigo (Freitas do Amaral) é uma enorme dor de cabeça. Tome uma aspirina, senhor deputado, e deixe a Constituição em paz.»

Por seu turno, José Manuel Mendes, salientando que a Constituição está viva, referiu que o que se pretendia com a revisão era «eliminar da Constituição tudo o que nela é sinal da Revolução de 25 de Abril».

Internacional

Anunciando novas vitórias sobre os indonésios

FRETILIN mostra que Timor-Leste não cede

Com a audição da gravação de um bombardeamento aéreo efectuado pela Indonésia sobre Timor-Leste e, a reprodução de excertos da mensagem, dirigida ao povo desta ex-colónia portuguesa (brutalmente ocupada pelo regime de Jacarta), pelo Comandante-em-Chefe das FALINTIL (braço armado da FRETILIN) via rádio, a FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente) demonstrou e anunciou aos jornalistas, numa conferência de imprensa realizada anteontem num hotel de Lisboa, duas importantes realidades na fase actual da sua luta contra a opressão: a de que a Indonésia invasora está a defrontar-se com uma aguerrida oposição militar (que a força a recorrer a bombardeamentos aéreos) e de que a FRETILIN deu um enorme salto qualitativo na organização do seu combate pela liberdade ao reactivar, em Janeiro passado, as suas transmissões radiofónicas para todo o País, ultrapassando o rude golpe sofrido em 1978 com a rendição de Alarico Fernandes, «ao tempo ministro da Informação e Segurança, o qual entregou de mão beijada às autoridades indonésias todos os aparelhos de Rádio, utilizados quer nas emissões internas quer para o mundo exterior», segundo as palavras de **Abílio Araújo**, chefe da delegação da FRETILIN em serviço no exterior, e que conduziu a Conferência de Imprensa.

A luta de um povo inteiro

Foram igualmente apresentados aos jornalistas alguns excertos da mensagem lida aos microfones do povo emissor da FRETILIN por Xanana Gusmão, Comandante-em-Chefe das FALINTIL e presidente do CRRN, no passado dia 20, a propósito do 11.º aniversário da luta pela independência e liberdade, que afirmava a dado passo:

«Onze anos medeiam estas duas datas no nosso processo de libertação nacional. A ASDT/FRETILIN, temperada no fogo de nove anos e meio de luta armada para a libertação da Pátria de Timor, continua fiel aos seus princípios e firme na prossecução da sua linha de acção. Hoje, em 1985, a FRETILIN continua a perseguir o objectivo a que se propôs desde 20 de Maio de 1974: reunir os filhos de Timor-Leste sob o ideário da independência nacional; promover e consolidar a unidade de todos os patriotas e nacionalistas, sem distinção de cor, convicção política, credo, posição social, sexo ou idade. E hoje, mais do que nunca, é necessário fortalecer a nossa unidade, pois só a unidade nacional poderá garantir-nos capacidade para derrotarmos o poderoso inimigo.»

Dirigindo-se depois à comunidade maubere no estrangeiro, o Comandante-em-Chefe da FRETILIN disse: «Sentimos os anseios de todos vós, as vossas preocupações. Timor-Leste, pequeno e pobre, é a nossa pátria mil vezes querida. Por esta pequena meia ilha, centenas de milhares dos seus filhos já deram a vida. Por ela os guerrilheiros ASWAIN continuam enfrentando a morte nos campos de batalha. Por ela o povo maubere padece a escravidão do ocupante estrangeiro. Mas por ela, também, o povo maubere sabe buscar sempre novas forças para continuar a luta (...) Por isso apelamos a todos para que tomem maior contacto com a situação da nossa Pátria e com os destinos do nosso Povo.»

Política de genocídio

Já no período de perguntas feitas pelos jornalistas, Abílio Araújo desenvolveria alguns pontos importantes da corajosa luta da FRETILIN face à acção dos invasores, que têm praticado «uma autêntica política de genocídio» sobre o povo maubere.

«Temos atrás de nós mais de 200 000 mortos, vítimas do agressor. O ano passado a Indonésia iniciou uma acção de ex-

termínio sistemático, mandando inclusivamente destruir todas as árvores que pudessem alimentar os nossos guerrilheiros. Em vão. Tais atrocidades não nos vergam nem fazem desfalecer a nossa luta. Demonstram, pelo contrário, como o agressor está desesperado, incapaz de esmagar a nossa resistência, como propagandeia.»

A questão da propaganda indonésia seria igualmente denunciada como sem escrúpulos e totalmente mentirosa, mas agora fortemente atalhada pela regularização da Rádio da FRETILIN, um emissor móvel introduzido clandestinamente no país no segundo semestre do ano passado, passando a emitir regularmente desde 6 de Janeiro deste ano. Diria a propósito Abílio Araújo: «Nesta fase temos emissões de 45 minutos duas vezes por semana, feitas em português como língua oficial, e mais duas pequenas partes, uma emitida na língua local, a outra em indonésio, para os militares do exército de ocupação.»

Seriam igualmente divulgados os esforços diplomáticos da FRETILIN junto dos organismos internacionais, o crescente apoio que colhe em todo o mundo, a vitória política que constitui o início de conversações a nível internacional a que a Indonésia se viu forçada, e sublinhada, com muita clareza, a inquebrantável confiança da FRETILIN e do povo maubere na vitória final.

Ajuda às vítimas da fome

Reunido recentemente em Budapeste, o comité da Conferência «Cristãos pela paz» decidiu apelar a todos os cristãos, igrejas e comités regionais para que prestem a «ajuda necessária a milhões de pessoas que correm o perigo de morrer de fome e opressão».

As entidades religiosas manifestaram a sua preocupação face ao problema alimentar no continente africano, onde a subnutrição afecta em massa a população de 20 países. O caso particularmente grave da Etiópia foi salientado, tendo o representante da igreja ortodoxa russa anunciado que a sua congregação já prestou ajuda àquele país num valor de cerca de 60 mil contos.

Preparação do Congresso do PCUS

O novo programa do PCUS e as grandes opções do desenvolvimento económico e social da URSS para o próximo quinquénio (1986-1990) e até ao ano 2000, começaram a ser discutidos durante os encontros do secretário-geral do PCUS, Mikhail Gorbachov, com operários, directores de empresas, economistas e cientistas de Moscovo e Leninegrado.

Os documentos sobre aquelas matérias que deverão ser submetidos ao 27.º Congresso do PCUS, marcado para 27 de Fevereiro de 1986, serão previamente publicados para permitir uma ampla discussão no seio do Partido e de outras organizações sociais soviéticas.

Jornalistas contra «Rádio Marti»

A Organização Internacional de Jornalistas (OIJ), divulgou em Praga uma declaração condenando a actividade subversiva anticubana das emissões norte-americanas da chamada «Rádio Marti», acusando-a de pretender agravar a situação explosiva que se vive na América Latina e nas Caraíbas.

Esta agressão propagandística — diz o documento — não passa de uma grosseira ingerência nos assuntos internos de Cuba e violação da soberania da ilha. A OIJ, que acusa a administração Reagan de praticar uma política contrária aos interesses dos países e povos latino-americanos, apela às Nações Unidas, ao Movimento dos Não-Alinhados e à Organização dos Estados Americanos para que condenem a actividade da referida emissora, como um acto de agressão e ingerência num país independente.

O Governo e os actos eleitorais

● Esclarecimento da SIP do PCP

A SIP do PCP divulgou na passada segunda-feira o seguinte esclarecimento:

1 — De acordo com notícias divulgadas pelos órgãos de informação, o gabinete do ministro da Administração Interna difundiu um esclarecimento onde a dado passo refere estar prevista «a realização no último trimestre de 1985 de eleições para a Presidência da República, seguidas de eleição para as autarquias locais».

2 — A este respeito, é indispensável assinalar que, não tendo o Ministério da Administração Interna ou o Governo qualquer competência legal para definir a sequência dos referidos actos eleitorais, a citada afirmação constitui um manifesto abuso e

uma ostensiva intromissão nas competências de outro órgão de soberania.

3 — Com efeito, nos termos constitucionais e legais, é ao Presidente da República que compete marcar a data das eleições presidenciais e é ainda ao Presidente da República que cabe promulgar ou não o decreto-lei governamental que propuser a data das eleições autárquicas.

4 — São assim ilegítimas, inadmissíveis e reprováveis as repetidas tentativas do Ministério da Administração Interna para inculcar na opinião pública ideias feitas sobre matérias (como a sequência de actos eleitorais) em que o Governo PS/PSD, contra o que certamente gostaria, não pode decidir.

Internacional

América Latina

A dívida impagável

As alterações democráticas registadas nos últimos tempos na América do Sul criaram uma situação nova no continente latino-americano. Num curto espaço de tempo, países tão importantes como a Bolívia, a Argentina, o Brasil e o Uruguai libertaram-se das ditaduras militares, restauraram o regime constitucional, recuperaram as liberdades democráticas. Trata-se de um processo que teve a sua origem e o principal motor na luta dos povos contra a ditadura e pela democracia, mas que contou também, como é reconhecido de forma quase unânime, com o profundo agravamento da crise económica que os militares no poder se sentiram incapazes de gerir e resolver.

As aberturas democráticas deram lugar a importantes mudanças sociais, mas a situação que se vive hoje nos referidos países está longe de se poder considerar estável e satisfatória para as camadas sociais que por elas mais se bateram.

Na Argentina, uma greve geral de 24 horas paralisou o país na passada quinta-feira; na Bolívia sucedem-se as greves e protestos contra a política económica do governo; no Brasil o surto grevista alastra por todo o país. Os exemplos poderiam continuar que, tendo embora em conta as características específicas de cada país, se encontraria na base das movimentações de massas um denominador comum: a crise económica.

Uma entrevista concedida em Março último pelo presidente cu-

nosso domínio, conseguimos, de certa forma, uma nova ordem económica internacional nas nossas relações com os países socialistas.

(...) Consideramos uma premissa fundamental da independência dos países do Terceiro Mundo, da soberania dos países do Terceiro Mundo, do seu desenvolvimento, inclusivamente do seu direito de realizar mudanças sociais, o facto de desaparecer o iníquo sistema de exploração de que são vítimas os países do Terceiro Mundo. Isto é, nós consideramos mais essencial, neste momento, a luta pela nova ordem económica mundial, essa ordem económica mundial de que se falou e acordou solenemente nas Nações Unidas, há 10 anos (...)

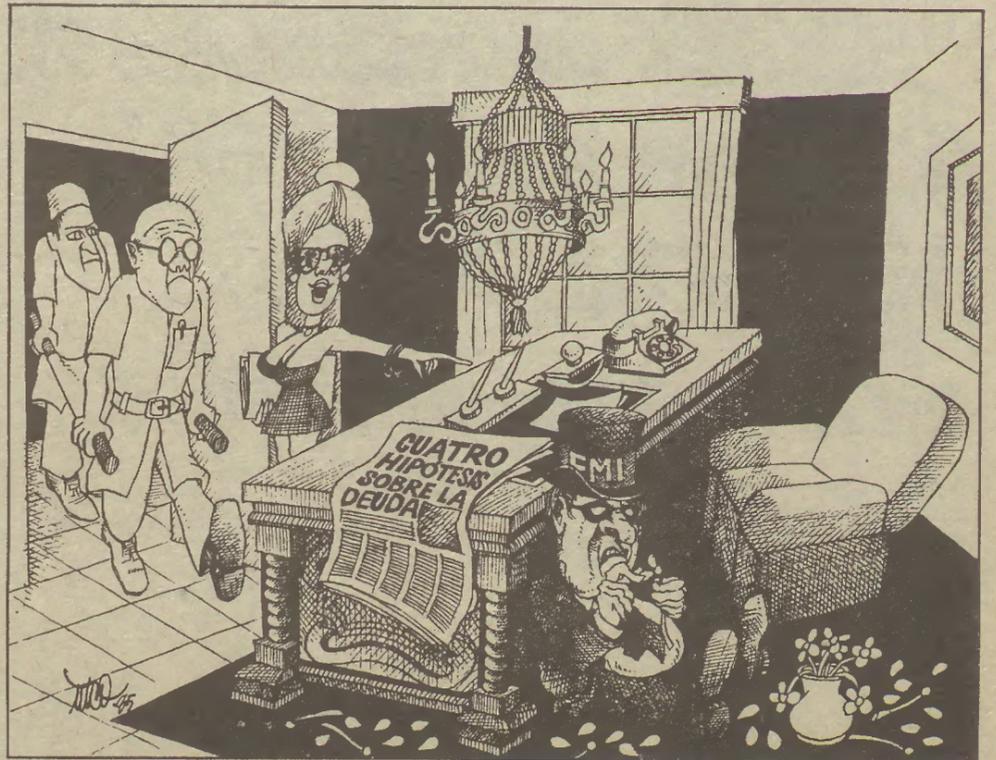
É claro que há entre os representantes do grande capital quem defenda, como o fez recentemente o «Wall Street Journal», que caso os países devedores não tenham dinheiro para pagarem as suas dívidas então o pagamento deve ser feito «com a entrega total ou parcial das indústrias ou de outras propriedades». Mas essa é a «solução» inviável que nem os regimes mais conservadores estão dispostos a aceitar.

A América Latina tem uma dívida externa estimada em 360 mil milhões de dólares. Como disse Fidel Castro na já referida entrevista ao «Excelsior», se o imperialismo teima em exigir o pagamento dessa dívida e o pagamento dos juros, as sociedades latino-americanas vão explodir, porque elas são formadas por pessoas para quem cada dia é mais difícil conseguir um pedaço de pão, um tecto, um par de sapatos, um emprego, um medicamento.

À beira da rotura

Na verdade, a situação económica latino-americana chegou a um ponto de rotura. Segundo dados oficiais divulgados pela Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas, das Nações Unidas, o Brasil deve 101 800 milhões de dólares; o México, 95 900 milhões de dólares; a Argentina, 48 000 milhões; a Venezuela, 34 000 milhões; o Chile, 18 440 milhões; o Peru, 13 500 milhões; a Colômbia, 10 800 milhões; a Costa Rica (dois milhões de habitantes), 4050 milhões; o Panamá, 3550 milhões; o Uruguai, 4700 milhões de dólares.

Em muitos casos, os números referidos situam-se abaixo da situação real, pois países como o Chile não primam pela clareza



«Quatro hipóteses sobre a dívida»

(Desenho de Níco na Bohemia)

das suas contas. Mas mesmo assim, o panorama é aterrador, dado que na generalidade dos casos não é já possível impor novas restrições e sacrifícios.

As economias dos países referidos não só estagnaram nos últimos anos como retrocederam, ao mesmo tempo que as populações continuaram a aumentar a um ritmo elevado. Como pretender, nestas condições, proceder ao pagamento de uma dívida que escapou já a todo o controlo?

As políticas repressivas, mesmo as mais duras, mostraram-se ineficazes. Que governos democráticos (mesmo que estejam dispostos a isso) poderão vencer os povos a sacrificar-se para a satisfação das exigências do FMI, quando a situação é já de luta pela sobrevivência?

Quem deve a quem

Se a dívida é impagável — e o dirigente cubano não é o único a defendê-lo — cabe reflectir nas implicações que teria a nível in-

ternacional o seu cancelamento. Na ausência de medidas por parte dos países credores, seria quase inevitável o colapso do sistema financeiro internacional, e é esse o fantasma que se agita muitas vezes.

Mas a verdade é que existem alternativas. Se se pensar que foi a exploração secular do trabalho e das riquezas dos povos colonizados, designadamente os da América Latina e África, que fizeram a riqueza e criaram as condições para o progresso do mundo economicamente desenvolvido, facilmente se concluirá que, moral e materialmente, os hoje devedores foram durante longo tempo e ainda são credores dos que agora lhes exigem o pagamento da dívida.

Assim, que maior justiça poderia haver, para cancelar a dívida do Terceiro Mundo e evitar a desestabilização do sistema financeiro internacional, do que serem os próprios países industrializados a tomar a seu cargo a dívida perante os seus próprios bancos?

Não seria necessário procurar muito para encontrar a forma de

arranjar recursos para tal fim sem afectar a sua economia: a redução das despesas militares.

Acresce que, segundo estimativas de especialistas da ONU, bastariam 8% a 10% do que se gasta anualmente em armamentos para solucionar os problemas sociais do mundo em vias de desenvolvimento; e apenas 0,5% do volume corrente destes gastos seria suficiente para que nos próximos anos se criassem nos Estados mais pobres as premissas para o autoabastecimento alimentar.

Resolver o problema da dívida externa será o primeiro passo para a criação, tão inevitável quanto necessária, de uma nova ordem económica internacional. Mais cedo ou mais tarde esse passo terá de ser dado.

A questão está em saber se os verdadeiros devedores — os que secularmente têm explorado as riquezas dos outros povos — têm a lucidez suficiente para o fazer através do diálogo político ou se ficarão à espera da «explosão» que de outro modo acabará por registar-se e os afectará de forma muito mais violenta.

● No seu conjunto, em 1984, os países da América Latina pagaram de juros e lucros aos credores 37 300 milhões de dólares, quase 3000 mais do que em 1983. Receberam, em empréstimos e investimentos, 10 600 milhões de dólares.

● Em apenas dois anos, 1983 e 1984, a saída líquida dos recursos financeiros da América Latina para o exterior, em forma de juros e lucros, atingiu os 56 700 milhões de dólares.

● Estima-se que nos próximos 10 anos o pagamento de juros da dívida latino-americana, supondo-se que ela quase não aumente, terá uma média de 40 000 milhões de dólares por ano.

● Segundo os especialistas, considera-se que 20% do total das exportações para o pagamento da dívida externa é uma percentagem praticamente insuportável. Alguns países, como a Argentina, usam 52% das exportações para pagar os juros da dívida; a Bolívia utiliza 57% das suas exportações; o México 36,5%; o Brasil 36,5%; o Peru 35,5%; o Chile 45,5%.

● Em 1983 os preços ao consumidor, no conjunto da América Latina, atingiram 130,8% e, em 1984, aumentaram para 175,4%.

● Em 1984, a inflação na Bolívia foi de 2300%; na Argentina, de 675%; no Brasil, de 194,7% e no Peru de 105,8%.

bano, Fidel Castro, ao jornal mexicano «Excelsior», colocava o dedo bem no centro da questão. Dizia o dirigente cubano a dado passo:

(...) As mudanças sociais apenas, não resolvem nada. As mudanças sociais podem trazer consigo mais justiça, podem acelerar o desenvolvimento, tornar mais humano e mais equitativo o esforço e o sacrifício de todos (...) mas os consideráveis avanços alcançados pelo nosso país no desenvolvimento económico e social não obedecem apenas às mudanças sociais, obedecem também ao facto de que nós, dentro do

A dívida impagável

A questão de uma nova ordem económica internacional, que começou por ser uma aspiração legítima dos países menos desenvolvidos, é hoje uma necessidade indispensável para todo o Terceiro Mundo. Pela simples razão de que se tornou manifestamente impossível fazer face à dívida externa, ao serviço da dívida, às relações desiguais de intercâmbio, às elevadas taxas de juro, à sobrevalorização do dólar americano, às medidas proteccionistas impostas pelos países capitalistas desenvolvidos.

Dia de África assinala a libertação

Os povos africanos assinalaram no passado sábado, dia 25, o dia da Libertação de África, efeméride que comemora a criação da Organização de Unidade Africana (OUA).

Foi há 22 anos, em Adis Abeba, que os chefes de governo e de Estado de trinta e dois países que haviam conquistado a sua independência fundaram a OUA, que hoje conta com 50 membros, dando assim o primeiro passo no importante caminho da amizade e cooperação ao mais alto nível no continente africano, conjugando esforços no combate contra o colonialismo e as suas sequelas, o racismo e o apartheid, pelo direito a decidir do seu futuro e pela defesa da segurança e da paz.

Trata-se de uma data memorável de inegáveis incidências internacionais, pois todos os que se batem por aqueles Ideais não podem deixar de participar, de uma forma ou de outra, nessa tarefa gigantesca de lançar as bases de uma vida nova sobre os escombros do sistema colonial, contribuindo para a criação de novas, fraternas e justas relações entre todos os povos do mundo.

Um longo caminho foi percorrido desde então. Às perturbações naturais dos processos revolucionários juntaram-se os ataques, boicotes, pressões e ingerências de vária ordem dos países capitalistas e do Imperialismo, pouco dispostos a abrir mão de velhos privilégios; as con-

dições naturais adversas fizeram e fazem sentir muitas vezes o seu peso num continente onde o desenvolvimento tecnológico e industrial é ainda uma aspiração de futuro. Mas apesar de tudo isso, a luta dos povos africanos avançou com êxito em inúmeras frentes.

Na África do Sul, dominada pelo racismo e apartheid, a luta de massas está na rua, enfrentando com uma combatividade crescente o odioso regime. A libertação da Namíbia está cada vez mais próxima. As tentativas do Imperialismo para proclamar no continente zonas de influência têm sido na maioria dos casos infrutíferas.

É certo que as forças mais reaccionárias não se têm poupado a esforços para impedir os povos africanos de consolidar a sua independência, recorrendo para isso a todos os meios, desde a agressão directa às chantagens económico-financeiras. Do mesmo modo, não têm cessado as tentativas de minar a unidade no continente e no selo da OUA, designadamente através da criação de focos de tensão, como no caso do Chade, no Corno de África e noutras regiões.

Mas não é menos verdade que a unidade africana tem sabido resistir corajosamente aos ataques que lhe têm movido, mobilizando mais e mais apoios junto da comunidade internacional progressista, dos povos de todo o mundo que com África partilham as aspirações de paz, progresso e liberdade.

Internacional

GENEVBRA

O recomeço das negociações americano-soviéticas

As negociações de Genebra entre os Estados Unidos e a União Soviética sobre os armamentos espaciais e nucleares recomeçam hoje num ambiente que é simultaneamente de expectativa e de descrédito. De expectativa pela consciência da necessidade urgente de afastar do horizonte da humanidade o espectro do holocausto nuclear. De descrédito porque a primeira fase das negociações estiveram longe de se poder qualificar de satisfatórias.

Os EUA foram para Genebra no que pretendiam ser uma posição de força: com o anúncio de que o projecto de guerra das estrelas da administração Reagan não seria interrompido. A campanha de aliciamento dos aliados europeus para o projecto, que decorreu em paralelo com os encontros de Genebra, assumiu

por vezes o carácter de provocação à parte soviética, de tentativa deliberada de retirar toda a seriedade às negociações.

É evidente que ninguém esperava que os EUA abandonassem como que por magia toda a sua filosofia política; nem ninguém acreditou ser possível, no curto espaço de mês e meio, po-

der solucionar os problemas em debate. Mas já que os EUA foram forçados, devido a enorme pressão da opinião pública internacional, a aceitar negociar o que têm por não negociável — as suas pretensões de hegemonia mundial —, poder-se-ia pelo menos esperar uma certa disponibilidade para a elaboração de soluções práticas no mínimo consonantes com o entendimento conseguido no princípio do ano.

Tal não sucedeu. As inflamadas afirmações de desejo de paz utilizadas na campanha para a reeleição de Reagan e o esboço de intenção de as levar à prática tiveram curta duração. O projecto de guerra das estrelas passou a ocupar o seu lugar, a captar todas as atenções e a mobilizar todos os meios e investimentos possíveis. Ou pelo menos a tentá-lo.

Da prevenção da corrida aos armamentos espaciais não mais se ouviu falar. Em seu lugar, os propagandistas de serviço começaram a lançar a dúvida de se os soviéticos não teriam também e em estado mais avançado o seu próprio projecto cósmico-militar; a alertar os parceiros da NATO para a possibilidade única de não perderem o «comboio» do desenvolvimento tecnológico participando na iniciativa norte-americana; a acusar enfim a URSS de não levar nada de novo para a mesa das negociações.

Trata-se, como afirmava no início da semana o «Pravda», de **sabotagem declarada ao estudo da questão da prevenção da corrida aos armamentos no espaço, assim como a tentativa de oficializar e legalizar, a todo o custo, o programa de Washington de militarização**



Paz, uma questão que diz respeito a todos

acelerada do espaço extra-terrestre.

Para negociar são precisos dois...

Se os EUA persistirem em não cancelar os seus novos projectos militares, não só é posta em causa a possibilidade de limitar (quanto mais de reduzir) os arsenais nucleares, como inclusive de chegar a qualquer acordo nas negociações de Genebra.

Para negociar são necessários pelo menos dois parceiros. E se, como afirmou o secretário-geral do PCUS, Mikhail Gotbachiov, durante o almoço oferecido na segunda-feira ao dirigente social-democrata da RFA, Willy Brandt, a URSS **materializa a sua vontade de paz em iniciativas construtivas e em propostas explícitas que não admitem interpretações controversas**, o mesmo não se pode dizer dos EUA.

Na verdade, as propostas norte-americanas, se tal se lhes pode chamar, não passam de exigências de cedências unilaterais da União Soviética, que sabem à partida ser inaceitáveis.

Os Estados Unidos não podem esperar, afirmava a esse respeito o «Pravda», que a União Soviética reduza minimamente os seus meios nucleares de golpe de retaliação, ao mesmo tempo que Washington impulsiona o cumprimento do programa de medidas que visam «desvalorizar» os armamentos nucleares soviéticos, na esperança de obter a capacidade de lançar uma agressão impune.

Pelo que cabe perguntar, que pretendem os EUA de Genebra?

Um plano que é preciso impedir

A resposta àquela questão é assustadora. Porque por mais que se procurem explicações, apenas uma responde plenamente. A de que os Estados Unidos, ao fazerem propostas absurdas à URSS, visam o objectivo macabro de facilitar aos seus estrategas o cumprimento da tarefa que se propuseram, ou seja, de criar as condições para poderem aplicar o primeiro golpe desarmante e, se possível, evitar retaliações.

Não é necessário ser-se especialista das questões soviéticas para compreender que a URSS jamais aceitará colocar-se numa tal situação.

Os mais cépticos concluirão que as possibilidades de Genebra são nulas, que já não existem saídas possíveis para o risco em que a corrida aos armamentos colocou a humanidade. Mas não é verdade.

Como de novo voltou a sublinhar Gorbachiov, o caminho para a paz mundial e segurança na Europa passa pela **libertação total do continente das armas nucleares, tanto de médio alcance como táticas, assim como das armas químicas. Os soviéticos, afirmou, estão totalmente prontos para proceder à resolução desta questão.**

Se as conversações de Genebra que hoje recomeçam já contam com um parceiro, cabe à comunidade internacional mobilizar-se para arranjar o que falta. Porque a paz é uma questão que diz respeito a toda a humanidade, a sua garantia não pode ficar por mãos alheias.

«O conhecido físico atómico Juliot-Curie, Prémio Nobel, declarou num apelo que o «Le Monde» publicou e que o «Diário de Notícias» nos deu a conhecer: (...) «Muitas pessoas mostram-se indiferentes julgando que é garantia o facto de viverem longe das zonas das explosões. Enganam-se todavia. Um grande perigo pesa sobre cada um de nós e sobre os nossos descendentes se as experiências com armas nucleares não forem imediatamente interrompidas.»

«Como se vê, nenhum de nós, portugueses, está longe de sofrer com as explosões atómicas. E as recentes declarações do ministro Paulo Cunha de que a segurança da paz depende das armas atómicas, confirma esse perigo para o nosso país. Ele recusou-se a comentar a possibilidade de Portugal aceitar ou não tais armas no caso de lhe serem fornecidas.»

(«Portugal não Escapará aos Perigos Atómicos» — «Avante!», VI Série, n.º 234, 1.ª quinzena de Maio de 1957)

AVANTE!

«As acções de soldados e marinheiros, de cabos e sargentos, de cadetes e oficiais milicianos estão a transformar-se num importante movimento no conjunto da luta antifascista.

«Estas acções partem da onda de descontentamento contra o duro regime de instrução, a disciplina militarista, a prepotência dos oficiais fascistas, a má alimentação, a ridicularia dos prês e vencimentos e outras condições de vida no Exército e na Marinha, mas apresentam o aspecto novo do descontentamento tomar expressão em lutas concretas de reivindicação ou de protesto cada vez mais frequentes, generalizadas e simultâneas.

«A principal força motora do movimento que se desenvolve nas forças armadas é, porém, a amplitude crescente dos sentimentos antifascistas entre os militares, a sua hostilidade cada vez maior à guerra colonial.»

(«Cresce a Resistência nos Quartéis» — «Avante!», VI Série, Maio de 1971)

Avante!

«O governo de Caetano lançou por todo o país uma onda de violência e terror, numa escalada repressiva de que não é fácil encontrar precedentes. Só no mês de Abril foram presos cerca de 1000 democratas e estudantes e publicadas várias notas oficiosas de carácter terrorista pelo Ministério do Interior, PIDE-DGS e Governador Civil de Aveiro.

«No dia 28 de Março, rajadas de metralhadora foram disparadas contra os estudantes concentrados na cantina da Cidade Universitária de Lisboa. Só por sorte não se verificaram novas mortes. Em Abril, novas rajadas de tiros foram lançadas sobre os estudantes de Lisboa, quatro dos quais foram feridos por balas e um deles, de 18 anos, está no hospital em perigo de vida.

«No dia 1.º de Maio, vedaram a circulação e encerraram os estabelecimentos dos centros das cidades de Lisboa e Porto, e centenas de pessoas foram selvaticamente espancadas.» (...)

«Os exemplos referidos a que muitos outros se poderiam acrescentar, parecem-nos suficientes para mostrar que a repressão assumiu uma envergadura raramente igualada. Não é uma imagem literária dizer-se que a violência, o terror, o arbítrio, campeiam no país sob o comando de M. Caetano, o homem que tem o descaramento de dizer que os portugueses «têm de escolher entre um regime de verdadeira e sã democracia como o nosso(!!!)... e a opressão comunista» (...)

(«Contra o Terror Caetanista» — «Avante!», VI Série, n.º 453, Maio de 1973)

Sandinistas julgam mercenários

Prosseguem nos Tribunais Populares da Nicarágua os julgamentos dos acusados de crimes contra o povo e a revolução sandinista. Santos Perdomo Paz, natural das Honduras e mercenário da CIA, foi recentemente condenado a 20 anos de prisão. O réu reconheceu, durante a investigação, ter recebido instrução militar de norte-americanos numa base nas Honduras e ter participado, já na Nicarágua, em ataques armados.

Entretanto, as autoridades sandinistas anunciaram que as forças armadas liquidaram mais de meia centena de contra-revolucionários no departamento de Matagalpa.

Luta contra o apartheid

O cerco ao regime racista da África do Sul aperta-se cada vez mais, sendo notórias as movimentações das mais diversas individualidades de diferentes países de modo a conseguir o isolamento de Pretória. Na semana passada, nos EUA, Patricia Schroeder, membro da Câmara de Representantes do Congresso, anunciou a decisão de apresentar um projecto-lei proibindo os cidadãos ou companhias norte-americanas de aproveitarem os recursos naturais da Namíbia, ilegalmente ocupada pela África do Sul.

Também o congressista James Leach tomou posição contra a política sul-africana, ao mesmo tempo que acusava a administração Reagan de se limitar a condenar o apartheid por palavras, enquanto na prática o legaliza e apoia ao manter contactos comerciais e outros com a África do Sul.

A condenação do apartheid e dos seus apoiantes deverá ser igualmente a tónica das audiências públicas sobre a actividade das multinacionais na África Austral que terá lugar de 16 a 20 de Setembro na sede da ONU.

As audiências, decididas pelo Conselho Económico e Social daquela organização, deverão analisar as actividades das multinacionais e a sua cooperação com Pretória nos sectores político, económico e militar, sobretudo nas investigações nucleares, bem como a envergadura da exploração dos recursos humanos e naturais da RSA e da Namíbia pelos monopólios ocidentais.

A decisão, contra a qual votou a delegação americana, foi aprovada por esmagadora maioria dos membros do Conselho.

De referir, por outro lado, a esclarecedora afirmação do ministro sul-africano da «Lei e da Ordem» de que, este ano, a polícia racista matou cerca de 400 africanos e feriu 1497 na repressão a manifestações de protesto!

Marcha da paz no Japão

Iniciou-se na passada quinta-feira, em Hiroshima, uma marcha da paz subordinada ao lema «pela paz, contra os armamentos nucleares». A iniciativa, que é promovida pelo Partido Socialista do Japão, pelo Conselho Geral dos Sindicatos e outras organizações democráticas, parte da cidade que há 40 anos se tornou a primeira vítima da bomba atómica e percorre todo o país, devendo terminar em Tóquio nos princípios de Agosto.

Visita de Eanes à China

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, realizou na semana passada uma visita oficial de cinco dias à República Popular da China, a primeira de um chefe de Estado português àquele país.

A visita à China, onde Ramalho Eanes chegou no dia 21, retribuiu a efectuada pelo Presidente chinês, Li Xiannian, no dia 23, devido a doença deste dirigente. Durante os cinco dias da sua visita, o Presidente da República, para além das conversações que travou com Zhao Ziyang, encontrou-se ainda com outras individualidades chinesas, designadamente Deng Xiaoping, presidente da Comissão Política do Partido Comunista da China, e o vice-presidente da municipalidade de Xangai, onde lhe foi oferecida uma recepção.

A recepção oficial ao Presidente Ramalho Eanes efectuou-se no Grande Palácio do Povo, em Pequim, onde lhe foram prestadas honras militares. Recebido pelo primeiro-ministro Zhao Ziyang, que é também membro do Bureau Político e do Comité Permanente do Partido

Comunista da China, Eanes só se avistaria com o seu homólogo chinês, Li Xiannian, no dia 23, devido a doença deste dirigente.

Durante os cinco dias da sua visita, o Presidente da República, para além das conversações que travou com Zhao Ziyang, encontrou-se ainda com outras individualidades chinesas, designadamente Deng Xiaoping, presidente da Comissão Política do Partido Comunista da China, e o vice-presidente da municipalidade de Xangai, onde lhe foi oferecida uma recepção.

A estada em Pequim do chefe de Estado português foi aproveitada pelos dirigentes dos dois países para trocar impressões sobre o futuro de Macau, cuja si-

tução ambas as partes consideraram que não será difícil de resolver, tendo em conta a boa vontade existente de parte a parte para encontrar a melhor solução para aquele território sob administração portuguesa há mais de 400 anos.

No final da visita de Ramalho Eanes, o presidente Li Xiannian e o primeiro-ministro, Zhao Ziyang divulgaram uma mensagem em que consideraram que a visita **produziu resultados frutuosa e revestiu-se de pleno sucesso, tendo contribuído para aprofundar o conhecimento e a confiança entre a China e Portugal e incrementar a amizade e cooperação entre os dois países.**

Entretanto o Presidente da República efectuou uma breve passagem por Macau, na segunda-feira, de onde partiu para Belgrado para uma visita oficial de três dias à Jugoslávia.

Quando se zangam as comadres
e já se perdeu a vergonha...



Política agrícola é só para privilegiados

— confessa secretário de Estado!

«Política agrícola no Alentejo privilegia apenas 533 cidadãos»

assim titulava o «Diário de Notícias» de 23 p.p. a quatro colunas da sua página dois, uma entrevista concedida por António Campos, secretário de Estado adjunto do Primeiro-Ministro, citando palavras do próprio. Proveniente duma fonte tão autorizada — um indefectível e incondicional soarista com responsabilidades no elenco governativo — a afirmação não podia deixar de cair como uma pequena bomba. Duma assentada, com a sua declaração, o dirigente socialista punha não apenas em causa a orientação que tem vindo a ser executada, designadamente no Alentejo, no domínio da política agrícola, como também, e implicitamente, muito embora sem o querer, vinha dar razão a quantos não se têm cansado de denunciar e de se bater no terreno contra a vergonhosa situação de arbítrio, ilegalidade e corrupção que tem caracterizado a conduta do Governo e seus homens de mão no Alentejo e Ribatejo.

Mas não se ficou por aqui este membro do Governo que até mais parecia não o ser... Revelando números de que já se suspeitava, o antigo secretário de Estado da Agricultura confidenciou à jornalista do «DN» que «de 1981 para cá a política no Alentejo tem sido a favor de cerca de 500 agricultores».

E com a segurança de quem detém os 'dossiers' adiantou que «esses 533 agricultores levaram 41 por cento de todo o crédito, concedido para o Alentejo. Isto é um por cento dos agricultores levaram 41 por cento de todos os créditos dados ao Alentejo altamente bonificados».

Palavras inoportunas

É o próprio DN que nos dá as razões destas declarações ao afir-

mar que elas surgiram como reacção a uma outra entrevista publicada naquele mesmo jornal há cerca de 15 dias, pelo actual detentor da pasta da Agricultura, Álvaro Barreto (PSD).

Dando voz às duas comadres em litígio, o velho matutino entendeu assim conceder o espaço necessário para que, desta feita, António Campos pudesse reagir «com contundência» às palavras do ministro da Agricultura, as quais, pelos vistos, haviam criado engulhos nas hostes soaristas. Na opinião destas declarações de Álvaro Barreto foram inoportunas tanto mais que «não é normal que surja uma entrevista sobre um tema que ainda está em discussão» entre os dois partidos enquanto que, por outro lado, «o PS em matéria de agricultura tem um acordo firmado com o PSD».

Estamos em crer que é pouco relevante, neste momento, desmontar

o sentido, o contexto e o exacto significado destas afirmações e da sua oportunidade. Saber se se trata de um recado ou de uma setinha envenenada ao parceiro de coligação; de um remoço por mais uma ultrapassagem do PSD; de uma qualquer forma de pressão ou de uma trica.

Descarado favorecimento

O que nos parece importante referir é que as afirmações de António Campos, pela sua gravidade, nos colocam perante uma questão — o descarado favorecimento de um grupo de cidadãos em detrimento dos interesses da colectividade — que põe em causa abertamente a isenção de um órgão de soberania a quem incumbe um papel regulador e a condução política geral do País no respeito escrupuloso pela Constituição.

O que António Campos diz, preto no branco — afinal como insistentemente os trabalhadores da Reforma Agrária têm denunciado — é que o Governo no domínio da agricultura não tem concretizado uma política de desenvolvimento, não tem respeitado sequer a Lei de Bases da Reforma Agrária, tem permitido toda a espécie de desmandos, tem sacrificado a produção agrícola, destruído as UCP's cooperativas, tudo exclusivamente com o fim de servir os interesses de uma clientela política cujo número pouco excede o meio milhar de famílias.

Ora, do que se trata, por outras palavras, é de um conjunto de afirmações que só por si equivaleriam —

num qualquer país — a uma explicação pública e pormenorizada do Executivo e à sua imediata demissão.

Mas a entrevista de António Campos tem ainda outros méritos.

Abordando a política de distribuição de terras aos pequenos agricultores — operação demagógica com a qual sucessivos governos a partir de Sá Carneiro enganaram milhares de agricultores — reconhece agora o entrevistado que «têm estado a tirá-los das terras» tal como os trabalhadores da Reforma Agrária em devido tempo alertaram, chamando a atenção para a manobra que apenas tinha em vista virar os pequenos agricultores contra as UCP's/Cooperativas.

Crítérios injustos

Quanto aos créditos que foram parar às mãos dessas poucas centenas de cidadãos e aos critérios utilizados para tal política de crédito, aceita ainda o dirigente socialista que «tais critérios não são de justiça e não estão virados para o desenvolvimento da região mas sim — reafirma — para a protecção de poucas centenas em detrimento de muitos milhares».

Mas mais surpreendente ainda é a resposta que dá quando lhe é colocada a questão da fiscalização sobre tais créditos. Diz António Campos que o «MAFA tem serviços instalados, o IFADAP aprova projectos e o que é de estranhar é que só sejam aprovados os projectos desses e não sejam aprovados os pro-

jectos de mais. Em três anos — desabafa — foram 17,2 milhões de contos para 457 cidadãos».

Depois de considerar que «não é possível deixar o Alentejo a trabalhar para estes 500 cidadãos em vez de haver um projecto que relance a produção e transforme a agricultura alentejana, o secretário de Estado entreabre um pouco mais a porta sobre quais as razões desta reprimenda ao seu parceiro de coligação afirmando que «não pode aceitar que um assunto que estava a ser discutido venha a público».

Donde podemos concluir que o que preocupa o senhor António Campos e seus correligionários não são tanto as flagrantes ilegalidades e injustiças cometidas, nem sequer a imoralidade desta política mas sim a «traicãozinha» do seu parceiro de vir a público prestar declarações sobre uma matéria que ainda estava no segredo dos gabinetes.

Enfim, traquinices de quem «não cumpre os acordos» e não respeita as regras como o faz o PS. Sim, por que este partido «cumpre os seus acordos, não tem denunciado as faltas do PSD». Mas como tudo tem limites e agora até vieram a público não pôde o senhor António Campos conter-se e, apesar da «grande amizade e admiração» que nutre por Álvaro Barreto, deixar de afirmar que «de facto o acordo não está a ser cumprido».

Encerrado mais este episódio, prossegue entretanto o folhetim.

Não há quem no exercício das suas competências lhe ponha cobro...?

Onze anos de Feira do Livro

Os pavilhões são velhos de trinta anos e as inovações feitas ao longo de cinquenta e cinco edições são praticamente nulas. 1975 é, no entanto, um marco na Feira do Livro, não só de Lisboa, como na do Porto. Com apenas cinquenta títulos publicados, aparecia pela primeira vez um pavilhão das Edições «Avante!», que passaram a constituir até hoje um factor de dinamização da Feira.

Em 1976 — mesmo em frente ao Vitéria — realiza-se a mais concorrida sessão de autógrafos da Feira. Octávio Pato, então candidato às eleições presidenciais autografa mais de quinhentos livros em pouco mais de uma hora.

Em 1978, as Obras Escolhidas de Lênine são um dos *best-sellers* da Feira do Livro. Depois, desde a sua publicação, e juntamente com o livro «60 Anos de Luta ao Serviço do

Povo e da Pátria», torna-se um dos livros mais vendidos ao longo dos anos.

livro político

A importância da presença das Edições «Avante!» nas diversas Feiras do Livro é comprovada pelo fac-

to de que o ano passado, entre os dez livros mais vendidos pelo pavilhão, contavam-se obras de Engels, Marx, Soeiro Pereira Gomes e Álvaro Cunhal.

Estes dados, comprovam que o livro político não caiu no esquecimento e que, pelo contrário, o leitor continua a sentir a necessidade, não só de estar a par da análise da situação feita pelo Partido, mas também de conhecer mais profundamente o Marxismo-Leninismo

Quebra nas vendas

Apesar de nas 11 Feiras em que esteve presente as Edições «Avan-

te!» terem vendido para cima de 50 mil exemplares, nos últimos cinco anos registaram, tal como as outras editoras, uma quebra significativa de vendas, que só se agravará com a projectada imposição do IVA aos livros.

Este facto tem não só a ver com a grande subida de preço dos livros, mas também com a mudança de local da Feira.

Desde 1980 no parque Eduardo VII, a Feira passou a ser um local onde as pessoas vão expressamente e onde vão somente comprar livros. Não há, portanto, nada que incentive as pessoas a ir e permanecer na Feira. Não há espaços para debates nem para convívio. Não há, então, espaços que permitam um

maior dinamismo por parte das editoras.

A Feira este ano

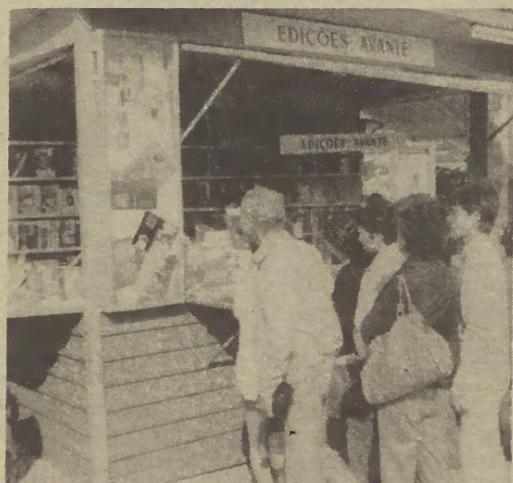
Este ano, as Edições «Avante!» aparecem uma vez mais na Feira. O mesmo pavilhão, a mesma linha, mas algumas novidades.

Estão neste caso obras como «A Verdade e a Mentira sobre a Segunda Guerra Mundial» e «O Criminoso n.º 1, o Regime Nazi e o seu Führer» — livros mais vendidos do pavilhão —, «A Via do Desenvolvimento para Vencer a Crise», «VIII Sonetos de Ary dos Santos», «Nenhum Homem é Estrangeiro», «Cresci para Lutar» e «Com uma Imensa Alegria», de Pires Jorge ■



A Feira do Livro, velha de 55 anos, precisa de se tornar num espaço de debate e convívio

Edições «Avante!» fazem anos



As Edições «Avante!» são, desde que iniciaram a sua actividade legal, um motivo de renovado e permanente interesse na Feira do Livro

A 31 de Maio de 1974 começou a grande aventura. Com a publicação do «Programa do Partido Comunista Português», as Edições «Avante!» iniciam a sua actividade legal.

A grande aceitação que desde logo grangearam as suas publicações prende-se com a necessidade sentida pelo público de ter ao seu dispor as publicações e as opiniões do Partido.

Nestes onze anos de actividade legal, as Edições «Avante!» publicaram mais de 250 títulos. No entanto, se a sua linha conquistou a confiança dos leitores, a sua actividade regular fez-se à custa de diversos sacrifícios.

A ascensão da contra-revolução ao Poder e a permanente guerra que move às conquistas de Abril criam grandes dificuldades às editoras, uma vez que, atacando Abril, atacam também a cultura.

Os preços de venda ao público dos livros sobem constantemente. Por isso, o direito à leitura, à informação e à cultura são cada vez mais uma figura de estilo.

No entanto, e por considerar o seu papel fundamental na divulgação das posições do Partido e das obras fundamentais do Marxismo-Leninismo, as Edições «Avante!» sempre têm praticado uma política de preços que permita somente à editora sobreviver. É o caso, muito recente, da edição do livro da Conferência Nacional do PCP sobre «A Via do Desenvolvimento para Vencer a Crise». Nesta edição, fotogra-

faram-se directamente os originais das diversas intervenções e documentos da Conferência, poupando-se assim as despesas com a composição do livro e, conseqüentemente, tornando-o mais acessível.

Divulgação

Uma das constantes da actividade das Edições «Avante!» é a divulgação das obras fundamentais do Marxismo-Leninismo e da realidade socialista. A justeza desta orientação comprova-se com a grande procura das obras escolhidas de Lênine e de Marx e Engels. Nas suas diversas colecções — da Biblioteca do Marxismo-Leninismo aos Cadernos de Iniciação ao Marxismo-Leninismo — as obras de Marx, Engels e Lênine, as obras fundamentais do Marxismo, a crítica da ideologia burguesa e reformista e a divulgação dos documentos do Partido, são o campo privilegiado da actividade das Edições «Avante!».

Por isso, em 1987, as Edições «Avante!» vão editar a edição portuguesa de «O Capital» de Karl Marx. Uma obra de vulto que será, certamente, um dos acontecimentos editoriais do ano — como que a dizer que a luta continua. ■

TAXAS DE JURO DIMINUEM PARA AUMENTAREM OS VOTOS?



Quem o anunciou, perante as câmaras da TV, foi o porta-voz do Governo: as taxas de juro vão baixar, ou não fosse 1985 ano de eleições — presidenciais, autárquicas e, quem sabem..., legislativas. Semanas antes, já a Comunicação Social alardeara que o preço da carne iria diminuir com o recurso à importação de carne congelada. Pudera! Aproximam-se as eleições. Só nos intriga é que se é possível baixar agora o preço da carne, por que razão não foram tomadas a tempo as medidas necessárias para evitar que aquele produto alimentar atingisse o preço que se sabe.

AGORA
QUE FIQUEI
DEPENADO,
É QUE
ME DIZEM
QUE AS TAXAS
DE JURO
VÃO
DIMINUIR!!!

Mas ainda a procissão vai no adro e certamente outras medidas governamentais surgirão para iludir a magreza da bolsa dos portugueses. Talvez até se oiça falar, novamente, como facto assente, de ordenado para as donas de casa. E já há quem diga: «Só é pena não haver eleições todos os trimestres, ou mesmo mês sim, mês não.»

Hoje, o assunto é a baixa das taxas de juro, pelo que perguntámos ao camarada Octávio Teixeira, economista e deputado do Grupo Parlamentar do PCP, o que poderá significar esta iniciativa governamental?

A baixa das taxas de juro, convém frisar, tem vindo a ser exigida, há vários anos, pelo PCP, como forma de melhorar a situação financeira das empresas, promover o investimento e contribuir para a redução da taxa de inflação.

Quer isso dizer que o Governo adoptou uma medida proposta pelo

PCP?

Nada disso! Em relação ao anúncio da baixa das taxas de juro, pois nada foi definido ainda pelo Governo, a primeira questão a colocar é esta: a evolução que se tem vindo a verificar em toda a economia — designadamente a continuação da recessão económica — aponta para que esta medida, se vier a concretizar-se, tenha em vista, fundamentalmente, aspectos eleitoralistas e não traduzir-se num passo efectivo para a resolução efectiva dos problemas financeiros das empresas.

Como assim?

A baixa da taxa de juros é de facto exigível e necessária, mas, para surtir todos os seus efeitos benéficos, terá de ser acompanhada de outras medidas de natureza económica e, fundamentalmente, do crescimento da produção. Se esta condição não se verificar a medida em si tem pouco valor...

Portanto, tem de se produzir mais e vender mais para que se sintam os efeitos da baixa da taxa de juros?

Exemplifiquemos: se as taxas baixarem um ou dois por cento, mas a produção das empresas industriais e as vendas das empresas comerciais baixarem igualmente, a situação financeira das empresas não melhorará, apesar da baixa das taxas de juro, tal como o investimento não será incentivado.

Depósitos a prazo: reflexos só depois das eleições

O Governo ainda não definiu o quantitativo da diminuição, mas alguns jornais já falam em um ou dois pontos. Justifica-se esta reduzida diminuição num país que tem as taxas de juro mais altas?

É evidente que reduzir em um ou dois pontos as taxas de juro pouco mais é do que uma medida simbólica. O elevadíssimo nível actual das taxas de juro no nosso país exigem diminuições bastante acentuadas, integrando-se num conjunto de medidas que visem fazer diminuir drasticamente a inflação, designadamente diminuindo a Taxa de Desvalorização Cambial e combatendo eficazmente a fuga de capitais para o estrangeiro.

O que se tem verificado e continua é que o Governo nada faz para combater essa fuga de capitais e tem colocado o escudo na completa dependência do dólar.

Uma outra questão. O crédito vai ser simbolicamente mais barato, mas então também os rendimentos dos depósitos a prazo vão ser menores?

A verificar-se a diminuição das taxas de juro, evidentemente que terá de incidir quer sobre as operações activas (crédito) quer sobre as operações activas (depósitos). Se assim não for, pode provocar o completo desmoronamento do sistema bancário. No entanto, algumas notícias vindas a público apontam para que a propalada baixa das taxas de juro seja apenas de um ou dois pontos, incidindo apenas sobre as operações activas. Isto é, deixa perceber que se trata, de facto, de uma medida fundamentalmente simbólica, determinada por razões eleitoralistas do senhor Mário Soares e à custa da completa ruptura financeira do sistema bancário nacionalizado.

Mas admitindo que os depósitos a prazo também vão ser atingidos. Isso não trará dividendos negativos, para este Governo, no aspecto eleitoral?

Muito poucos. Com efeito, uma alteração das taxas de juro só terá reflexos imediatos no crédito. Quem for ao banco pedir dinheiro emprestado, assim que a medida for implementada, passa logo a pagar menos. Neste caso pouco menos. No respeitante aos depósitos a prazo só serão afectados quando se renovarem, isto é, em média passar-se-ão cerca de seis meses até que os depositantes sintam os efeitos dessa medida. Só a partir das eleições, no final do ano, é que passarão a receber menos juros ■

■ Rogério de Brito *

Produção de leite GOVERNO PÕE EM PERIGO MILHARES DE EXPLORAÇÕES

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou, na Assembleia da República, um Projecto-Lei sobre «Produção, Recolha, Concentração e Abastecimento de Leite». Visava este Projecto-Lei consolidar o princípio de que as funções de recolha e concentração de leite devem ser pertença exclusiva das Cooperativas de Produtores de Leite e suas Uniões.

A rejeição desta iniciativa legislativa dos deputados comunistas, por parte do PS, PSD e CDS, constitui uma demonstração exemplar das muitas e graves consequências que a adesão de Portugal à CEE trará para a nossa agricultura.

Poder-se-á perguntar porquê, estando já instituído o regime de exclusividade da recolha e da concentração do leite por parte das Cooperativas leiteiras e suas Uniões, foi o PCP apresentar um Projecto-Lei que, no fundo, se limita a reafirmar um princípio e um sistema já estabelecidos no Decreto-Lei n.º 138/79, de 18 de Maio? E se este Decreto-Lei continua em vigor, quais os problemas decorrentes da rejeição do Projecto-Lei do PCP?

O PCP decidiu tomar esta iniciativa quando tomou conhecimento de que, em resultado das negociações da adesão de Portugal à CEE, o Governo português aceitara a exigência de acabar com o regime de exclusividade da recolha e da concentração de leite por parte das Cooperativas Produtores de Leite e suas Uniões.

Pretendeu-se, assim, com este Projecto-Lei, que a AR, no âmbito das suas competências, não só impedisse a concretização daquela cedência,

como legislasse por forma a salvaguardar os interesses da nossa economia, respeitando os legítimos direitos dos produtores, defendendo a produção e impedindo que o sector melhor organizado da nossa agricultura venha a ser fortemente abalado ou mesmo destruído.

O caso do Reino Unido

Com efeito, se a AR tivesse aprovado o Projecto-Lei do PCP, não só consolidava politicamente o regime de exclusividade, como impedia que o Governo pudesse, por sua iniciativa, revogar a legislação que garante às cooperativas e suas Uniões a exclusividade das funções de recolha e concentração de leite nas áreas organizadas.

Mas, poder-se-á ainda perguntar, seria possível que a AR assumisse aquela posição, face ao actual estado das negociações com a CEE?

É sabido que o PCP se opõe à adesão de Portugal à CEE. E, fá-lo, na defesa dos interesses e da independência nacionais.

Mas, neste caso concreto, nem se-

quer o processo de adesão era posto em causa.

Em primeiro lugar, porque as negociações ainda não estão concluídas; em segundo lugar, porque será a AR que terá de ratificar, ou não, o Tratado de Adesão; em terceiro lugar, porque o próprio regime de exclusividade já foi aceite pela Comunidade em relação ao Reino Unido.

Ora, uma Comunidade que admite este regime para o «Milk Marketing Board» não poderia deixar de reconhecer e aceitar a sua extensão a Portugal.

Se no caso do Reino Unido a exclusividade se admite como uma necessidade de gestão de excedentes, por maioria de razão, se teria de admitir no caso português, dado constituir uma exigência da nossa estrutura produtiva, e o factor indissociável da modernização e desenvolvimento da mesma. Significa isto, que ainda se estava a tempo de levar de novo esta questão à mesa das negociações e impedir a concretização de uma cedência de tão graves consequências.

Servir as multinacionais prejudicar os produtores

Esta cedência servirá os interesses de um grupo restrito de industriais de laticínios e, sobretudo, de multinacionais como a Nestlé, servirá uma política de concentração capitalista da terra e das modernas tecnologias de produção, mas não servirá, com certeza, os interesses do País.



As multinacionais de laticínios e parte do grande capital vão ter a vida facilitada. Nos pequenos produtores, nesses, não pensou o Governo, ou melhor pensou que o melhor seria acabar com eles.

A sua concretização não só lesará profundamente dezenas de milhares de produtores de leite, inviabilizando as suas explorações e asfixiando a sua organização cooperativa, como comprometerá, irremediavelmente, o desenvolvimento da estrutura produtiva, a produção interna e, logicamente, a economia nacional.

Com efeito, que alternativas existem ao regime de exclusividade da recolha e concentração de leite por parte das cooperativas e suas Uniões?

A experiência demonstra que a implementação deste regime foi decisiva para a organização dos produtores e modernização da estrutura produtiva. Nele assentou o crescimento do efectivo leiteiro e sua melhoria genética, o aumento da produtividade, as melhorias da qualidade do leite e do abastecimento público e o desenvolvimento socioeconómico dos produtores.

O País passou de uma situação de permanente e elevado défice em vista para uma situação de relativo equilíbrio, apenas se registando pequenos períodos de escassez ao longo do ano.

Neste contexto, as Cooperativas de Produtores de Leite e suas Uniões desempenharam e continuam a desempenhar uma acção indispensável, altamente eficaz e insubstituível no apoio à produção, na manutenção dos serviços de escoamento regular de leite produzido e na comparticipação do abastecimento dos centros de consumo e da própria indústria.

80 000 explorações

A organização cooperativa se deve a rede organizada da recolha de leite,

a vulgarização de tecnologias e a consequente potencialização da capacidade produtiva nas regiões de Entre-Douro e Minho, Beira Litoral, Estremadura, Algarve, Alto e Baixo Alentejo e partes da Beira Interior e de Trás-os-Montes. A ela se deve a racionalização dos custos que envolve todo um circuito económico do leite, desde a produção ao consumo, incluindo a gestão e suporte dos encargos altamente diferenciados com a produção, recolha e concentração que decorrem de uma estrutura produtiva assente em mais de 80 000 explorações leiteiras dispersas por todo o País.

Mas toda esta acção das Cooperativas Leiteiras e suas Uniões só tem sido possível com a garantia da exclusividade das funções de recolha e concentração de leite, pois só esta garantia possibilita e viabiliza o investimento realizado e a realizar. A título de exemplo, refira-se a organização do sistema de recolha e concentração do leite que está sendo implementado em Trás-os-Montes, na área de actuação da Lactimontes. Como seria possível montar e organizar uma estrutura de recolha que envolve mais de 100 salas de ordenha e avultados meios de transporte e tratamento do leite, sem a garantia da exclusividade das funções de recolha e concentração por «parte daquela organização cooperativa»?

Como é possível?

Como é possível comprometer a viabilidade e dispensar a produção de

dezenas de milhares de pequenas explorações que garantem mais de 70 por cento do leite produzido num País, cujo consumo se traduz numa captação que se queda por metade da verificada na Europa?

Como se pode conceber a duplicação dos encargos com as estruturas de recolha e transportes, com a classificação do leite, com laboratórios e administração, ao mesmo tempo que baixa a qualidade do leite? Como é isto possível, num País onde os custos de produção excedem em mais de 50 por cento os registados na CEE?

Nem o roubo puro e simples das estruturas que a organização cooperativa da lavoura levou anos a criar e montar, para as entregar agora aos Industriais, evitaria o colapso económico e produtivo do sector.

Estão, pois, em causa, um regime e uma organização que possibilitaram ultrapassar as graves distorções da estrutura produtiva e mais que duplicar a produção leiteira no curto período de oito anos, após 1974.

Estão em causa o desenvolvimento sócioeconómico neste sub-sector da actividade agrícola, a produção e o regular abastecimento de leite ao País.

Estão em causa milhares de contos de investimentos, e todo o progresso já realizado na estrutura técnico-produtiva do leite.

Cabe aos produtores e à sua organização cooperativa lutarem pela defesa dos seus legítimos direitos e interesses.

O PCP continuará, empenhadamente, a apoiá-los. ■

Deputado do Grupo Parlamentar do PCP

Olha a NATO... é p'ró menino e p'rá menina!

Não se pode dizer que os vasos de guerra da NATO sejam assim uma coisa maneirinha, discreta, que se passeiam por esses mares fora sem ninguém dar por isso. Mais, quando aportam a algum cais a sua cor peculiar, as estranhas formas dos radares e outras coisas que tais garantem sem margens para dúvidas a impossibilidade de os confundir com os restantes navios, sejam eles mercantes ou de recreio.

Acontece porém no que toca a Portugal que os nacionais manifestaram por vezes a indiferença ou a desatenção de quem tem mais imediatas preocupações e que, salvo um olhar de esguelha e desagrado aos referidos vasos, não lhes presta a mais pequena atenção.

O que, como se compreende, o governo considera grave. Ou não fosse o País membro de pleno direito da NATO, parceiro interessado numa cada vez maior participação, em nome dos elevados valores da civilização cristã e ocidental. Um esforço dos governantes que os nacionais terão de reconhecer, honra lhes seja feita, mas que para ter total — pelo menos alguma — credibilidade necessita, diremos mesmo mais, exige, uma contrapartida popular.

Trocando por miúdos, o que se exige do país, quando algum desses vasos de guerra da NATO nos visita, é a alegria da nação, o interesse público, a espontânea adesão das massas.

Como se sabe, as massas necessitam volta e meia de ajuda para manifestar os seus profundos sentimentos. Porque são tímidas, é claro. E para que os comunistas e outros que tais não se aproveitem do facto, apontando um natural recato como reprovação e até mesmo hostilidade à dita,

os meios de comunicação têm de ser postos em acção despertando o público da sua (aparente) letargia.

«É para o menino e para a menina, para o avô e para a avó, sem esquecer o pai e a mãe, pode levar mesmo

a família toda, a entrada é grátis, a visita é guiada e com sorte até lhe dão uma bandeirinha para recordação...»

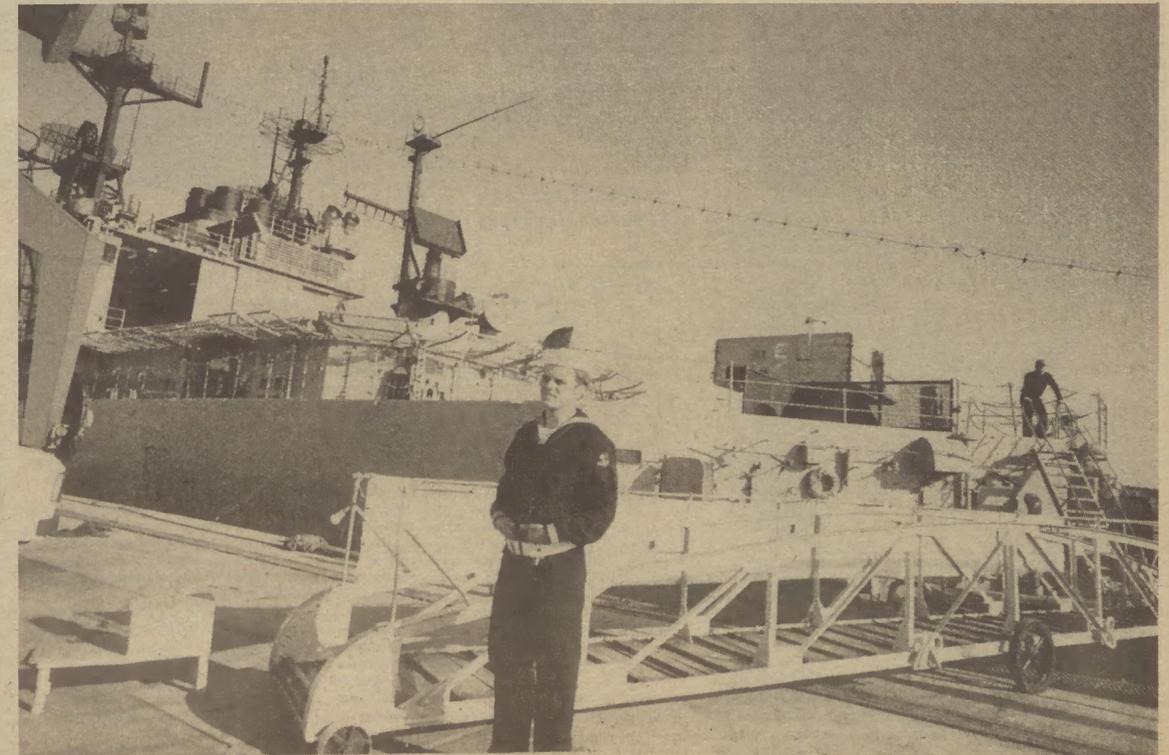
Não é bem assim mas quase, é tudo uma questão de estilo, o que importa é que a rádio, a televisão, os jornais, anunciem que os vasos da NATO chegaram, tanto faz se a Lisboa, ou a Leixões, e que desejosos de provar os seus pacíficos fins abrem as portas, isto é, os portais aos excelentíssimos visitantes, não cobram bilhetes de entrada e sempre se passa a tarde mais depressa.

Por algumas horas as famílias portuguesas podem esquecer o preço da carne, dos legumes e da fruta, as agruras do mês que sobra ao fim do ordenado, e enriquecer os seus co-

nhecimentos tecnológicos, políticos e ocidentais numa visita guiada ao interior da NATO, salvo seja. E enquanto se sobem e descem escadinhas de navio, se miram botões e luzinhas a acender e a apagar e as bocas se abrem de espanto e os ouvidos de admiração às solícitas explicações dos atlânticos parceiros, a NATO reforça-se e o governmental prestígio cresce a olhos vistos na consciência nacional.

Finda a emocionante visita, para que o dia acabe em beleza e sem prejuízo das depauperadas bolsas, come-se o farnel trazido de casa e recolhe-se a penas, liga-se a televisão e vê-se mais uma série americana.

Pelo menos, é isso que o governo quer. ■



O consumo de leite em Portugal, hoje, ainda é metade da captação da Europa

TORGAU

A história de um aperto de mãos

Torgau, nas margens do Elba. Um monumento muito simples arvorando as cores da União Soviética e dos Estados Unidos evoca, na pequena cidade próxima de Leipzig, um acontecimento da máxima importância dos últimos dias da Segunda Guerra Mundial. Foi em 25 de Abril de 1945, duas semanas antes da vitória definitiva, que ali se encontraram pela primeira vez, após vários anos de luta comum no seio da aliança anti-hitleriana, os soldados soviéticos e americanos.

Às cinco da manhã desse dia, do lado ocidental do rio, o tenente Robertson, da 69.ª divisão de infantaria do 1.º Exército dos EUA, lançara balas tracejantes, verdes, para que os soldados soviéticos o reconhecessem. Um imenso «viva» respondeu-lhe.

Pela primeira vez em quatro anos de guerra, esse grito não era o prelúdio de um ataque. Saudava um encontro de amizade entre dois parceiros que haviam arriscado a vida na luta pela paz e contra o regime fascista que ameaçava a Humanidade.

Um aperto de mãos histórico

«Carros de reconhecimento americanos atingem o Elba», escreveu uma testemunha ocular do acontecimento, o professor Kurt Markus. «Na outra margem vê-se aparecer o primeiro veículo soviético. Os americanos fazem drapejar bandeiras. Surpresa primeiro do outro lado, depois ouvem-se gritos de entusiasmo. Os soldados do Exército Vermelho correm através dos prados até à margem. Em cada uma delas, os soldados sobem pelas ruínas da ponte destruída que antes havia atravessado o Elba naquele lugar. Apertos de mãos mesmo no meio do rio.»

O Museu de Torgau conserva este testemunho. E pode lá ver-se uma fotografia gigante do histórico aperto de



Em cima: Soldados americanos e soviéticos cumprimentando-se, no fim da guerra, em 25 de Abril de 1945, junto às margens do rio Elba: um gesto célebre — e simbólico. Em baixo: No local onde se deu o histórico aperto de mão e onde foi erguido um monumento alusivo, militares americanos e soviéticos evocam o acto de há quarenta anos



mão entre o tenente soviético Sliwachko e o tenente americano Robertson, que hoje é médico em Los Angeles.

O encontro entre as tropas americanas e soviéticas tem um significado mais que simbólico. Com efeito tal encontro cortou em dois o grupo de exército fascista que operava na Alemanha central. Numa ordem do dia de Estaline, em 27 de Abril de 1945, pode ler-se: «As tropas da primeira frente ucraniana e as tropas anglo-americanas dos nossos aliados conseguiram, em esforço conjunto de Leste e de Oeste, dividir a frente das tropas alemãs e reuniram-se em 25 de Abril no centro da Alemanha, nas proximidades da cidade de Torgau... Em homenagem à vitória conquistada e em honra deste acontecimento histórico, Moscovo, capital da nossa pátria, lança hoje, 27 de Abril, às 19 horas, uma salva de saudação em nome da pátria às tropas heróicas da primeira frente ucraniana e às tropas anglo-americanas nossas aliadas, com 24

salvas de artilharia lançadas por 324 bocas de fogo.»

A manifestação da paz

A guerra porém não terminara com esse gesto. Quando soaram em Moscovo as salvas de artilharia, já em Berlim a batalha fervia. E, nos últimos dias da guerra, perderiam a vida ainda 20 mil soldados soviéticos, após os 88 mil mortos que haviam já custado às tropas do Exército Vermelho os combates no solo alemão, entre o Oder e o Elba. Por fim, em 30 de Abril, os soldados soviéticos içaram o pavilhão da URSS sobre o Reichstag fascista e, em 2 de Maio, Berlim libertava-se finalmente do fascismo hitleriano.

No Museu de Torgau conservam-se muitos documentos fotográficos das memoráveis jornadas. E num filme rodado por operadores soviéticos sobre

o encontro nas margens do Elba, pode reviver-se esse momento histórico do aperto de mãos. Soldados americanos atravessam o rio — abraços, içar de bandeiras, fotografias para recordar. Conversa-se com a ajuda dos pés e das mãos. Aparecem os instrumentos musicais — dança-se pelos caminhos.

Depois, os soldados soviéticos e americanos formam uma manifestação pela paz — à frente vão os generais de divisão Russakov e Reinhardt.

Mais tarde, o escritor soviético Simonov, que participou no encontro na qualidade de correspondente de guerra, escreveria:

«Sei ainda quanto foi grande a alegria que sentimos nessa altura, porque ainda não se ensombrou de nenhuma dúvida sobre o futuro. Não esqueci quanto cada um de nós ficou feliz com a presença do outro, como nos convidámos mutuamente de todo o coração, oferecendo-nos tudo o que tínhamos à nossa disposição, incluindo a vodka e o uísque.» ■

a TV

Mais um capítulo da indignação

Correndo embora o risco de me repetir, direi que a televisão portuguesa renova, em cada dia que passa, a capacidade de nos surpreender...

Ou seja, em cada dia que passa, a televisão, principalmente através do telejornal, descobre novos modos de intoxicação e de provocação...

Reparem nesta.

Estava marcada para o dia 24 a greve nacional dos professores, em defesa dos seus postos de trabalho, da sua dignidade, do seu direito à negociação.

O que é que faz o Telejornal?

No dia 23, ou seja, na véspera não achou melhor do que transmitir uma reportagem sobre uma reunião de uma delegação da UGT com... o ministro da Educação...

Ficámos a saber que fora, entre eles, uma reunião muito frutuosa. O ministro realçou as «propostas construtivas» do fantástico «Sindrep». Pois claro, nem se esperava outra coisa...

Telejornal aproveitou a ocasião para ouvir o depoimento de um elemento sindéptico — e ficamos a saber que a ugetice não aderiu à greve!

Ou seja: o Telejornal não vai ouvir ninguém da entidade responsável pela greve; mas vai ouvir um representante doutra entidade que se opõe à greve...

Isto é muito feio. Faz-nos lembrar os métodos do Telejornal fascista, aliás em tantos aspectos semelhantes ao actual.

Daí que se justifique a indignação de todos os professores honestos deste País.

«Não há esperança...»

(diz-se à direita)

O programa «Triangular» tratou na última edição o problema da delinquência juvenil.

Estou convencido de que, em condições favoráveis de trabalho se poderia ir mais longe no desenvolvimento da matéria. Assim mesmo, no entanto, dentro do ambiente de fuga à realidade que nos últimos tempos se pratica na RTP, o programa pode ter constituído um bom ponto de partida para reflexão séria.

Até porque a causa principal da delinquência juvenil foi diversas vezes mencionada. Refiro-me ao desemprego juvenil.

De facto, os países de maior índice de delinquência são aqueles onde o desemprego impera. No nosso país, a política da recuperação dos benefícios dos grandes interesses posseída nos últimos anos e principalmente a partir do momento em que a coligação PS-PSD acedeu ao Governo pelo processo das mentiras eleitorais, levou ao aumento caudaloso do desemprego e, por consequência, à subida em flecha da delinquência juvenil.

Os jovens não encontram oportunidades para se desenvolverem humana, cultural e socialmente. Quem o diz, não sou apenas eu. Basílio Horta, na sessão de encerramento da jornada na Assembleia da República dedicada ao Ano Internacional da Juventude foi de uma total brutalidade. «Não há — disse ele — não há qualquer esperança concreta. Não há esperança concreta na escola, em casa, na vida...»

Estão a ver: fazem o mal e a caramunha. Depois admiram-se que aumente a criminalidade juvenil...

Herdeiros naturais de Al Capone

Com basta frequência transmite o Telejornal notícias e reportagens sobre o quotidiano nos Estados Unidos. Foi o incêndio na Virgínia (felizmente sem desastres pessoais a lamentar) foram as cheias em Miami (que horror!, ficaram uma data de estradas intransitáveis!) foi a vaca que se tresmalhou na Califórnia, foi uma casa de bonecas que ruiu em Ohio.

Reportagem que animou mais uma emissão do Telejornal foi a descoberta do tesouro num hotel. Hotel esse que tinha uma particularidade: pertencera a Al Capone, o grande chefe dos «gangsters» da lei seca...

Logo as muitas ambições surgiram. Em terra de tantos «gangsters», não admira que os herdeiros sejam muitos.

Mas tudo se resolveu quando o governo de Reagan proclamou que era quem tinha direito ao tesouro de Al Capone...

Está certo. No país do gangsterismo o herdeiro natural estava encontrado...

Eis aqui como as reportagens americanas nem sempre são tão fúteis como parecem, embora o Telejornal não se dê conta disso...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Pedaços de política externa

A visita oficial de Ramalho Eanes à República Popular da China deu o mote de muitas páginas da imprensa. Sem surpresa, da abordagem do problema de Macau, território chinês com administração portuguesa, resultou a decisão comum de «iniciar num futuro próximo negociações por via diplomática para a resolução da questão». Dois povos livres, dialogando e respeitando-se mutuamente, viram uma página da História.

Eanes na China: Macau foi centro de atenções

● «A substituição da administração portuguesa no território chinês de Macau por uma administração dependente de Pequim deixou de ser uma hipótese abstracta para se tornar uma certeza a que só faltam as datas e o modo concreto de proceder à transmissão de poderes tal foi a alteração qualitativa que a actual visita do Presidente da República à China introduziu quanto ao futuro daquele território.

As conversações sobre aquilo que as autoridades chinesas apelidam de «o problema legado pela História» constituíram o ponto mais significativo de uma visita oficial de sete dias durante a qual a comitiva do Presidente da República, Ramalho Eanes, atravessará a China, de Pequim até ao sul, cumprindo um extenso programa de encontros protocolares e de deslocações a lugares tradicionais neste tipo de visitas de Estado.

«Ambas as partes concordaram em iniciar num futuro próximo negociações por via diplomática para a resolução da questão de Macau» — assim terminava o laconico comunicado de imprensa distribuído ao fim da manhã do dia 23 de Maio aos jornalistas presentes em Pequim e em que se resumiam as conversações havidas entre Ramalho Eanes e o primeiro-ministro Zhao Ziyang e posteriormente retomadas por Jaime Gama e o seu homólogo chinês.

Provavelmente tais negociações poderão ter início antes do fim do Verão, mas, ainda que esta questão tenha estado presente nas reuniões entre as duas delegações, só no decorrer da próxima segunda-feira, quando da estada de Ramalho Eanes em Macau, serão eventualmente conhecidos mais pormenores das iniciativas concretas que se seguirão ao primeiro passo dado em Pequim no sentido de que a administração do território passe para as autoridades chinesas.

(«Expresso», 25.Maio)

● «O encontro de Eanes com Deng Xiaoping só na aparência foi meramente protocolar. O actual homem forte do regime, que o é de facto apesar de ocupar na hierarquia um cargo mais modesto (presidente da Comissão Militar do Comité Central do PCC), recebeu o Presidente da

República durante cerca de uma hora no palácio do Povo.

O diálogo inicial, aberto aos jornalistas, traduziu o clima amistoso que caracteriza as relações luso-chinesas, não faltando as referências a Macau, que Deng considerou «um assunto que está claro para nós desde 1979». Eanes observaria que se trata de um problema «que estamos todos interessados resolver» não sendo motivo de divergências.

O interesse em iniciar, num prazo útil, as conversações para a transferência de Administração em Macau pertence às duas partes. Não estando em causa verdadeiramente a definição da titularidade da soberania, uma vez que esta ficou reconhecida no reatamento das relações diplomáticas com Pequim, importa apenas encontrar o modelo para a transição. E este não estará muito afastado daquele que os ingleses aceitaram para Hong-Kong.

Torna-se, aliás, óbvio o paralelismo entre os dois territórios, ainda que os seus estatutos sejam diferentes. Para a actual equipa dirigente chinesa, demonstrar que foi capaz de resolver de uma forma pacífica a integração plena de Macau e Hong-Kong será um excelente trunfo para olhar mais longe, em direcção a Taiwan, essa eterna «pedra no sapato».

(«Diário de Notícias», 25.Maio)

Angola: relações marcam passo

● «O ministro das Relações Exteriores da República Popular de Angola, Afonso Van Dunen M'Binda, declarou sábado que «a posição de Portugal dificulta muito o desenvolvimento das relações entre os nossos dois países».

O ministro, que falava durante uma recepção integrada nas comemorações do Dia de África, apontou o caso de Portugal como exemplo dos países que «de formas diversas concedem apoio a elementos angolanos da contra-revolução».

«Países há — disse Afonso Van Dunen M'Binda — que contrariamente às suas declarações de manter boas relações de cooperação com a República Popular de Angola, na prática assumem posições que não contribuem para um clima de relações harmoniosas», ao apoiarem indivíduos e organizações que em Angola «persistem em sabotar o

pacífico e honrado trabalho do nosso povo, semeando a morte e o terror em algumas áreas».

«Neste contexto — adiantou o ministro das Relações Exteriores da RPA — podemos com toda a justiça afirmar que a posição de Portugal, por exemplo, dificulta em muito o desenvolvimento das relações entre os nossos dois países.»

(«o diário», 27.Maio)

Soares e Gama: pela unidade europeia ao serviço das transnacionais

● «No entanto, o talvez principal instante da conversa de ontem, ao fim do dia, de Soares e González com os jornalistas, foi o da defesa da construção política da Europa.

Foi o «DN» que colocou essa questão, convidando os dois primeiros-ministros a pronunciarem-se quanto à participação de Portugal e Espanha (antes mesmo da integração) na discussão do projecto, já a circular nesse sentido no seio dos Dez.

Soares foi claro: «Numa Europa a duas velocidades, acreditamos na primeira velocidade, que é a da unidade política.»

(«Diário de Notícias», 26.Maio)

● «Além das questões cruciais relativas às negociações sobre o controlo dos armamentos, o meu país considera como actividades prioritárias no quadro europeu as ligadas aos interesses nacionais imediatos, isto é, de um lado, a inclusão de Portugal no projecto de uma Europa alargada, mais forte, mais unificada e mais coe-

sa, capaz de reassumir o papel que lhe cabe na cena internacional, em união mais estreita com os outros continentes, nomeadamente com a África e a América Latina, e, do outro, o reforço do seu papel na Aliança Atlântica, a que pertence, e no contexto mais vasto do diálogo internacional.»

(Jaime Gama, entrevista na «Revue de politique internationale», «Tempo», 24.Maio)

CEE: a entrada será um desastre

● «Nem a nossa agricultura, nem a nossa indústria, nem as nossas pescas, estão em condições de resistir à concorrência da CEE, uma vez desaparecidas as barreiras aduaneiras. A concretizar-se (ainda para mais nos termos dos acordos de capitulação concluídos pelo Governo), a integração será um desastre para a economia portuguesa. Sectores de ponta e projectos nacionais de desenvolvimento seriam sacrificados. Milhares de explorações agrícolas e de pequenas e médias empresas comerciais e industriais seriam condenadas à falência. Em vez do dinheiro a rodos que M. Soares promete, as multinacionais invadirão o País para tomar conta de tudo. Dizemos que seria um desastre. Sê-lo-ia de facto.

A alternativa para a entrada na CEE é a coisa mais simples do mundo: é não entrar na CEE. Entrar na CEE não é nenhuma obrigação. Há muitos países capitalistas da Europa — a Suécia, a Noruega, a Finlândia, a Suíça, a Áustria — que não fazem parte da CEE. Não é necessária a entrada na CEE para ter boas relações com ela.»

(Álvaro Cunhal, entrevista em «o jornal», 24.Maio)

Um ponto comum

«Cada vez mais a aliança entre socialistas e sociais-democratas se afirma pela negativa, isto é, persiste porque cada um dos parceiros, absorvido com a sua própria estratégia, procura fazer o balanço atencioso da eventual provocação de uma ruptura e recebe o ónus da factura. É do equilíbrio mais do que precário entre o potencial deve e haver de cada um e de ambos os partidos que o bloco central ainda vive, e assim poderá viver pelo menos até que a grelha de partida para as presidenciais fique completa.» O extracto acabado de citar provém do editorial do **Diário de Notícias** da passada segunda-feira, e o seu sentido é inequívoco, constatando uma realidade, aliás, hoje apenas invisível para quem não quiser ver. Realidade essa que o inefável Ângelo Correia, pelo lado do seu partido exuberantemente confirmava numa entrevista à Antena Um, afirmando sem qualquer reboço que «o PSD nunca romperá a coligação até que o Presidente da República perdesse o seu poder de dissolução da Assembleia da República». Do imoderado Ângelo Correia ao moderado DN ressalta um ponto comum: a afrontosa artificialidade de uma coligação precariamente sustentada por razões que nada têm a ver com os interesses nacionais — razões essas que os comentadores reconhecem e os politiqueros mais incontinentes confessam. Sob o ponto de vista institucional, só há uma conclusão a tirar e um caminho a seguir.

Pontos Cardeais

Inadmissível para os EUA

De surpresa, os responsáveis políticos dos EUA desancaram os seus amigos racistas sul-africanos. Enquanto a administração do «special friend» convocava, em dois dias seguidos, o embaixador racista em Washington, o presidente da Universidade de Harvard — ferrenho amigo do regime de Pretória — mudava repentinamente de agulha perante uma comissão do Senado ao definir que a actual política de «comprometimento construtivo» dos EUA com o país do «apartheid» se está a revelar «crescentemente inadequada» e de resultados escassos, «enquanto a repressão e o sofrimento continuam a não diminuir na África do Sul». Será que os EUA se deixaram contagiar pela sua própria propaganda dos «direitos humanos»? Teriam eles decidido, finalmente, traduzir em actos o que papagueiam há anos nas tribunas internacionais quando juntam a voz à irrecusável condenação dos criminosos sul-africanos? Ou verificar-se-á que até os EUA não puderam ficar impassíveis perante os recentes massacres praticados pelos racistas de Pretória?

Nada disso. Simplesmente aconteceu que os homens do «apartheid» tentaram sabotar as instalações da Gulf Oil em Cabinda (Angola), «pondo em risco a vida dos cidadãos americanos que ali trabalham». O que, está bem de ver, «é inadmissível para os EUA»...

Lucas teatral

Após chamar ao PSD «uma máscara de ambiguidades», o teatral líder do CDS, Lucas Pires, advertiu o seu antigo «compère» na AD de que «o responsabilizará» caso indique outro candidato às presidenciais (que não o professor Freitas, obviamente) e, com isso, «o PC venha a dizer quem ganhará». Um «ponto», este Lucas Pires. Mesmo sem teatro.

Os passos

Uma vez sem exemplo Mário Soares descuidou-se e foi exacto no que disse. Comentando para os jornalistas a sua satisfação pelos acordos estabelecidos com a Espanha nos sectores das pescas, comércio e agricultura durante o encontro que manteve com Felipe Gonzalez na cidade fronteiriça de Alcântara, o Primeiro-Ministro português rematou assim a sua satisfeita

alocução: «Fizemos um passo e os espanhóis dois». Visto à escala, está certíssimo: a distância de Madrid a Alcântara é o dobro da de Lisboa a esta cidade espanhola.

O homem!

Desenvolvendo o tema das pescas que acordou em Alcântara com Felipe Gonzalez, Mário Soares dilatou-se ainda mais em manifestações de alegria. Para ele «o mar que temos e a experiência de pesca existente é uma das nossas maiores riquezas e isso implica como necessidade para a próxima década a reconstrução da nossa frota pesqueira e da marinha mercante». Não está mal visto: nesta década, Mário Soares e o seu Governo liquidam por decreto e estrangulamento vários as nossas frotas e marinhas mercantes (CTM, CNN, etc.); na próxima década reconstruam-nas para «aproveitar o mar que temos». Caramba, dr. Mário Soares! A si nem se lhe pode dizer, como se faz à generalidade dos incompetentes: «ó homem, dedique-se à pesca!».

À panelada

Ainda Mário Soares, no rescaldo de Alcântara (este homem é um manancial!): «Espanha é uma panela de ferro, Portugal uma panela de barro»; assim, o que aconteceria se estes dois países chocassem «caso Portugal ficasse fora da CEE e a Espanha fosse integrada»? Dando de barato esta original concepção de País, só nos faltava agora que a CEE nos pusesse à panelada com a Espanha!

BX TRS 16

O impagável Nuno Rocha começa assim o seu último editorial no «Tempo»: «Um homem magro, de 45 anos, parecido mais com um cientista de uma universidade britânica que com um fogaço político latino surgiu na segunda-feira de manhã ao volante do seu Citroën BX TRS 16 e parou-o junto ao palácio de Belém.» Frustrando as expectativas do leitor seduzido por esta entrada pedregulho-policia, o «homem magro parecido com um cientista britânico» não fez saltar faíscas do seu BX TRS 16, não fogaçou fogaçosidades latinas, não liquidou a segunda-feira, não seduziu a manhã, não piscou o olho bondiano e dizer «I'm 45 years old» e nem sequer foi multado por estacionamento descarado junto ao palácio presidencial. Limitou-se a entrar, a ficar a sós com o presidente e a declarar à saída: «Decidi implantar um novo estilo na vida partidária. As minhas conversas com o Presidente da República e com o primeiro-ministro nunca serão por mim reveladas.» Não serão por ele, mas são-no pelo Rocha, que logo de seguida desatou a revelar a conversa, com o Presidente da República, deste «homem magro de 45 anos parecido com um cientista inglês» mas afinal algarvio de nascença e bem português da silva, que é como quem diz bem Cavaco e Silva. E Cavaco não dá cavaco — tem o Rocha para as revelações. Certamente à ceia, já que o pequeno-almoço tem-no Rocha ocupado por Mário Soares há bastante tempo. Ah, grande Nuno! Sempre à altura de chefes que têm «conversas à mesa!» E o plágio nem é seu: eles é que o convidam...

Gazetilha

por Ignotus Sum

PSD está com o PS com saudades do CDS com o PS se enfurece com o CDS tece, tece com o PS aparece mas oposição oferece «ó compadre, mal parece» diz, zangadinho, o PS.

E o Soares ao Cavaco: «Homem, tenha caco, veja a hora, veja o perigo. Que se passa com você! O que é que faz com a AD melhor que o faça comigo?»

Um sorriso lampeiro lá vai, pé ante pé no esquisito balancé entre o dinheiro e o poleiro...

Congresso louco: rolam cabeças vem o Cavaco e come-o. Diz um presente: «Pedimos meças a qualquer manicómio...»

Nenhum ideal se atravessa não há, da parte de ninguém, nenhum pequeno sinal de esperança. A Direita não perde a cabeça porque a não tem e só tem pança, pança, pança...

Veio o Cavaco: era preciso aproveitar, que o Rei vai nu. Diz-lhe o Soares: «Tem juízo, estou mais à direita do que tu...»

Desembesta o Freitas pela casa dentro diz-lhe o Soares com risonhos modos: «Ao pé de mim, tu és do centro, fiz à direita mais que vocês todos...»

O povo, que enfrenta a lei da rolha, encolhe os ombros: «Ao fim e ao cabo, venha o diabo e escolha e vão os três para o diabo...»

Cavaco diz que o Soares é... enquanto bebe o seu café... enquanto os dois querem mais pré... e vão intrujando o Zé... mas é a mesma libré... Lé com Lé e Cré com Cré... a mesma mosca tzé-tzé... mesma expressão de chimpanzé... escaramuçãs de bandulho...

... pois, pois, o que é preciso é aguentar até Julho...

Em momentos de dares e tomares quando apertava o nó do colarinho já o Cavaco dizia do Soares o que o profeta não dizia do toucinho...

Quando se trata do governo então a palavra toucinho cai de borco pois no mundo de tanta corrupção digamos: mundo da coligação, tudo é mau, tudo é sujo, tudo é... porco.

OS EMPRESÁRIOS
FAZEDORES DE VINHO
A MARTELO, NA DEFESA
DA CLASSE, APOIAM A
CANDIDATURA DO
SOARES

Palau

Agenda

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 596

30 de Maio de 1985

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta 30

sembleia da Organização concelhia da Covilhã.

LISBOA

Plenário de militantes do Sector Público de Lisboa. Com a participação do camarada Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC. A partir das 18.30, no CT de Alfama.

Plenário dos militantes comunistas da Freguesia de Benfca, para análise da situação política, discussão das conclusões da Conferência Económica e desenvolvimento da luta de massas. Participa o camarada Francisco Lopes, do CC e da DORL. Às 21.30 no CT de Benfca.

Eleições no Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

Eleições no Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas.

DAMAIA

Debate sobre o «Avante!», com a participação do camarada Ruben de

Eis o calendário das reuniões marcadas: hoje, às 21h, reunião da Célula dos Professores; Sáb., às 15h, células das empresas têxteis Lanofabril, J. H. Fonseca, Gitéxtil e N. Penteação; às 21h, reunião dos camaradas da freguesia de Ald. Carvalho; Dom., às 16h, Célula da Construção Civil; à mesma hora, das freguesias de Ferro e Peraboa; Segunda-feira, às 17h, Célula dos Bancários; Quarta-feira, reuniões das Células dos Empregados e da Função Pública, ambas às 21h.

PORTO

Eleições no Sindicato dos Professores do Norte.

Sexta 31

LISBOA

Uma Tribuna de Solidariedade com os trabalhadores sem salários é hoje promovi-

ALMADA

No Laranjeiro começa hoje à noite e acabará no domingo a 9.ª Festa da Amizade - uma iniciativa da Concelhia de Almada do PCP, este ano ainda mais rica e diversificada. Cinco palcos, desporto, diversões, cultura, a luta dos trabalhadores e a actividade do Partido naquela zona, o trabalho das suas autarquias APU na defesa das populações - tudo sob o signo da alegria, da confiança, da luta.

PORTO

No quadro da divulgação e debate das conclusões da Conferência Económica do Partido, realiza-se pelas 21.30, na Cooperativa do Povo Portuense, um debate no qual participarão os camaradas Avelino Gonçalves e Carlos Carvalhas, ambos do CC.

SETÚBAL

«Informação e Desinformação em Por-

Sábado 1

FARO

3.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP, nas instalações da Escola Secundária João de Deus (antigo liceu), a partir das 9.30. Cerca de 200 delegados irão discutir o Relatório-Resolução Política e eleger a nova Direcção Concelhia. Participam os camaradas José Vitoria-

ÉVORA

Nos pavilhões do Rossio de S. Brás decorre hoje, a partir das 9.30h, e termina no domingo, a 9.ª Conferência da Reforma Agrária, sob o lema «Defender a Reforma Agrária, Desenvolver a Agricultura no Caminho de Abril».

A encerrar, um comício em que serão apresentadas publicamente as conclusões aprovadas pelos 1700 delegados e em que intervirá o camarada Alvaro Cunhal, convidado especial da Conferência.

PAREDE

Encontro da APU para balanço do trabalho realizado e discussão de objectivos e perspectivas eleitorais, na Cooperativa «A Linha do Estoril», às 15h.

MARINHA GRANDE

Convívio organizado pela Célula da CIVE, em Tremeio. Piquenique e jogos populares sobre a situação política pelo camarada António Orcinha, do CC.

LISBOA

«Dez Anos de Abril em Alfama», das 16 às 24h. Com uma tarde infantil, debate sobre Alfama com eleitos APU e, a encerrar, um espectáculo do GIC, no Centro de Trabalho de Alfama.

SETÚBAL

Almoço-convívio organizado pela Comissão de Freguesia de S. Lourenço do PCP. No Bolinhense, Brejos de Azeltão, às 13h. Participação e intervenção de Carlos Ramilhes, da Comissão Política do CC.

Domingo 2

ÉVORA

Comício de encerramento da 9.ª Conferência da Reforma Agrária, às 15h., no Rossio de S. Brás, com uma intervenção de Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

LARANJEIRO

Comício da «Festa da Amizade», iniciativa da Comissão Concelhia de Almada do PCP. Às 19h. Intervenção de Alvaro Cunhal.

MARINHA GRANDE

Na sede da «Ordem», a partir das 9.30 e durante todo o dia, a 1.ª Assembleia da Organização Regional de Leiria do PCP.

No encerramento, intervenção do camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC.

no, membro da Comissão Política do CC, e Carlos Luís Figueira, do CC e responsável pela ORAL.

COIMBRA

2.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP, no Centro de Recreio Popular do Bairro Norton de Matos, a partir das 9.30. Às 18h, intervenção de encer-

ramento pelo camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC.

MOITA

Às 15h, no antigo mercado de Alhos Vedros, Plenário Concelhio de Fundos convocado pela Comissão Concelhia da Moita do PCP. Participa o camarada José Teodósio, do CC e da DORS.

Terça 3

Jornada Nacional de Protesto convocada pela CGTP-IN: «Demissão do Governo e Mudança de Política, no Respeito da Constituição e do 25 de Abril». Apoio de sindicatos e de Federações sindicais e de numerosas organizações e estruturas

sociais. Greves, concentrações, manifestações, plenários, etc.

Quarta 4

AVEIRO

Visita de Alvaro Cunhal às minas de Pejão e participação, à noite, já no distrito de Viseu, num comício em Lamego.

Quinta 5

VISEU

Participação de Alvaro Cunhal num encontro de quadros do PCP na Escola Secundária Alves Martins e, no fim da tarde, inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP em Mortágua.



George Grosz (1893-1959) in «O Rosto da Classe Dirigente», introdução de Giorgio Bocca. Cultarte Editora, Lda. Lisboa, sem data

Com a legenda original «Um 5 Uhr morgens!» («As cinco da manhã!»), o desenho faz parte da recolha publicada em 1921 sob o título «Das Gesicht der Herrschenden Klasse»

1.ª Assembleia da Organização Regional de Leiria

Domingo, 2 de Junho
Marinha Grande

Encerramento com intervenção de Joaquim Gomes

*

Jornada Nacional de Protesto CGGT-IN

Terça-feira, 4 de Junho

*

9.ª Conferência da Reforma Agrária

Évora, 1 e 2 de Junho
COMÍCIO DE ENCERRAMENTO

Rossio de S. Brás, 15 horas
Intervenção de Alvaro Cunhal

*

Festa da Amizade

Sexta, sábado e domingo
Laranjeiro

Domingo, às 19 horas
comício com Alvaro Cunhal

Carvalho, do CC e chefe de Redacção do órgão central do Partido. Às 21.30, no Centro de Trabalho da Damaia (Ama-

COVILHÃ

Prosseguem hoje e nos próximos dias reuniões sectoriais preparatórias da As-

da, das 15 às 20, pela CGTP-IN/USL no cinema Promotora, em Alcântara.

Reformados, Pensionistas e Idosos como vivem? Na Associação de Reformados, Alm. D. Afonso Henriques, 72, 2.º, às 15h. Duarte Gomes, dirigente do MURPI, orientará uma discussão sobre o tema.

tugal» é tema para o debate que às 21.30 terá lugar no Salão Nobre da Câmara Municipal, organizado pelas Comissões de Freguesia do PCP de S. Julião e St.ª Maria da Graça. Participam Miguel Urbano Rodrigues, director de «o diário», e o jornalista Orlando César.

TV O Programa

Quinta 30

RTP1

- 12.00 — 12/13
12.55 — Telenovela
«Vila Faia», 18.º Ep.
18.00 — Tempos dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.50 — Desporto
19.20 — Documentário
20.00 — Telejornal
20.27 — Bol. Meteorológico
20.35 — Telenovela
«A Sucessora», 103.º Ep.
21.15 — Triangular
Programa da Direcção de In-
formação
22.20 — Série — «Sede de Vingança», 3.º Ep.
23.15 — Último Jornal

RTP2

- 19.32 — Desenhos Animados
Superman
20.00 — Conheça Melhor — «A
Suécia»
20.30 — Série
«História de Amor e Amizade», 4.º Ep. Real. Franco
Rossi
21.40 — Encontros com... —
Cremilde Rosado Fernandes,
que interpreta ao cravo obras
de Domenico Scarlatti
22.30 — Jornal da Noite

Sexta 31

RTP1

- 12.00 — 12/13
12.55 — Telenovela — «Vila Faia»
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.50 — Magazine Cultural
20.00 — Telejornal
20.27 — Bol. Meteorológico
20.35 — Telenovela
«A Sucessora»



- 21.10 — Série
«Columbo», com Peter Falk,
real. Ben Gazzara
22.45 — Gala «Nova Gente»
23.50 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
20.00 — Série —
«A Minha Vida no Klondike»,
2.º Esp.
20.50 — Directo/2
22.30 — Jornal da Noite

Sábado 1

RTP1

- 11.00 — Tempo dos Mais Novos
13.00 — Notícias
13.05 — Tempo dos Mais Novos —
«Jornalinho»
14.00 — Série — «O Pai Murphy»
14.45 — Revista de Tóiros
15.15 — Série — «O Homem e a
Terra», 7.º Ep.
15.40 — Você e o seu Coração —
Programa do Prof. Fernando
de Pádua
16.05 — Notícias
16.10 — Rock Pop in Concert —
Gianna Nannini ao vivo em
Dortmund
17.15 — Série — «História das
Invenções», 3.º Ep.
18.00 — Notícias
18.05 — A Semana que vem —
Programa de Mário Zambujal
19.05 — Série — «Cheers»
19.45 — Totoloto
20.00 — Telejornal
20.28 — Bol. Meteorológico
20.40 — Concurso 1, 2, 3
23.15 — Último Jornal
23.30 — Última Sessão — «O
Homem da Ku Klux Klan»,
real. Terence Young

RTP2

- 16.30 — Troféu
20.00 — Animação
20.25 — Série — «D. Quixote», 4.º Ep.
21.15 — Série — «O Renascimento»,
4.º Ep. — O tempo de Lutero
Real. Gérard Patris

Domingo 2

RTP1

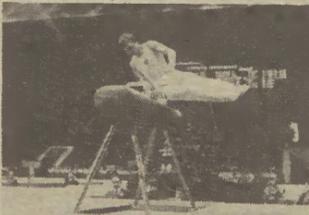
- 10.30 — 70 Vezes 7
11.00 — Missa
11.50 — Tempo dos Mais Novos —
«Jovens na Música», real.
Rui Ramos



- 13.00 — Notícias
13.05 — TV Rural
13.30 — Automobilismo — Fórmula
1 — Grande Prémio da
Bélgica, transmissão directa
14.30 — Top Disco
15.25 — «Chama da Pátria» —
Recepção e partida na Av.
João da Cruz
16.15 — Notícias
16.25 — Festival das Forças
Armadas — no Estádio de
Bragança — transmissão
directa
18.00 — Concurso — «Fórmula J»
19.35 — No Mundo dos Fraggles
20.00 — Telejornal
20.28 — Bol. Meteorológico
20.40 — Falando de Schubert, 4.º
Ep. — Programa de José
Atalaya
21.15 — Série — «Ventos de Guerra»,
8.º Ep.
22.15 — Domingo Desportivo
23.30 — Último Jornal

RTP2

- 13.00 — Troféu/Especial — Incluindo
o Campeonato da Europa de
Boxe e o Campeonato da
Europa de Ginástica
(Homens)



- 20.30 — Canal Livre — «CEE
Portugal-Espanha» (segundo
a informação da RTP, trata-
se de aclarar «vantagens e
desvantagens da entrada em
conjunto» e do que tem que
ser feito «para que Portugal
não se transforme num
simples apêndice económico
da Espanha»)
21.30 — Cine Clube — «Em Busca da
Verdade», real. Ingmar
Bergman

Segunda 3

RTP1

- 12.00 — Notícias
12.05 — 12/13
12.45 — Notícias
12.55 — Telenovela — «Vila Faia»
18.00 — Tempo dos Mais Novos —
«Contos de Anderson»
18.25 — Notícias
18.55 — Desportivamente
19.20 — Portugal, Passado e
Presente — V — «De Estói a
Faro», Programa de Lagoa
Henriques
20.00 — Telejornal
20.28 — Bol. Meteorológico
20.30 — Direito de Antena — CGTP-
-IN
20.40 — Telenovela — «A
Sucessora»
21.20 — Arroz Doce — Programa de
Júlio Isidro, real. Luís Filipe
Costa
23.25 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
19.50 — Feiras de Portugal — A
Feira da Ladra
20.15 — RTP Açores
20.45 — Telefilme — «Something
About Amelia», real. Randa
Haines
22.30 — Jornal da Noite

Terça 4

RTP1

- 12.00 — Notícias
12.05 — 12/13
12.45 — Notícias
12.55 — Telenovela — «Vila Faia»
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.55 — Século XX — «O Mundo em
Guerra», 5.º Ep.
19.50 — Bol. Meteorológico para a
Agricultura
20.00 — Telejornal
20.28 — Bol. Meteorológico
20.30 — Direito de Antena
20.40 — Telenovela — «A
Sucessora»
21.15 — Série — «O Corpo Humano»,
5.º Ep. — «Crescimento e
Transformação»
21.45 — Actual — Programa da
Direcção de Informação
22.15 — Série — «Tudo em Família»
23.15 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
20.00 — Música da América
20.30 — O Mundo em Guerra —
«Portugal 1939/45»



- 21.00 — Sessão das Nove —
«Cerro maior», adaptação do
Romance de Manuel da
Fonseca, real. Luís Rocha
22.30 — Jornal da Noite

Quarta 5

RTP1

- 12.00 — Notícias
12.05 — 12/13
12.45 — Notícias
12.55 — Telenovela — «Vila Faia»
18.00 — Tempo dos Mais Novos —
Os Muminhos; Contos
folclóricos Húngaros
18.35 — Notícias
18.55 — Telemundo
20.00 — Telejornal
20.28 — Bol. Meteorológico
20.30 — Direito de Antena — PSD
20.50 — Vamos Jogar no Totobola
21.00 — Telenovela — «A
Sucessora»
21.30 — Noite de Cinema — «Ladrão
de Casaca», real. Alfred
Hitchcock
23.20 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
20.10 — Memória de um Povo —
Teatro Popular tradicional —
exemplos de transmissão oral
20.35 — Série — «O Mundo em
Extinção», 8.º Ep.
21.30 — Cruz Vermelha Portuguesa
23.30 — Jornal da Noite

Livros

«Contos», colectânea de contos de vinte e cinco autores portugueses — Alexandre Pinheiro Torres, Américo Guerreiro de Sousa, António Victorino d'Almeida, Baptista-Bastos, Eduardo Olímpio, Faure da Rosa, Filipe Leandro Martins, Hélia Correia, João Aniceto, Jorge Reis, José Viale Moutinho, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Mário de Carvalho, Mário Cláudio, Mário Dionísio, Natália Correia, Olga Gonçalves, Orlanda Amarílis, Pedro Alvim, Raul de Carvalho, Romeu Correia, Urbano Tavares Rodrigues, Virgílio Martinho, Wanda Ramos. Com seis reproduções de quadros de João Abel Manta. Colecção «O Campo da Palavra» — Editorial Caminho, Lisboa. Preço 1500\$00.

Dizem os editores que «não é frequente, em Portugal, reunir tantos escritores, e tão diferentes, num livro só». Diremos nós não ter memória de uma edição deste tipo, escapando ao que costuma ser a antologia — isto é, a escolhá — de contos ou textos de escritores, ligados por uma época, escola ou visão do mundo; escapando também ao que costuma ser a colectânea, muito rara também, de textos de escritores organizada pelos próprios em torno do grupo literário, tertúlia, afinidades esta ou aquela.

É que se trata, como também os editores sublinham, de textos inéditos «na maior parte dos casos deliberadamente escritos para este fim». Fica-se, por outro lado, longe de iniciativas editoriais, que tiveram o seu tempo e o seu valor, reunindo escritos ligados todos por uma certa fraternidade ideológica, como aconteceu pouco tempo após o 25 de Abril.

Com efeito, talvez não pudesse ser mais largo na colecção — não porque se possa de algum modo esgotar aqui uma lista de autores portugueses ou sequer de nomes sonantes da literatura portuguesa actual. Os nomes que se alinham, assinando os vinte e cinco contos agora dados à estampa pela «Caminho», embora não se pretendesse reuni-los para dar a vasta e variada panorâmica da produção literária do género, acabam — e citamos os editores — «por constituir uma amostra da literatura portuguesa actual, proporcionando uma visão caleidoscópica de estilos, temática e gostos literários diversos».

Muitos autores ficaram de fora, é claro. E estamos a falar dos que, pela sua produção e qualidade, são mais conhecidos do público. De entre os vinte e cinco apresentados nem todos têm a carreira confirmada. Muitos, po-

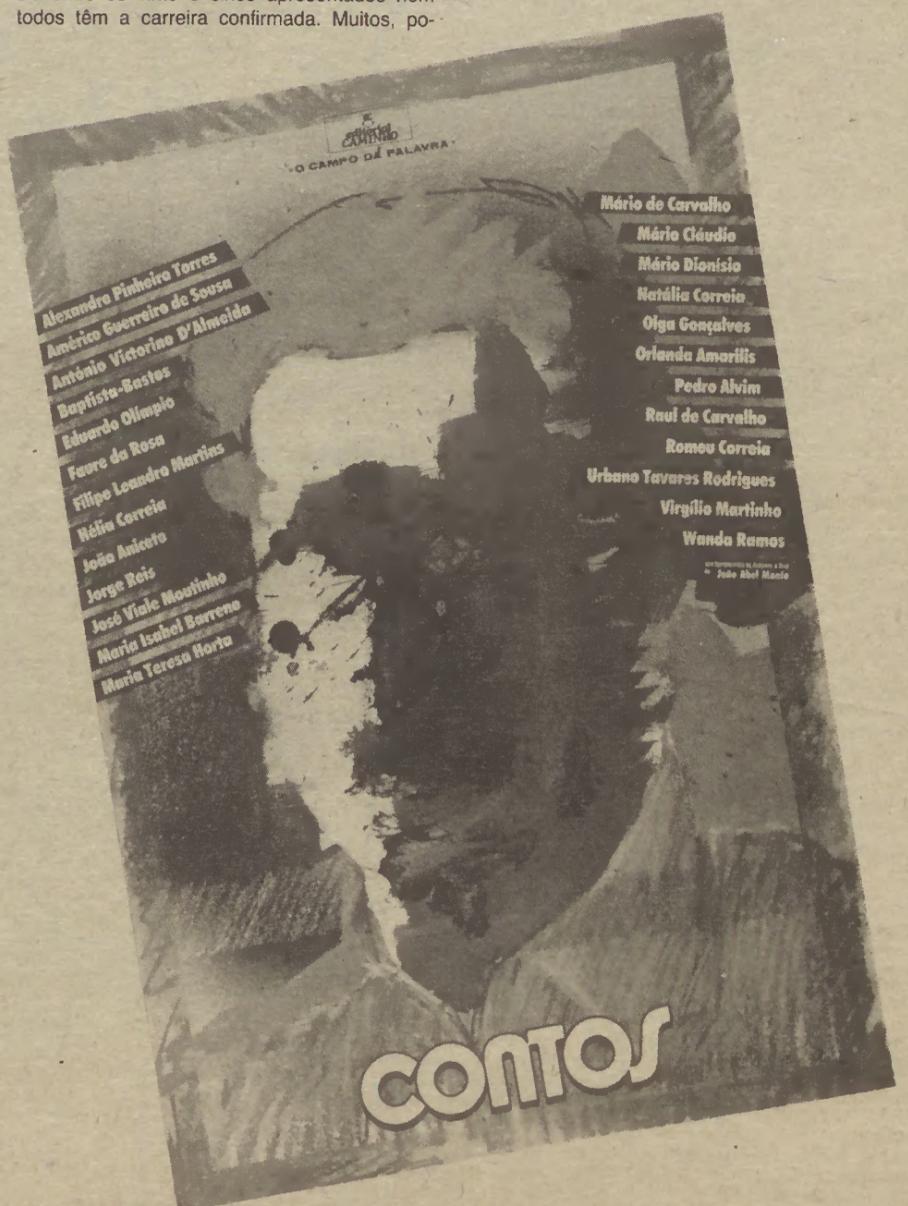
rém, são já — e alguns há muito — referência obrigatória na literatura.

Não vamos, certamente, falar dos contos integrados nesta cuidada edição apresentada com capa de José Araújo. O leitor certamente encontrará no livro o texto a seu gosto. Com 300 páginas, aí encontraremos também notas bibliográficas dos autores, dois dos quais, aliás, já nos deixaram, tendo falecido pouco depois de haverem entregue a sua «contribuição» para esta colectânea. São eles Faure da Rosa e Raul de Carvalho.

Esta edição, que já estivera anunciada para o princípio deste ano, só agora aparece nas bancas. «Com o objectivo» — são ainda os editores a falar — «de suscitar o prazer da leitura de um conto, aliado ao aliciente da comparação, do confronto, da valoração relativa. O leitor certamente encontrará a sua árvore preferida sem deixar de ver a floresta».

Estamos de acordo. E também de acordo com o critério — embora um tanto invulgar — de incluir na colectânea, não as ilustrações de João Abel Manta, mas seis pinturas deste artista plástico, belas reproduções de óleos que a «Caminho» achou por bem publicar, semeando-os entre os contos, entrando no livro ao mesmo título que eles.

Acabada a obra, a obra ficou a alto preço. Talvez o único defeito que lhe encontramos, apesar de se justificar pela sua qualidade gráfica. Assim sendo, há que correr à Feira do Livro a ver se há desconto. Ou então não há outro remédio se não ceder à tentação e comprá-lo mesmo assim. Um dia não são dias, como diz o outro. E, neste caso, trata-se, mesmo de uma edição valiosa e invulgar.



Cinema A selecção

Exposições

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Amadeus	★★★★	★★★★	★★★	★★★★	★★★★
B Os Amantes de Maria	★★★★★	★★★★	★★★	★★★★	★★★
C Amor Eterno	★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★
D Ana	★★	★★	*	—	★★
E O Baile	★★★★	★★★	★★★★	★★★	★★★
F Um Lugar no Coração	★★★	★★★	★★★	★★	★★
G A Mulher Pública	*	★★	*	—	—
H Passagem para a Índia	★★★★	★★★	★★	★★★	★★
I Terra Sangrenta	★★	★★★	★★	★★★	★★
J Testemunha de Um Crime	—	★★	★★	*	★★

Classificação de estrelas

A — Real. Milos Forman — Londres (15, 18.15, 21.30), Las Vegas/2 (15.15, 18.30, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Andrei Konchalovsky — Alfa/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Berna (14, 16.30, 19, 21.30), Tivoli (14, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa; Passos Manuel (18.45, 21.45), Foco (14, 16.30, 21.45) — Porto.
 C — Real. Alain Resnais — Star (15, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. António Reis e Margarida Cordeiro — Forum Picoas/1 (de 2.ª a 6.ª/19.30; sáb. e dom./14.30, 18) — Lisboa.
 E — Real. Ettore Scola — Quarteto/1 (14.30, 16.45, 21.15) — Lisboa.
 F — Real. Robert Benton — Nimas (14, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa.
 G — Real. Andrzej Zulawski — Cine 222 (14, 16.30, 19, 21.30) Hollywood/1 (14.30, 16.45, 19, 21.30, 24) — Lisboa.
 H — Real. Robert Lean — S. Jorge (14.15, 17.45, 21) — Lisboa; Trindade (15.30, 18, 21.45) — Porto.
 I — Real. Roland Joffé — Alfa/2 (14, 16.30, 19, 21.30, 24) — Lisboa.
 J — Real. Brian de Palma — Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19, 21.15); Terminal — (13, 15, 17, 19, 21.30, 24) — Lisboa.

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Na antiga Central Tejo, em Belém.

João Hogan, retrospectiva de 45 anos de pintura. Galeria Ana Isabel, R. da Emenda, 111, 1.ª. Até 20/6.

Exposição-Diálogo sobre Arte Contemporânea. Das 10 às 17, encerra à Seg. Gratuito ao Dom. Fundação Gulbenkian, Sede e CAM.

Expo/A.I.C.A.85, organizada pela Secção Port. da Ass. Inter. dos Críticos de Arte. SNBA — das 14 às 20 horas.

Isabel Laginhas. 2.ª a 6.ª/10 às 19.00; Sáb./10 às 13.00. Al-tamira. Até 15/6.

Jorge Colombo, desenhos. Gal. Novo Século, R. do Século, 23-D. Até 8/6.

Pedro Calapez, pintura. Galeria Diferença. Até 9/6.

Bernard Faucon, fotografia. De 2.ª a Sáb./16 às 20. Galeria Módulo, Av. António Aug. Aguiar, 56, 5.ª. Até 8/6.

Aníbal Sequeira, fotografia. Grupo Cult. e Desp. dos Trabalhadores do BESCL. Até 2/6.

«Os Bichos», Centro Artístico Intantil da Gulbenkian. Sáb./10.30 às 13 e 14.30 às 17.30. Horário especial para grupos de alunos. Até 16/6. Fund. Gulbenkian.

Gente do Palco. Museu do Teatro. De 3.ª a Dom., das 10 às 13 e das 14 e 30 às 17 horas.

«60 Anos de Rádio», tecnologias e história de 60 anos de emissões de rádio em Portugal. De 2.ª a 6.ª/8.30 e 23.00; Sáb. e Dom./11, às 23.00. Forum Picoas (Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C). Até 6/6.

«Vestir 1955-85» — a moda nos últimos 30 anos. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor, Lumiar.

Artur Bual, pintura. Galeria S. Bento, R. do Machadinho, 1. De 2.ª a Sáb. das 11 às 21.

José Pedro Croft, escultura. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a Sáb., das 15 às 19. Até 21/6.

Gaetan, 18 desenhos e uma pintura. No mesmo espaço, o «S. Jerónimo» de Jan Sanders van Hemessen.

Contactos com a Natureza, colectiva de desenhos, aguarelas, e óleos. Das 16 às 20, até 10/6. Galeria Antiqua/Sala A. PORTO.

Tapeçaria Oriental, em lã e seda. Das 16 às 20, até 10/6. Galeria Antiqua/Sala B. PORTO.

Max Klinger, gravura. Das 9 às 22.30/2.ª a 6.ª; das 15 às 19 e 21.30 às 23.30/Sáb. e Dom. Cooperativa Árvore. PORTO.

Nelson Cardoso, escultura. Centro Cultural S. Lourenço. ALMANSIL.

Arquitectura e Escultura Góticas, até 3/11. Mosteiro de Sta. Maria da Vitória. BATALHA.

II Festival de S. Lucas. Pintura, escultura, cerâmica de artistas naturais ou residentes no distrito de Évora. De 2/5 a 2/6, período em que funcionará também um «atelier» de pintura para as crianças das escolas. Museu Municipal. ÉVORA.

Azulejos nas Estações Ferroviárias Portuguesas. De 28/5 a 11/6. Posto de Turismo. FARO.

Carlos Calvet, pintura. Das 15 às 19/3.ª a Dom., até 7/6. Galeria Gilde, S. Torcato. GUIMARÃES.

Azulejaria da Nazaré e das Estações da Linha do Oeste. Museu Municipal, em colaboração com a CP. Até 30/6. NAZARÉ.

Máscaras do Distrito de Bragança, no Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra. Até 14/6.

Arte Sacra (paramentaria e ourivesaria) da região de Óbidos. Até meados de Junho. Solar da Pç. de Sta. Maria. ÓBIDOS.

Armas Antigas, integrada nas comemorações do VIII Centenário do Concelho de Palmela. No castelo. PALMELA.

Rogério Ribeiro e José Aurélio, desenhos e esculturas. De 2.ª a 6.ª/15.30 às 19 e 21 às 22; Dom./15.30 às 19. Até 19/6. R. Dr. Joaquim Luis Martins, 16. SANTARÉM.

H. Mourato, pintura. Até 22/6. Museu Municipal. SANTIAGO DO CACÉM.

Matos Cardoso, pintura e colagens. Galeria de Artes Visuais da Casa de Bocado/Galeria Municipal, de 11/5 a 9/6. De 3.ª a 6.ª/9 às 12 e 14 às 17; Sáb. e Dom./15 às 19. SETÚBAL.

Arqueologia Naval, exposição itinerante organizada pela Ass. dos Municípios de Setúbal, a percorrer todos os concelhos do distrito. SETÚBAL.

Teatro o Cartaz

...e ainda Música, debates, etc.

• LISBOA

ABC, Parque Mayer. Às 21.45; Sáb e Dom também às 16.00. **Fininho mas Jaltosinho**, de J. Bettencourt, versão de César Oliveira e R. Solnado, enc. Carlos César.

Caixa Económica Operária, R. Voz do Operário, 64. 6.ª/15.30, 18.30, 21.30, 24; Sáb/11, 15.30, 18.30, 21.30, 24; Dom./11.30, 15.30, 18.30, 21.30. **Ofício Número Barra 85**, colagem de textos de vários autores, enc. António Solmer — Grupo Contra-Regra.

Casa da Comédia, R. S. Francisco Borja, 24. 4.ª a Dom/21.30. **Eva Perón**, texto e enc. Filipe La Féria.

Comuna, Pr. de Espanha. De 5.ª a Sáb/21.15; Dom/17.00. **Quatro para Quatro** de Michel Cymareau, enc. João Mota — Café-Teatro, 6.ª/22.00; Sáb/23.30. **Pó de Palco**, textos e enc. colectivos.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 4.ª a Sáb/21.45; Sáb e Dom/16.15. **Conferência de Alto Nível**, de R. D. MacDonald, enc. Herminia Tojal e Sande Freire.

Maria Vitória, Parque Mayer. De 3.ª a Dom/20.30 e 22.45; Dom/16.00. **Não Batam Mais no Zézinho**, de H. Santana, F. Nicholson, M. Zambujal, enc. H. Santana.

Nac. D. Maria II, Rossio. De 2.ª a

Sáb/21.30; Dom/16.00. **O Gebo e a Sombra**, de Raul Brandão, enc. Rogério Paulo. De 3.ª a Dom/18.30. **Ela não Sabia Sonhar**, de Denise Chalem, enc. Jacinto Ramos — Sala Experimental, de 3.ª a Sáb/21.45; Sáb e Dom/16.30. **Ciclo Raul Brandão**, enc. Varela Silva.

Ocarina, Trav. do Poço da Cidade, 40. 2.ª, 4.ª, 6.ª/19.00. **O Paraíso Não Está à Vista**, de Fassbinder, enc. Rogério Carvalho, Grupo de Teatro Maizum.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1-A, Ricardo III, de W. Shakespeare, enc. Luís Miguel Cintra — A Cornucópia (estreia dia 31, às 21.00).

Teatro da Caixa, R. Arco do Cego, 88. De 5.ª a Sáb/21.30. **O Avarento**, de Molière, música C. Parédes, enc. Adolfo Gutkin.

Teatro da Graça, Trav. de S. Vicente, 11. De 3.ª a Dom/21.30. **Todos os Cômicos Acabam com uma Canção**, de Catherine Hayes, enc. Carlos Fernando.

Teatro do Nosso Tempo, Pr. José Fontana, 12-B. De 4.ª a Dom/21.45; Sáb e Dom/16.00. **Candidatura Zero-A Solução Genial**, texto e enc. João Vasco.

Teatro do Século, R. do Século, 41. De 3.ª a Sáb/21.30; Dom/16.45. **Artimanhas de Scapin**, de Molière, enc. Rogério Carvalho.

• PORTO

Cooperativa do Povo Portuense, 4.ª a Sáb/15.00. **O Fidalgo Aprendiz**, de D. Francisco Manuel de Melo, enc. Norberto Barroca — 5.ª a Sáb/22.00. **Mistério Cômico**, de Dario Fo, enc. J. Castronuovo.

Sala-Estúdio do TEP, R. do Pinheiro, 9. 3.ª e 4.ª/18.45; 5.ª e 6.ª/21.45; Sáb/16.00 e 21.45; Dom/16.00 e 18.00. **Amor de D. Perlimplim com Bellsa em seu Jardim**, de Fed. Garcia Lorca, enc. Roberto Merino.

Sala d'O Realejo, R. dos Mercadores, 136. 5.ª a Dom/21.30; Dom/17.30. **Com Papas e Bolos se Enganam os Tolos**, enc. Vítor Valente. 3.ª/21.45; 6.ª e Sáb/24.00. **Chão das Estrelas**.

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.ª a Dom/21.45; Dom e feriados/16.00. **Uma Família do Porto**, adapt. de «Uma Família Inglesa», de Júlio Dinis por Norberto Barroca, enc. Norb. Barroca — Seiva Trupe.

Teatro Universitário do Porto, 6.ª e Sáb./21.30; Dom/18.00. **Bodas de Ouro**, segundo textos de B. Brecht, etc., enc. José Caldas.

• ALMADA

Academia Almadense, 5.ª/18.30; 6.ª/21.30. **O Capote**, de Gogol, enc. Joaquim Benite — Comp. Teatro de Almada/Grupo de Campolide.

• CASCAIS

Teatro Experimental de Cascais, 3.ª a Sáb/21.45; Dom/17.00 e 21.45. **Arraia-Mitida**, de Jaime Graiheiro, enc. Carlos Avilez.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, 6.ª e Sáb./21.30; Dom./16.00. **O Tio Simplicio**, de Almeida Garrett, enc. João Manuel.

Para crianças

• LISBOA

A Barraca, R. Alexandre Herculano, 70. Sáb e Dom/11.00, até 2/6. **O Caminho do Combolo** — Grupo Fio d'Água.

Comuna, Pç. de Espanha. Só Sáb. e Dom/15 h. **Os Cágados**, segundo um conto de Almada Negreiros — Grupo O Bando.

Salão das Furnas, R. Raul Carapinha, 3.ª, 5.ª, 6.ª/9.30, 11, 13.30. **Bola de Sabão**, enc. Mário Jorge — Grupo os Papa-Léguas.

TIL, R. Leão Oliveira, 1, ao Calvário. Sáb., Dom., e feriados/16.00. **Grças e Desgrças na Corte d'El Rei Tadinho**, de Alice Vieira, enc. Ruy de Matos.

• BARREIRO

Penicheiros. A partir de Sáb., dia 1, **Os Gatos**.

• BRAGA

Casa Municipal da Cultura. Sáb. e Dom./11.00: **A Incrível História de Tomás Paramim e do Selvagem Rha**, enc. Rui Madeira — CENA — Comp. de Teatro de Braga.

• PORTO

Sala-Estúdio do Pé de Vento, R. das Virtudes. Sáb. e Dom/16.00. **A Guerra do Tabuleiro de Xadrez**, de M. Ant. Pina, enc. João Luís.

• PÓVOA DE S. ADRIÃO

Salão da Junta de Freguesia, Salão da Junta de Freguesia, todos os Dom./16 h, até 16/6. **Grátis. Quem tem Farelhos?**, de Gil Vicente — Grupo Teatro d'Ensaio.

Bailado

Estúdio Lourdes Bastos, do Rio de Janeiro. «Mar sem Fim — viagem coreográfica pela obra de Fernando Pessoa». Música de Carlos Paredes, Chico Buarque, Milton Nascimento, Caetano Veloso... Sáb./21.30; Dom./18.30; 2.ª/18.30. **Grande Auditório, Fundação Gulbenkian**, LISBOA; Hoje/21.30 — Teatro Gil Vicente, COIMBRA.

Música

Orquestra Gulbenkian, dir. Max Rabinovitch. Obras de Copland, Haydn, Schumann. Hoje/18.30, Grande Auditório da Fundação Gulbenkian.

Ópera

Manon, de Massenet, dir. musical, John Neschling, enc. Nico Castel, 6.ª/20 h, Coliseu dos Recreios.

Cinema

Jean-Luc Godard — Um ciclo cuja primeira parte termina hoje, às 21.30, com «Les Carabiniers» (1963). Na Cinemateca Nacional, que anuncia o prosseguimento da projecção de toda a obra comercializada de Godard, a retomar já em meados do próximo mês. **Cinema é Saúde**

6.ª e Sáb./22.30 e 00.30. **Quinteto de Maria João**, 3.ª/21.30, na Casa da Cultura, BEJA.

Ópera

Espectáculos de Nara Leão, às 22.00, hoje na Aula Magna em LISBOA, amanhã no Teatro Rivoli no PORTO.

Cinema

Espectáculos de Carlos Alberto Moniz, 6.ª/14.00, no Jardim Público de MORA e às 15.00 em ALCOCHETE; Sáb./16.00 em PONTE DE SOR; Dom./15 h em MONTARGIL.

Ópera

9.ª Festa da Amizade, no Laranjeiro, promovida pela Comissão Concelhia de Almada do PCP. 6.ª, Sáb., e Dom., 5 zonas de espectáculos e, a encerrar cada uma das 3 noites, no palco principal 3 grandes nomes da música portuguesa: Sérgio Godinho, Carlos Mendes e Paulo de Carvalho.

Cinema

O Jazz-Origens e História. Video, música gravada, e dois entendidos: Luís Vilas-Boas e Manuel Jorge Veloso. No CT Vitória, hoje, 21 h.

Cinema

Jazz no Hot — Jorge Reis, Pedro Madaleno, Miguel Azguim, David Gausden: 5.ª,

9.ª Festa da Amizade, no Laranjeiro, promovida pela Comissão Concelhia de Almada do PCP. 6.ª, Sáb., e Dom., 5 zonas de espectáculos e, a encerrar cada uma das 3 noites, no palco principal 3 grandes nomes da música portuguesa: Sérgio Godinho, Carlos Mendes e Paulo de Carvalho.

Ópera

O Jazz-Origens e História. Video, música gravada, e dois entendidos: Luís Vilas-Boas e Manuel Jorge Veloso. No CT Vitória, hoje, 21 h.

Cinema

Jazz no Hot — Jorge Reis, Pedro Madaleno, Miguel Azguim, David Gausden: 5.ª,

Ópera

Manon, de Massenet, dir. musical, John Neschling, enc. Nico Castel, 6.ª/20 h, Coliseu dos Recreios.

Cinema

Jean-Luc Godard — Um ciclo cuja primeira parte termina hoje, às 21.30, com «Les Carabiniers» (1963). Na Cinemateca Nacional, que anuncia o prosseguimento da projecção de toda a obra comercializada de Godard, a retomar já em meados do próximo mês. **Cinema é Saúde**



Madeira (foto UNICEF)

O Dia Mundial da Criança, que há décadas se celebra em boa parte do Mundo mas que nós só pudemos trazer livremente para a rua e para as nossas crianças com o 25 de Abril — o tradicional 1 de Junho já começou. Em tudo o que é autarquia APU — e aí está a Xira Infantil, de 28 a 2, ou o «Mês da Criança», «decretado» para valer todo o mês de Junho em Setúbal. Mas não só: escolas e

professores, colectividades e grupos de animação cultural, associações sociais de todo o tipo esforçam-se por reunir forças e fazer por todo o lado Festa — ou festinha... — para as crianças. Que viva a Festa! — e a nós que não nos falte a vontade, a coragem e a inteligência de lutar para que o Dia da Criança seja Todos-os-Dias, e para que o seja para todas as crianças!

Desporto

Prova Intermunicipal de Atletismo na Azambuja — para iniciados, juniores e seniores. Uma das manifestações desportivas da Intermunicipal Juvenil/85. Dom./10.00, na Azambuja. 1.ª Jornada Desportivas organizadas pela CM da Marinha Grande, em colaboração com as colectividades do concelho. De 1 a 30 de Junho. Todas as informações junto do vereador do Pelouro Desportivo na CM.

Tempo Fim de Semana



De acordo com a antevisão do Serviço Nacional de Meteorologia e Geofísica, o tempo para o próximo fim-de-semana apresentará as seguintes características: céu geralmente muito nublado, vento geralmente fraco, aguaceiros e possibilidade de trovoadas, em especial nas regiões do interior.

Utilidades & variedades

22 conselhos práticos para a aparelhagem de som

1. Localização e nivelamento

O gira-discos deve ser colocado numa superfície inteiramente plana e o mais estável possível. São de evitar locais sujeitos a encontrões (que fazem correr o risco de o braço saltar sobre o disco quando toca ou quando está em descanso, danificando a agulha) ou a vibrações (as vibrações podem transmitir-se ao braço e funcionam como ruídos parasitas na audição).

Uma situação a evitar é colocar o gira-discos na mesma plataforma (tampo de mesa, prateleira) em que se instalem os altifalantes: naturalmente que estes vibram e, através do tampo, as vibrações vão «entrar» na agulha.

Quanto à altura, não é conveniente colocar o gira-discos muito baixo ou em local de difícil acesso: o ideal é situá-lo à altura normal de uma mesa ou mesmo um pouco mais (70-100cm) de forma a que o manuseamento se faça nas melhores condições (não se usam as mãos com segurança estando de cócoras...).

Como em relação a todos os outros aparelhos de uma cadeia de alta-fidelidade, são de evitar locais excessivamente húmidos ou excessivamente quentes (vizinhança de aquecedores, exposição ao sol) que podem danificar circuitos, borrachas, etc.

Um aspecto importante é assegurar que o gira-discos se encontra nivelado na horizontal. Se isto não acontecer, a incidência da agulha sobre o disco não se fará rigorosamente na vertical, o que dará como consequência que lerá com mais intensidade a espira da esquerda se o prato estiver inclinado para a direita ou a da direita no caso contrário, distorcendo o som e danificando a agulha.

Um simples nível de bolha serve para assegurar esta nivelamento. Alguns gira-discos possuem parafusos nos pés exactamente para compensar eventuais desníveis da base em que se encontram instalados, mas pode sempre resolver-se a questão com pequenos calços.

Instalar o gira-discos sobre uma placa de borracha (como, por exemplo, as que se usam para as máquinas de escrever) é sempre conveniente pois constitui mais um elemento de isolamento do aparelho contra vibrações exteriores.

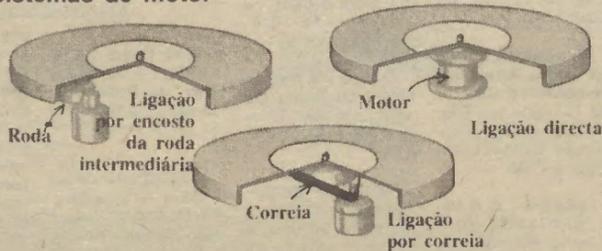
2. A cabeça e a agulha

Em certa medida, a cabeça e a agulha constituem a peça mais importante de um gira-discos: da sua qualidade e bom estado dependem fundamentalmente a qualidade da captação de som e sua transmissão.

Nos gira-discos e discos convencionais (isto é, excluindo os discos digitais de leitura por laser, o chamado «compact disc»), a leitura é feita através de uma agulha que vibra em consonância com as irregularidades existentes nas espiras dos discos.

A agulha entra numa cabeça

Sistemas de motor



Sistemas de braços



Reproduzido de John Hawkins e Susan Meredith, «Audio e Rádio» — Edições 70 • Lisboa

O gira-discos é constituído por dois elementos: o **prato ou platina** e o **braço**. As funções das duas peças são inteiramente independentes: o primeiro destina-se a fazer girar o disco e o segundo a suportar a cabeça de leitura e transmitir os impulsos por ela captados.

Para evitar quaisquer interferências, nos muito bons gira-discos as duas peças são completamente independentes e o braço é accionado manualmente nos outros, por uma questão de comodidade, existem sistemas de automatismo que ligam o braço ao motor, assegurando o retorno daquele e desligar do motor no final do disco. Alguns outros asseguram igualmente, através de um botão, o arranque do motor e a ida automática do braço até ao disco. Os sistemas de automatismo que previam o empilhamento de discos estão hoje praticamente postos de parte pelos danos que causavam e constantes avarias.

A transmissão do movimento do motor ao prato pode fazer-se por três sistemas: a desmultiplicação através de uma roda de borracha que encosta ao eixo do motor e ao prato (o mais elementar e deficiente pois, através da roda, transmitem-se ao prato as vibrações do motor), através de uma correia entre o eixo e o prato (os chamados «belt-drive») e ligação directa do eixo do prato ao eixo do motor («direct drive»).

Com uso de pratos bastante pesados, o sistema de correia assegurou durante muito tempo a maior regularidade de movimento do prato e o seu melhor isolamento e ainda hoje há quem defenda ser este o melhor; com o aparecimento dos dispositivos de quartzo, o sistema «direct drive» passou a assegurar uma estabilidade quase integral do movimento do motor e do prato apesar de eventuais flutuações de tensão da corrente.

Alguns gira-discos possuem a possibilidade de acelerar ou retardar a rotação do motor: quando isto sucede, o prato está provido de um padrão de riscas junto ao bordo iluminado lateralmente por uma luz (estroboscópio): a rotação está certa quando as riscas aparecem imobilizadas na área iluminada.

Os braços mais comuns são fixos a eixo na parte posterior. Há relativamente poucos anos, surgiram no mercado os braços transversais, totalmente direitos e que se deslocam ao longo de uma calha. A polémica sobre as qualidades de cada um ainda não está resolvida, mas os transversais apresentam ainda o inconveniente de maior dificuldade na obtenção de cabeças compatíveis.

Um bom braço deve dispor de suspensão hidráulica (uma alavanca que permita levantá-lo ou baixá-lo lentamente, independentemente do movimento de accionamento da alavanca); contrapeso regulável; dispositivo de «anti-skating».

(a «cartridge») ou célula de leitura que transforma as vibrações em impulsos eléctricos que são transmitidos ao amplificador.

Existem essencialmente dois tipos de cabeças: as de íman móvel e as de bobina móvel («moving coil»). As primeiras são as mais comuns, as segundas são bastante mais caras, além de exigirem um dispositivo especial de amplificação que nem todos os amplificadores possuem e que é então necessário instalar à parte.

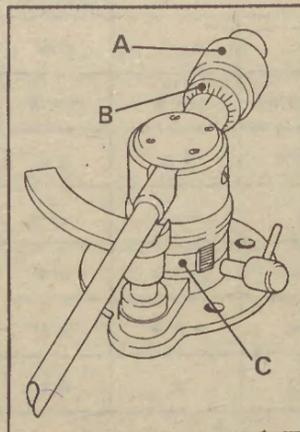
Pode dizer-se que a qualidade das cabeças e agulhas é proporcional ao seu preço: quanto mais caras, melhor qualidade de som...

Para mudar a cabeça num gira-discos é necessário verificar se ela é passível de instalar na extremidade do braço (a chamada «shell»). Para substituir uma cabeça, o melhor é levar ao ven-

dedor a extremidade do braço para imediatamente verificar a compatibilidade de instalação.

Se não houver acidentes ou defeitos de fabrico, uma cabeça tem uma duração que pode ser de anos, dependendo naturalmente da intensidade da utilização.

O mesmo não se passa com as agulhas. Uma cabeça de uma marca é normalmente compatível com várias agulhas da mesma marca mas de qualidade e preços diferentes. As agulhas são normalmente acompanhadas de um pequeno folheto onde se descreve a sua duração média, após a qual se impõe a sua substituição: a partir daí, não só o som surge distorcido como os discos podem ser danificados por a agulha estar, digamos, romba. Igualmente esse folheto descreve o peso ideal para o braço em função do tipo de agu-



A — contra-peso
B — escala do contra-peso
C — dispositivo anti-skating

Reproduzido de Roger Driscoll, «Practical HiFi Sound» — Hamlyn — Londres, 1980

lha, o que deve ser inteiramente respeitado para conservação da agulha e dos discos.

3. Equilíbrio do braço

O equilíbrio correcto do braço de um gira-discos é meio caminho andado para uma correcta captação de som e conservação de agulhas e discos.

Com maiores ou menores sofisticacões, praticamente todos os braços hoje em dia dispõem de um contra-peso na parte posterior que inclui uma escala, normalmente de 1 a 5.

Para equilibrar o braço deve proceder-se da seguinte forma:

a) Pegar no braço como se se fosse colocar no disco e suspender-lo — mantendo-o seguro para que não caia e danifique a agulha — fora do prato;

b) Deslocar o contra-peso posterior até que, largando o braço, este se conserve na horizontal, portanto, equilibrado;

c) Colocar a escala do contra-peso (sem mexer neste) no zero (isto é, alinhando o 0 com o traço de referência);

d) Deslocar o contra-peso para a frente, através da sua rosca, juntamente com a escala até alinhar esta com o peso pretendido. Cada algarismo da escala corresponde a 1 grama de peso na ponta do braço onde se encontra a cabeça/agulha: se o peso que a agulha requer é de 1,5 grama, a escala deve ficar alinhada em 1,5.

Em geral, o máximo que uma boa agulha aceita é um peso («tracking force») de 3 gramas. Acertar o peso certo para a agulha é muito importante: se o peso for inferior ao indicado, a agulha tende a saltar quando encontra sonoridades mais fortes (correspondendo portanto a sulcos mais profundos na espira); se for excessivo, não só não fará uma leitura correcta (por «esmagamento» da agulha e sua capacidade de vibração) como danificará os discos e a própria agulha.

Na base do eixo do braço existe habitualmente uma outra escala de um dispositivo chamado «anti-skating». Trata-se de um sistema detinado a contraba-

I — Gira-discos

1. Localização e nivelamento
2. A cabeça e a agulha
3. Equilíbrio do braço
4. Manuseamento

II — Amplificador

1. Potência; curva de resposta; ligações
2. Controlos graves-agudos
3. Balanço
4. Filtros e loudness

III — Altifalantes

1. Potência e impedância
2. Localização
3. Ligação

IV — Gravador/leitor de cassettes

1. Vuímetros e leds
2. Bias e EQ
3. Dolby
4. Limpeza

V — Discos

1. Arrumação
2. Limpeza
3. Manuseamento

VI — Cassettes

1. Tipos
2. Conservação

VII — Cabos e fichas

1. Tipos de cabos e funções
2. Tipos de fichas e funções

lançar o efeito da força centrífuga actuando sobre o braço quando este lê o disco.

É a própria espira do disco que conduz o braço no seu movimento ao longo da espiral. Sendo o braço obrigado, pelo «encaixe» da agulha dentro da espira, a percorrer o disco de fora para dentro e tendo o disco um movimento circular, enquanto a espira «puxa» o braço para dentro, o efeito centrífugo «empurra» o braço para fora. Se não houver uma compensação, surgirá assim a tendência para que a agulha encoste mais à face da espira do lado de fora: o dispositivo «anti-skating» introduz um contrapeso que anula esta tendência.

O dispositivo «anti-skating» deve ser regulado exactamente na mesma escala da introduzida no peso do braço: se o peso na cabeça for de 2 gramas, o regulador «anti-skating» deve ser regulado no ponto 2 da respectiva escala.

4. Manuseamento

Antes de tudo o mais, o gira-discos deve estar limpo! Fundamentalmente, convém tê-lo sempre coberto com a sua tampa e limpá-lo do pó frequentemente.

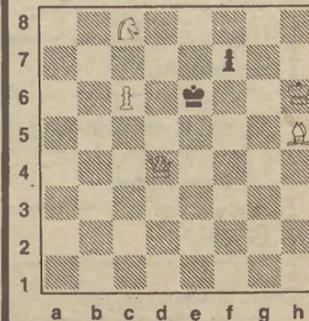
A limpeza da agulha é uma operação que se deve fazer com cuidado. O ideal é utilizar um pincel macio, mas que não largue pelos. Limpar sempre a agulha de trás para a frente e nunca da frente para trás.

Se o gira-discos tiver um sistema automático, é preferível utilizá-lo a colocar o braço manualmente. Se for manual, utilizar sempre a alavanca de suspensão que hoje equipa a maioria dos braços.

Convém evitar o colocar o braço manualmente sem alavanca, nomeadamente no meio do disco, quando se procura uma faixa que não é a primeira: o mais pequeno descontrolo da mão pode deixar cair o braço desamparado sobre o disco, podendo danificá-lo, bem como a agulha.

Xadrez

PROPOSIÇÃO N.º 2
Por ANDRÉ CHÉRON
L'illustration, 1936
5+2



Br: P66-Cc8-Bh5-Dd4-Rh6
Pr: PFT-Re6

MATE EM 2 LANCES

André Chéron — Jogador e compositor francês, nascido aos 25.IX.1895. Três vezes, campeão de França (1926/27/29). Mestre Internacional da FIPE (Composição). Publicou vários livros e dirigiu diversas secções.

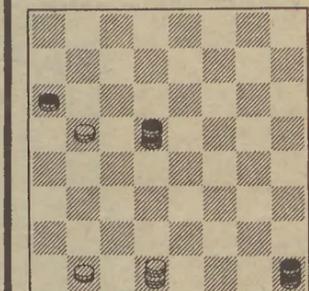
JOGO N.º 2

Olimpíadas de La Valeta/Malta, 1980
Matche URSS-Inglaterra 2,5-1,5
Br: KASPAROV — Pr: SPEELMAN

1. d4, Cf6; 2. c4, e6; 3. Cf3, b6; 4. g3, Ba6; 5. Cb-d2, Bb4; 6. Db3 (novidade!) O seguimento corrente é: 6. Dc2; 6. Cc6; 7. d5, Bxd2 +; 8. Bxd2, Ce7; 9. Bc3, Cf5; 10. Cd2, Cd6; 11. f3, 0-0; 12. e4, exd5; 13. cxd5, Bxf1; 14. Txf1, a5; 15. e5! a4; 16. Dc2, De8?; 17. Rf2, Cxd5; 18. Dd3!, De6; 19. exd6, c6; 20. Dd4 (ameaça mate por Dxd7) 20. Dh6; 21. h4, f5; 22. a4, Tf6; 23. Ta-e1, b5; 24. Cf3, Txd6; 25. Dc5, Tf8; 26. Te2, Te6; 27. Txe6, Dxe6, Dxe6; 28. Tel, Dh6; 29. Bd4, Dg6; 30. a3, Ta8; 31. h5!! Dxb5; 32. Dd6, Df7; 33. Cg5, Dh5; 34. Dxd7!, Dh2 +; 35. Rf3, Dh5; 36. Rg2, Cx4 +; 37. Rg1!, e as Pretas abandonaram! Se: 37. Dg6; 38. gxf4, h6; 39. Te7 e ganham.

Damas

PROPOSIÇÃO N.º 2
Por ALONSO GUERRA
Espanha 1595?



Br. (3)-4-20
Pr. (1)-(19)-24

Jogam as brancas e ganham

Nota: Os parêntesis indicam que esse espaço é ocupado por uma Dama! Portanto, em 3, 1 e 19 há Damas. Aquela branca; as duas últimas pretas.

JOGO N.º 2

Br. H. Medalha da Silva
Pr. José Silvestre
Lisboa, 2 de Maio de 1978

1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 5-10, 32-28; 4. 12-16, 28-23; 5. 8-12, 21-17; 6. 11-15, 26-21; 7. 7-11, 21-18; 8. 4-8, 29-26; 9. 2-5 (a), 26-21; 10. 10-14, 19-10; 11. 5-14, 23-19 (b); 12. 14-23, 27-20; 13. 16-23, 22-19; 14. 15-22, 18-13; 15. 9-18, 21-7; 16. 23-28, 7-4; 17. 28-32, 17-13; 18. 12-15, 13-9; 19. 32-23, 31-28; 20. 23-32, 4-11 (c); 21. 15-20, 24-15; 22. 32-28, 11-2; 23. 3-6, 2-11; 24. 22-27, 30-23; 25. 28-4 G. Br.

(a) — 29-26 permite 2-5! Se: 8. 25-21; 9. 1-5...

(b) — As negras tentam um pequeno golpe... mas ficam mal!

(c) — Lance fatal!
(Nótuas de H. Medalha da Silva)

GOLPE N.º 2

Pedro Ruiz Montero — 1591

1. 10-13, 21-18; 2. 13-17, 22-19; 3. 5-10 e as pretas ganham, executando o mais rápido golpe do Jogo das Damas. Igualmente se pode atingir a posição do golpe do seguinte modo: 1. 10-13, 22-19; 2. 13-17, 21-18; 3. 5-10 e as Pr. ganham de Golpe.